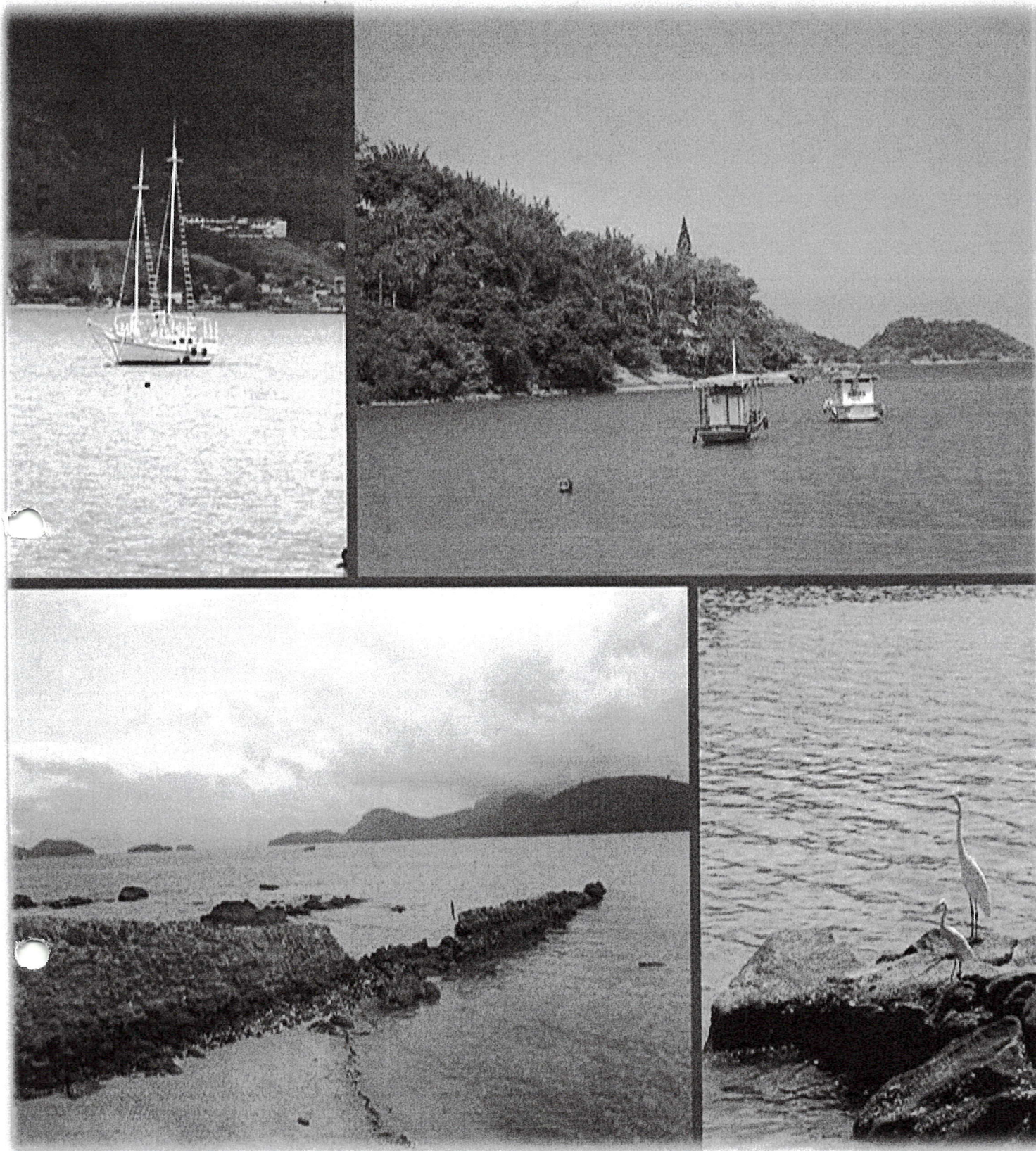




PPA 2026-2029

Prefeitura Municipal de Itaguaí

Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

PREFEITO MUNICIPAL (GP)
VICE-PREFEITO (GVP)

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (PGM)
CONTROLADORIA GERAL (CGM)
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO (SMGOV)
SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS (SMRIN)
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE (SMGAB)
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (SMADM)
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (SMLIC)
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMSAU)
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SMEDU)
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (SMCUL)
SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER (SMMU)
SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E LIMPEZA URBANA (SMOPLU)
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA (SMTTMU)
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SMAS)
SECRETARIA MUNICIPAL DO AMBIENTE, MUDANÇAS DE CLIMA E BEM ESTAR ANIMAL (SMAMCBA)
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA (SMAP)
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO (SMTUR)
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE (SMESP)
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA (SMFAZ)
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO (SMPLAJ)
SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÃO (SMCTIC)
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SMDES)
SECRETARIA MUNICIPAL DE PORTOS (SMPO)
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO (SMOU)
SECRETARIA MUNICIPAL DE EVENTOS (SMEV)
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL E TRÂNSITO (SMSPD)

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ITAPREVI – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAGUAÍ
CODUITA – CIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ITAGUAÍ

ELABORAÇÃO:

Diretora de Orçamento – *Leticia Pinheiro Garcia Cavalcanti*
Subsecretária de Contabilidade Geral – *Simone Lucia dos Santos*
Secretária Municipal de Fazenda – *Viviane Pacheco Luiz*

Apresentação

O Plano Plurianual – PPA 2026/2029 do Município de Itaguaí constitui um instrumento de planejamento estratégico, e direciona as ações a serem realizadas pela administração pública nos próximos quatro anos.

O PPA é um instrumento de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal, com seus respectivos programas, projetos e atividades, de forma regionalizada, deve estar apoiado em princípios de integração, transparência, economicidade, objetividade e universalidade.

O PPA constitui um referencial importante para o planejamento e a gestão municipal, na medida em que reúne em um mesmo instrumento as propostas que irão compor o Programa de Trabalho do Município para os próximos quatro anos.

Para melhor compreensão do universo no qual estão inseridas as propostas de desenvolvimento e realizações da Administração Municipal, o Plano inclui, inicialmente, Histórico do Município, bem como, sua caracterização e seus principais Desafios - contendo dados físicos - territoriais, demográficos e sócio – econômicos e as potencialidades para o desenvolvimento local, oriundos de Estudos Socioeconômico do TCE* e, finalmente, os macro-objetivos que nortearão o conjunto de intervenções previstas para o período.

Compõe ainda esse documento anexo com a estimativa de custos para cada programa e respectivas ações, de acordo com os órgãos responsáveis pela execução desse conjunto de intervenções. São apresentadas também as metas regionalizadas para cada ação e a distribuição dos recursos ano a ano, durante o período compreendido entre 2026 e 2029.

* https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos

A Cidade e o PPA

O modelo de desenvolvimento urbano sempre será uma condição para pensar o planejamento urbano das metrópoles contemporâneas, mesmo que gestores públicos em graus distintos de comprometimentos com as políticas públicas e urbanas tenham que reinventar formas no âmbito da cidade para resolver seus problemas. Isto porque os dilemas são inúmeros, os problemas são muitos e, dia após dia somam-se velhos e novos problemas no espaço urbano das metrópoles brasileiras. São questões que se metamorfoseiam em crises, particularmente com a: urbana, ambiental, social, cultural, política e econômica – que, infelizmente não depende somente do gestor local para solucioná-las, mas sempre acaba por transcender os limites da cidade.

Precisa-se, parece evidente, de um conjunto de forças – capaz de pactuar a gestão urbana: o poder público, a sociedade civil, movimentos populares urbanos, empresários, enfim, todos os segmentos que fazem a dinâmica da metrópole para que possamos pensar e planejar a cidade que queremos ou sonhamos que ela seja.

Talvez esteja aí o maior desafio para o futuro dos municípios brasileiros, em particular, – Itaguaí, para que possam aplicar mecanismo de controle social, de ações em conjunto, formar parcerias para desenvolver os instrumentos de aprimoramento da gestão democrática das cidades, dos direitos essenciais e serviços.

I - HISTÓRICO¹

O desbravamento do atual território do município de Itaguaí data de meados do século XVII. Os jesuítas lançaram as bases da futura povoação em terras compreendidas entre os rios Tinguáçu e Itaguaí, para catequizar os índios tupiniquins que inicialmente achavam-se fixados na ilha de Jaguaranenon. Mais tarde, transferiram-se para a ilha de Piaçavera, atual Itacuruçá. Posteriormente, os missionários verificaram que as terras da fazenda de Santa Cruz melhor se prestavam para aldeamento, para lá se mudando com os indígenas, onde erigiram templo dedicado a São Francisco Xavier, inaugurado em 1729.

De origem tupi, o topônimo Itaguaí seria a junção de duas palavras (*ita + guay*) que significaria “lago entre pedras” ou ainda uma derivação da palavra *tagoahy*, que quer dizer “água amarela”. Para confirmar esta segunda hipótese, é de se observar que existia um aldeamento dos jesuítas chamado Taguay, que possuía este nome justamente porque a água captada no local possuía uma tonalidade amarelada.

Em 1818, a área é emancipada, com a edição do alvará de 5 de julho, e elevada à categoria de vila com a denominação de São Francisco Xavier de Itaguaí, cujo município foi desmembrado de territórios do Rio de Janeiro e de Angra dos Reis, e instalado em 11 de fevereiro de 1820.

Dotado de terras férteis, Itaguaí desfrutou, até 1880, de fortes atividades rurais e comerciais, exportando cereais, café, farinha, açúcar e aguardente em grande escala. Com a abolição da escravatura, houve considerável êxodo dos antigos escravos, ocasionando terrível crise econômica. Esse fato, aliado à falta de transporte e à insalubridade da região, fez com que desaparecessem as grandes plantações, periódicas ou permanentes. O abandono das terras provocou a obstrução dos rios que cortam quase toda a baixada do território municipal, alagando-a e paralisando por várias décadas o desenvolvimento econômico.

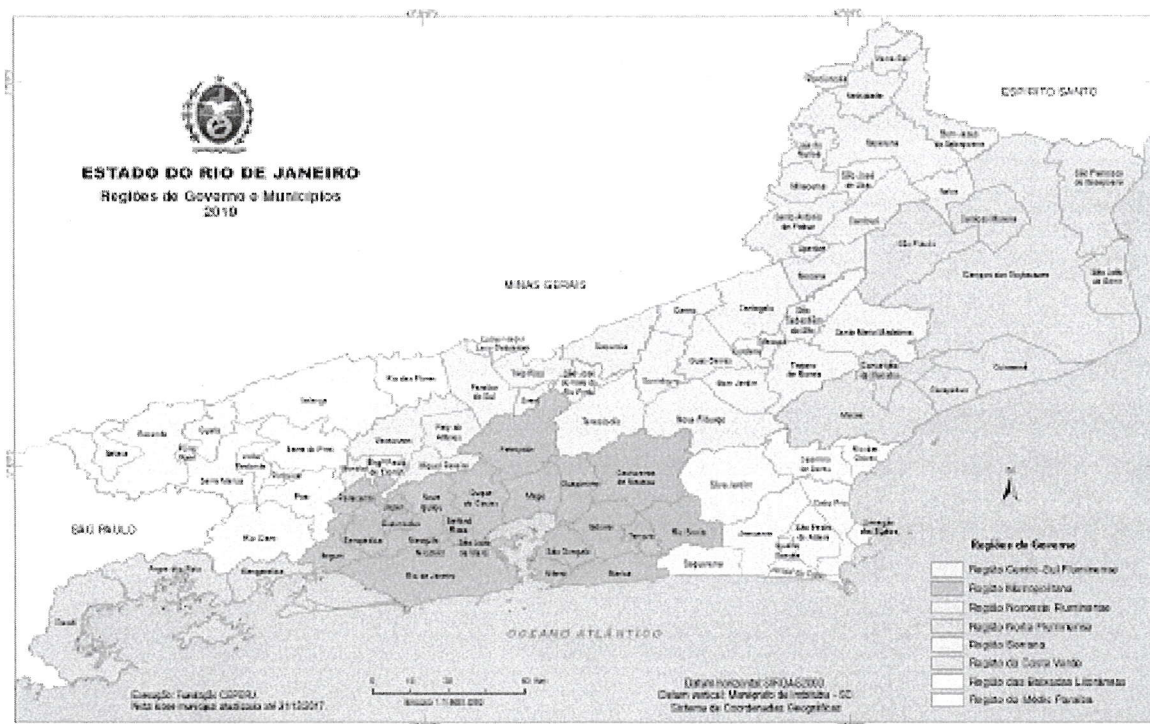
A passagem da antiga rodovia Rio-São Paulo pelo território do antigo distrito de Seropédica e a instalação da indústria têxtil no antigo distrito de Paracambi, aliadas às obras de saneamento da Baixada Fluminense, possibilitaram ao município readquirir prestígio. Em 1938, foram iniciadas, em Seropédica, as obras do Centro Nacional de Estudos e Pesquisas Agronômicas, onde hoje funciona a Universidade Rural.

O município permaneceu sem expressão até três décadas atrás. A abertura da rodovia Rio-Santos mudou o cenário, facilitando o deslocamento entre diversos municípios próximos. A instalação do porto, mais conhecido como porto de Sepetiba, fez com que Itaguaí ingressasse de vez no ciclo econômico do estado. Recentemente, Paracambi desmembrou-se de seu território e Seropédica também se tornou município em 1997.

1 - Fontes: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Volume XXII – IBGE, 1959*; Abreu, A., “*Municípios e Topônimos Fluminenses – Histórico e Memória*”, Rio de Janeiro: *Imprensa Oficial*, 1994; e sítio www.itaguaí.rj.gov.br. *Estudos Socioeconômicos 2019 (TCE/RJ)*

II - CARACTERIZAÇÃO

Itaguaí pertence à Região Metropolitana, que também abrange os municípios de Rio de Janeiro, Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Queimados, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá².



O município tem uma área total³ de 275,9 quilômetros quadrados, correspondentes a 3,7% da área da Região Metropolitana. Os limites municipais, no sentido horário, são: Rio Claro, Pirai, Paracambi, Seropédica, Rio de Janeiro, oceano Atlântico e Mangaratiba.

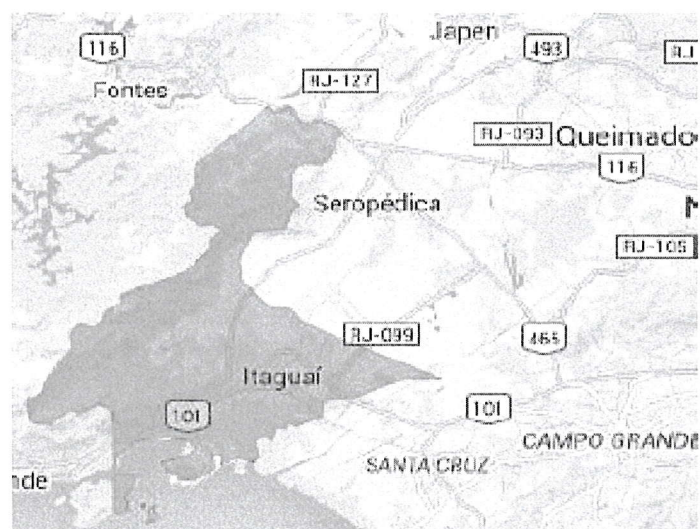
Itaguaí é cortado de leste a oeste pela rodovia BR-101, nesse trecho conhecida como Rio-Santos. No rumo norte, para Seropédica, é servido pela RJ-109. O arco rodoviário da Região Metropolitana (BR-493) faz a ligação do porto de Sepetiba com a BR-101 em Itaboraí, passando por Seropédica. O trecho inaugurado em 2014 alcança a BR-040 em Duque de Caxias, onde se conecta à BR-116, até Magé. O terceiro e último trecho, ainda sem duplicação, segue para Guapimirim e chega a Itaboraí no trevo de Manilha. O acesso ferroviário ao porto atende à malha da MRS, ligando-o a São Paulo e Minas Gerais.

As imagens a seguir, capturadas em março de 2016, apresentam o mapa do município e perspectivas de satélite.

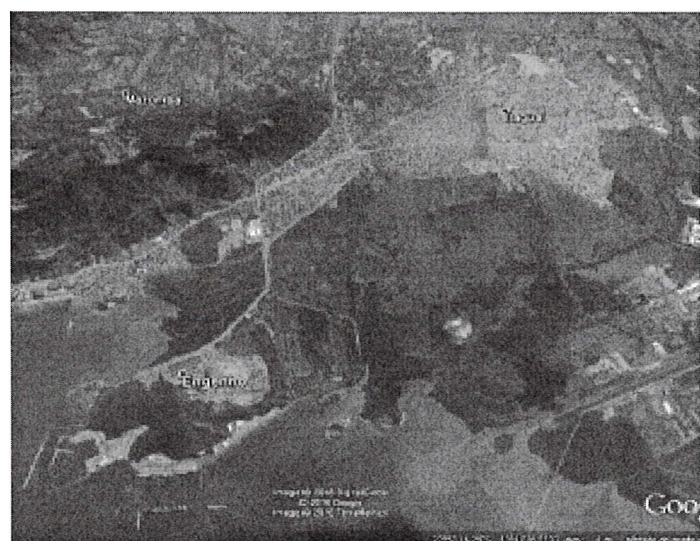
2 - A Lei Complementar 184, de 27 de dezembro de 2018, inseriu Petrópolis na Região Metropolitana. Anteriormente, o município pertencia à Região Serrana.

3 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029



Fonte: Google Maps



Fonte: Google Earth. Distrito-sede de Itaguaí a cerca de 13 km de altitude, tendo a sudoeste o porto de Sepetiba e, a sudeste, parte da usina termelétrica de Santa Cruz, já no município da capital.

Aspectos demográficos

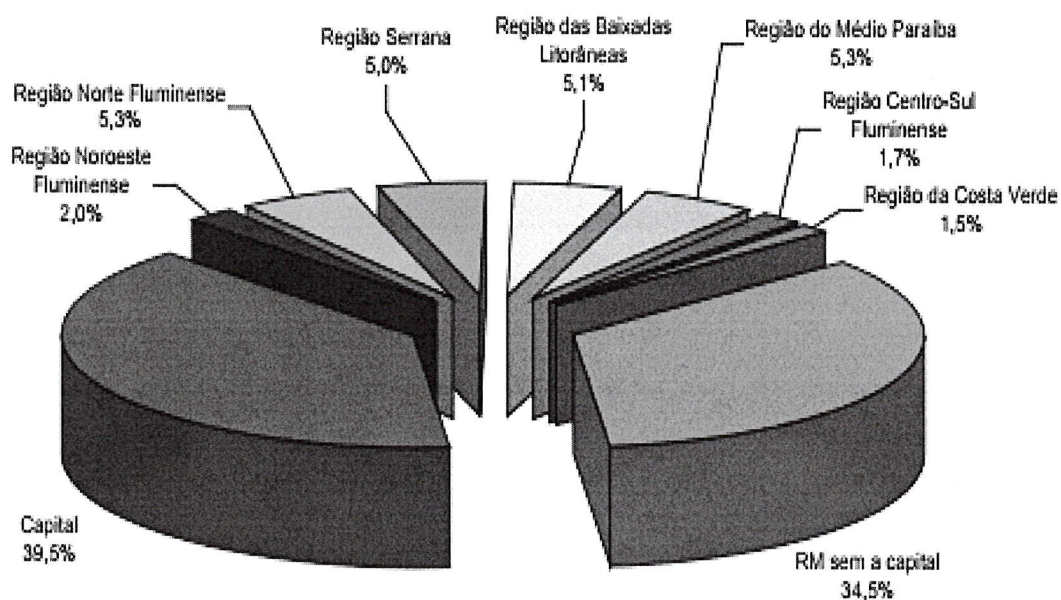
Em 2010⁴, Itaguaí tinha uma população de 109.091 habitantes, correspondente a 0,9% do contingente da Região Metropolitana, com uma proporção de 99,5 homens para cada 100 mulheres. A densidade demográfica era de 395,4 habitantes por km², contra 2.221,8 habitantes por km² de sua região. A taxa de urbanização correspondia a 95% da população. Em comparação com a década anterior, a população do município aumentou 33%, o 17º maior crescimento no estado.

4 - IBGE - Censo Demográfico.

Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029

A distribuição da população fluminense dava-se conforme o gráfico a seguir:

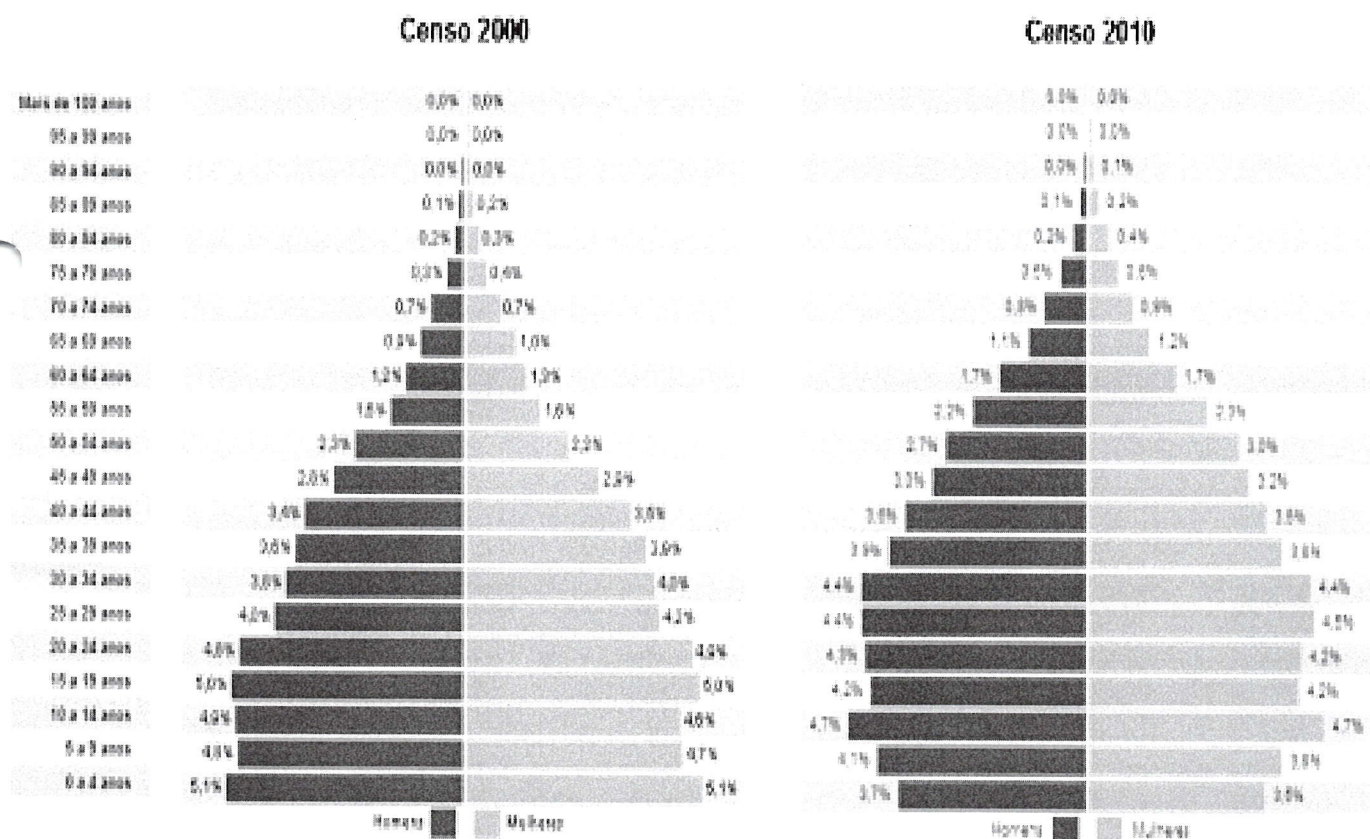
Gráfico 1: Distribuição da população – Regiões Administrativas – 2010



A comparação entre as pirâmides etárias construídas pelos censos 2000 e 2010 revela mudanças no perfil demográfico municipal, com estreitamento na base e alargamento no meio da figura:

Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029

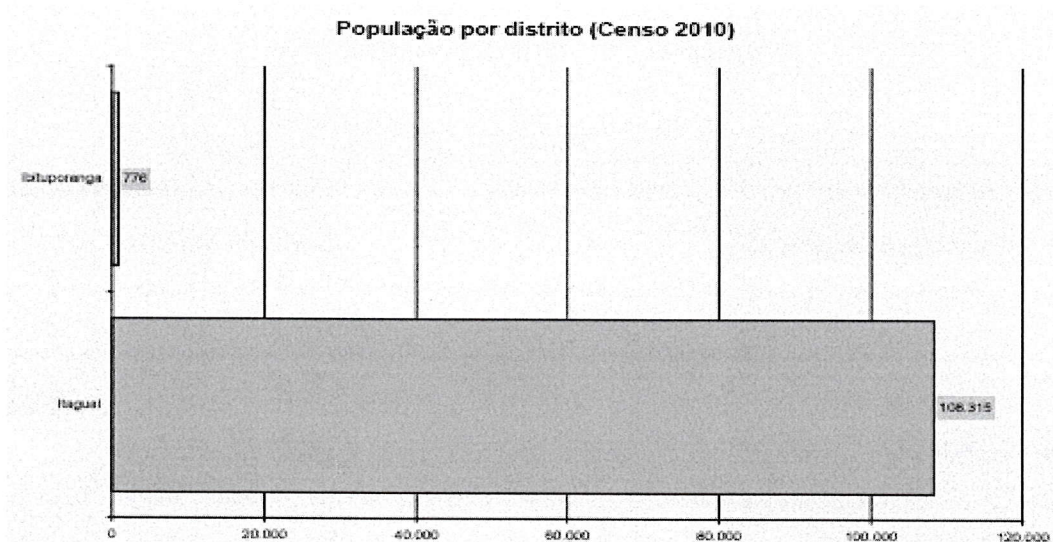
Gráfico 2: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade, conforme os censos 2000 e 2010



Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029

A população local, de acordo com o censo, distribuía-se no território municipal conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 3: Distribuição local da população – 2010



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do IBGE.

Segundo o levantamento, o município possuía 41.290 domicílios, dos quais 11% eram de uso ocasional.

Ainda com base em informações do censo, contava com 2.371 domicílios particulares ocupados em 13 aglomerados subnormais, onde viviam 8.133 pessoas.

A população de Itaguaí, em 2020⁵, foi estimada em 134.819 pessoas. O município tinha um contingente de 91.543 eleitores⁶, correspondente a 68% do total da população. Havia duas agências de correios⁷ e oito agências bancárias⁸.

Administração municipal

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais⁹, conhecida como Munic, é apurada pelo IBGE na totalidade do país. Efetua, periodicamente, um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura, compreendendo, também, diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade.

5 - Estimativa encaminhada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União referente a julho de 2020.

6 - Tribunal Superior Eleitoral - dezembro de 2020.

7 - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - 2020 (inclui agências comunitárias).

8 - Banco Central - dezembro de 2020.

9 - <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101595>.

Município de Itaguaí

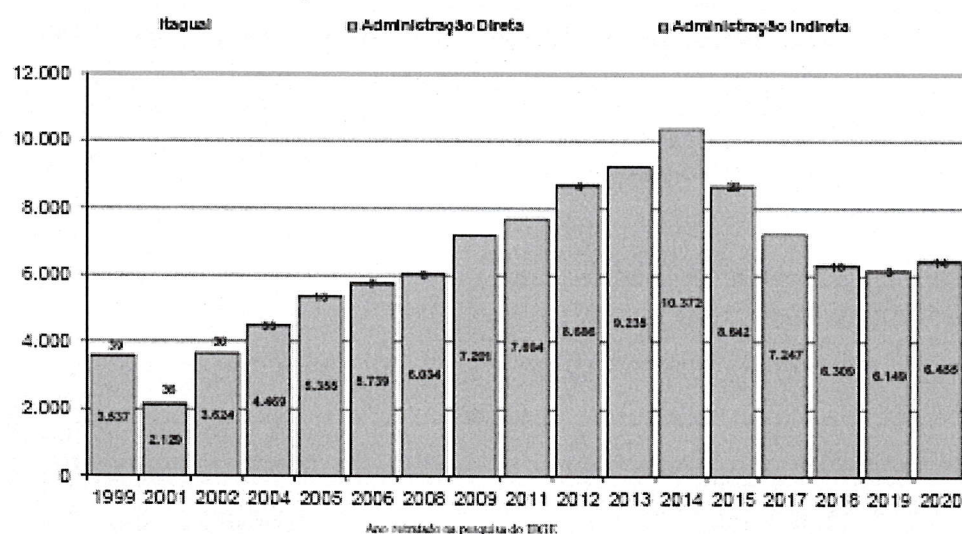
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

Na versão 2020, publicada em 2021, foram estabelecidos os seguintes eixos: recursos humanos, habitação, transporte, agropecuária, gestão de riscos e de desastres, meio ambiente e Covid-19.

A Munic aponta a seguinte evolução do quadro de pessoal de Itaguaí:

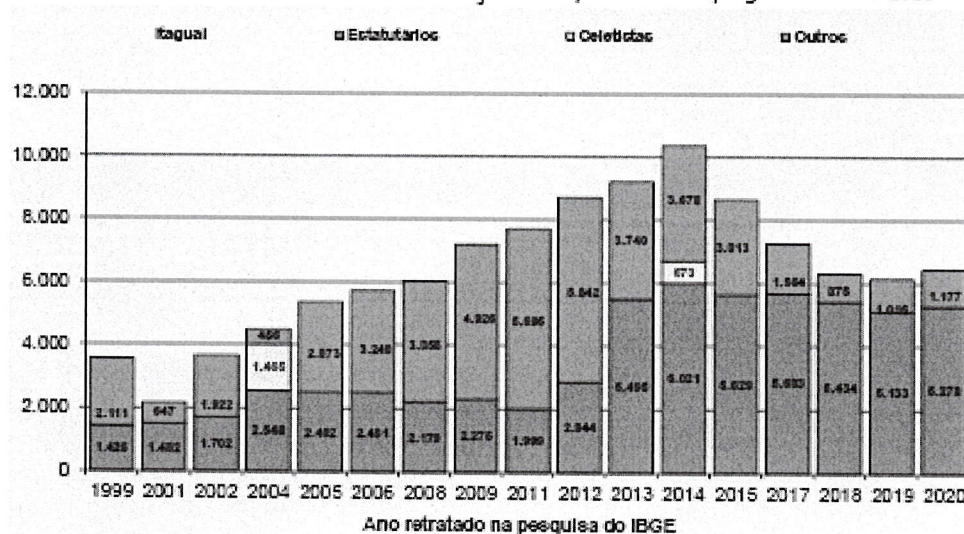
Gráfico 4: Evolução do número de funcionários do município – 1999-2020



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos da Munic/IBGE.

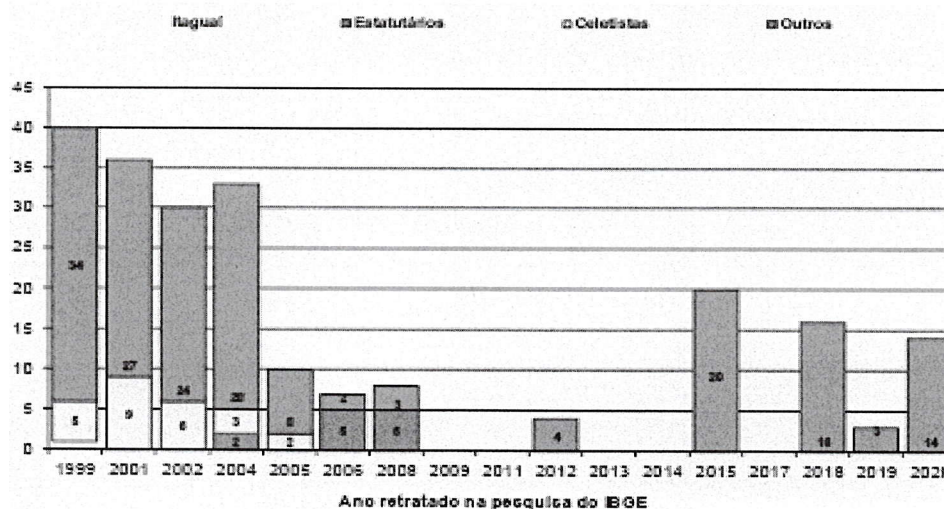
O vínculo empregatício dos funcionários, subdividido entre administração direta e administração indireta, apresentou o seguinte comportamento:

Gráfico 5: Total de funcionários da administração direta por vínculo empregatício – 1999-2020



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos da Munic/IBGE.

Gráfico 6: Total de funcionários da administração indireta por vínculo empregatício – 1999-2020



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos da Munic/IBGE.

Em Itaguaí, o IBGE 2020, indica aumento no número de servidores.

Governo eletrônico

Nos dias atuais, a internet ostenta colocação destacada para qualquer atividade social. O uso de tecnologias de informação e comunicação na administração pública possibilita simplificar e otimizar os processos administrativos e eliminar formalidades e exigências burocráticas que oneram o cidadão e os próprios cofres públicos. Seu uso propicia agilidade e transparência, eficiência e flexibilidade.

Para garantir o acesso a serviços e informações, o desenvolvimento do governo eletrônico passa por três estágios diferentes. O primeiro consiste na criação de sítios para difusão de informações sobre os mais diversos órgãos e departamentos dos vários níveis de governo. Eventualmente, esses sítios são caracterizados como portal oficial informativo.

Num segundo estágio, estes sítios passam também a receber informações e dados por parte dos cidadãos, empresas e outros órgãos. O usuário pode, por exemplo, utilizar a internet para declarar seu imposto de renda, informar uma mudança de endereço, fazer reclamações e sugestões a diversas repartições ou, ainda, efetuar o cadastro *online* de sua empresa. Nesse âmbito, o sítio governamental passa a ter uma finalidade maior do que a meramente informativa, tornando-se interativo.

Na terceira etapa de implantação do *e-government*, as transações se tomam mais complexas e o sítio assume um caráter transacional. Nesse estágio, são possíveis trocas de valores que podem ser quantificáveis, como pagamentos de contas e impostos, matrículas na rede pública ou em educação à distância, marcação de consultas médicas, compra de materiais etc. Em outras palavras, além da troca de informações, interações ocorrem e serviços anteriormente prestados por um conjunto de funcionários passam a ser realizados diretamente pela internet.

Essas modificações tornam-se ainda mais complexas num quarto estágio de implantação do *e-government*, quando é desenvolvido um tipo de portal que é uma plataforma de convergência de todos os serviços prestados pelos governos. Os serviços são disponibilizados por funções ou temas, sem seguir a divisão real do Estado em ministérios, secretarias estaduais, municipais, entidades etc. Assim, ao lidar com o governo, cidadãos e empresas não precisam mais se dirigir a inúmeros órgãos diferentes. Em um único portal e com uma única senha, qualificada como assinatura eletrônica (certificação digital), é possível resolver tudo o que precisam. Para tal, a integração entre os diferentes órgãos prestadores de informações e serviços é imprescindível, ou seja, esses devem realizar trocas de suas respectivas bases de dados numa velocidade capaz de garantir o atendimento ao cidadão. Esse recurso exige informações de uma série de órgãos que, interligados por uma infraestrutura avançada, conseguem atender à demanda do cidadão "em tempo real". Nesse último estágio, o sítio é qualificado como **integrativo**.

Este tópico tem por objetivo analisar e avaliar o conteúdo dos sítios oficiais por meio de pesquisa realizada entre maio e agosto de 2020. Para efeito dos resultados da pesquisa, não foi considerado o município da capital, uma vez que esta não se encontra sob a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Alguns municípios, apesar de estarem em processo de reformulação do sítio oficial, optaram por manter o acesso a alguns serviços. Nesses casos, os serviços mantidos foram registrados.

Os principais problemas encontrados, mais uma vez, foram sítios com navegação deficiente, *links* inativos ou com mensagem de erro, ícones inoperantes e dificuldade em localizar informações ou serviços¹⁰. Alguns desses, apesar de constarem na página, não estão disponíveis, e um grande número de informações se apresenta defasado.

Deve-se destacar que, em 2002, havia 42 municípios fluminenses na *web*. Edições anteriores dos Estudos vêm acompanhando e avaliando, desde 2006, o nível de abrangência do conteúdo e dos serviços dos sítios municipais. Em 2020, de acordo com o levantamento efetuado, todos os municípios possuíam sítio oficial ativo na internet.

Resultados da pesquisa

Na sequência, é apresentado o desempenho do conjunto do estado e das diversas regiões administrativas para, em seguida, fazer-se um comparativo do município ante os demais de sua região.

Para classificação das categorias, denominadas estágios informativo, interativo e transacional, foi considerado bom o desempenho do sítio que obteve aproveitamento igual ou superior a 70% dos quesitos; regular, na faixa descendente até 50%; sofrível, até 30%; e insuficiente, quando abaixo desse último. O sítio de cada prefeitura foi avaliado de acordo com a quantidade de temas disponíveis em relação ao total dos quesitos da categoria.

No conjunto das regiões, os serviços informativos predominam, com *performance* regular. É importante destacar que 30 municípios apresentaram bom desempenho, bem superior ao total de 14 municípios registrado há dois anos, data da última pesquisa. A oferta de serviços interativos apresentou avanço tímido, não sendo suficiente para retirá-la do

10 - Em razão da dinâmica da internet, podem ocorrer mudanças súbitas. Sítios que não estavam operacionais tornam-se acessíveis de um dia para o outro. O contrário também é verdadeiro: informações e serviços que estavam disponíveis nos portais, subitamente, tornam-se inacessíveis.

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

patamar sofrível. Nesse estágio, somente quatro municípios tiveram desempenho bom, mesmo número de 2018. Já os municípios de qualidade regular saltaram de nove para 17.

Na primeira semana de agosto de 2020, quando foi concluída a pesquisa, eram 89 as municipalidades a oferecer alguma transação em seus sítios, mostrando ligeiro avanço em relação a 2018, quando 87 prefeituras disponibilizavam na internet esse tipo de serviço. Registre-se que, em 2010, o número não passava de 27. O aumento da oferta deve-se, sobretudo, à adoção da Nota Fiscal Eletrônica, presente em 96% dos sítios que pontuaram nesse estágio. O desempenho apurado atribuiu classificação sofrível ao conjunto dos municípios fluminenses nesse nível da pesquisa.

No estágio informativo da pesquisa, são definidos 19 temas autoexplicativos. Nessa categoria, 91 prefeituras apresentaram algum resultado. O conjunto atingiu 62% de aproveitamento no total de serviços elencados, implicando uma estagnação na classificação do grupo, que era regular no ano de 2018.

Tabela 1: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Informativo – Regiões – 2020

Região Administrativa	Centro-Sul Fluminense	Costa Verde	Baixas Litorâneas	Médio Paraíba	Metropolitana	Noroeste Fluminense	Norte Fluminense	Serrana	Total
Quantidade de sítios pesquisados / total de municípios da região	10/10	3/3	10/10	12/12	20/20	13/13	8/8	14/14	88/91
História do Município	90%	100%	90%	83%	70%	77%	89%	71%	84%
Geografia	70%	67%	80%	75%	40%	62%	89%	64%	68%
Economia	20%	67%	30%	33%	30%	31%	67%	43%	40%
Finanças Públicas	100%	100%	100%	100%	100%	100%	89%	100%	99%
Cultura e Entretenimento	30%	67%	80%	42%	35%	38%	89%	50%	54%
Saúde	50%	100%	80%	92%	55%	38%	78%	36%	65%
Educação	70%	100%	80%	83%	55%	31%	44%	50%	64%
Meio Ambiente	40%	100%	60%	42%	50%	15%	22%	43%	47%
Infraestrutura	40%	67%	90%	67%	55%	62%	67%	50%	62%
Tributação	70%	100%	100%	67%	75%	85%	78%	50%	78%
Legislação	100%	100%	100%	100%	90%	100%	89%	100%	97%
Notícias	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Turismo	80%	100%	80%	75%	65%	54%	89%	86%	79%
Estrutura Administrativa	100%	100%	90%	100%	95%	85%	100%	93%	95%
Investimentos	20%	33%	20%	42%	20%	8%	33%	36%	26%
Políticas Públicas	30%	67%	20%	75%	15%	38%	44%	50%	42%
Trabalho e Emprego	30%	100%	50%	50%	45%	23%	78%	21%	50%
Trânsito	40%	67%	40%	50%	40%	8%	33%	36%	38%
Plano Diretor	20%	67%	30%	50%	55%	15%	44%	43%	41%
Total	58%	84%	69%	70%	57%	51%	70%	59%	

A Costa Verde mais uma vez liderou o estágio informativo, com o bom resultado de 84%. Em seguida aparecem empatados, com 70%, as regiões do Médio Paraíba, que aumentou 1%, e o Norte Fluminense, que recuou 1%, ambos em relação ao ano de 2018. Com resultado regular, seguem-se as Baixadas Litorâneas, com 69%, a Região Serrana, com 59%, Centro-Sul, com 58%, Região Metropolitana, com 57%, e por último o Noroeste Fluminense, com 51%.

Entre as regiões que apresentaram queda em seus desempenhos, o Centro-Sul Fluminense apresentou a maior redução (nove pontos percentuais). Seguem-se a Região Metropolitana, o Noroeste Fluminense e o Norte Fluminense, todos com perda de um p.p. As regiões que avançaram foram a Baixada Litorâneas (mais cinco p.p.), a Costa Verde (dois p.p.) e o Médio Paraíba (um p.p.). A Região Serrana não apresentou variação percentual.

Presente em 100% dos sítios, Notícias é o item mais frequente. Finanças estão presentes em 99% dos municípios avaliados. Na sequência, os temas mais frequentes são Legislação, Estrutura Administrativa e História. O menos encontrado é Investimento, uma

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

vez que somente 26% dos municípios desenvolvem satisfatoriamente esse item, que se refere a programas responsáveis pela atração de projetos de instalação de empresas e indústrias com objetivo de gerar emprego e renda à população.

Ainda com referência aos serviços informativos, quatro municípios atenderam a 100% dos quesitos: Macaé, Petrópolis, Resende e Volta Redonda, conferindo destaque ao Médio Paraíba, onde estão situados os dois últimos. Mais 26 municípios apresentaram bom desempenho (eram 28 na pesquisa referente a 2018).

No estágio interativo, foram definidos 18 temas, também autoexplicativos. Com *performance* sofrível em sete das oito regiões do estado, permanece o desafio de se obter algum formulário ou realizar um cadastro simples nos sítios oficiais.

No estágio interativo, sete das oito regiões apresentaram evolução nos percentuais. O Centro-Sul Fluminense, ao sair de 25% para 34%, obteve o maior aumento. Seguem-se o Médio Paraíba, de 38% para 46%, Região Serrana, de 30% para 37%, Noroeste Fluminense, de 26% para 31%, Região Metropolitana, de 33% para 36%, Norte Fluminense, de 35% para 38% e Baixadas Litorâneas, de 41% para 42%. Apenas a Costa Verde teve queda, de 69% para 67%.

Tabela 2: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Interativo – Regiões – 2020

Região Administrativa	Centro-Sul Fluminense	Costa Verde	Baixas Litorâneas	Médio Paraíba	Metropolitana	Noroeste Fluminense	Norte Fluminense	Serrana	Totais
Quantidade de sítios pesquisados / total de municípios da região	10/10	3/3	10/10	12/12	20/20	13/13	9/9	14/14	91/91
IPTU	60%	100%	100%	75%	100%	85%	78%	93%	86%
ISS	60%	100%	80%	75%	90%	62%	44%	71%	73%
ITBI	40%	33%	30%	25%	45%	15%	22%	21%	29%
Simplex	0%	0%	0%	17%	0%	15%	0%	7%	5%
Processos	60%	100%	80%	92%	55%	54%	56%	57%	69%
Saúde	20%	100%	20%	33%	15%	15%	0%	0%	25%
Educação	30%	67%	30%	17%	10%	0%	11%	7%	21%
Habitação	0%	33%	30%	17%	30%	0%	22%	0%	17%
Iluminação Pública	20%	0%	40%	42%	25%	8%	22%	21%	22%
Água e Esgoto	20%	67%	20%	33%	5%	8%	11%	21%	23%
Transportes	10%	100%	20%	33%	20%	15%	44%	29%	34%
Obras e Meio Ambiente	0%	67%	20%	25%	10%	8%	56%	21%	26%
Vigilância Sanitária	10%	0%	10%	8%	10%	0%	11%	21%	9%
Concursos	60%	100%	30%	75%	5%	62%	33%	64%	54%
Licitações	50%	100%	100%	100%	90%	77%	67%	79%	88%
Cadastro de Fornecedores	30%	67%	30%	25%	30%	38%	56%	36%	39%
Balcão de Empregos	10%	67%	20%	42%	5%	0%	56%	21%	28%
Ouvidoria	100%	100%	100%	92%	95%	100%	100%	100%	98%
Totais	34%	67%	42%	46%	36%	31%	38%	37%	

O serviço de Ouvidoria¹¹ mantém-se predominante, estando presente em 98% dos sítios pesquisados. Outros serviços interativos preferencialmente disponibilizados referem-se aos principais tributos municipais – ISS e IPTU – e às Licitações. Por outro lado, serviços interativos de Iluminação Pública, Habitação e Vigilância Sanitária, além de tributação Simplex, são os menos ofertados pelos municípios em seus sítios oficiais. Volta Redonda, com 89%, Angra dos Reis, Macaé e Petrópolis, com 78%, foram os únicos municípios a apresentar bom rendimento nesse estágio.

11 - Ouvidoria, enquanto serviço, foi considerada como sendo qualquer canal de interação disponível ao internauta, incluindo o "Fale Conosco" e endereços de e-mail.

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

Em relação aos 37 quesitos resultantes da soma do estágio informativo e do interativo, o município que mais se destaca é Volta Redonda, com 95% de aproveitamento. Foram identificados 12 sítios com aproveitamento igual ou superior a 70% – pela ordem, além de Volta Redonda, contam-se Macaé, Petrópolis, Angra dos Reis, Rio das Ostras, Maricá, Mangaratiba, Nova Friburgo, Resende, Barra do Pirai, Cabo Frio e Campos dos Goytacazes. Outros 30 municípios ficaram na faixa de 50% a 69% e 49 sítios não atingiram 50%. Um grupo de quatro municípios não chegou a 30%. São eles: Cachoeira de Macacu (27%), Itaocara (27%), Japeri (27%) e Engenheiro Paulo de Frontin (16%).

Em todos os estágios, há forte variância intrarregional, o que será objeto da análise a seguir.

A Região Metropolitana aparece na 7ª colocação no *ranking* do estágio informativo, uma a menos do que em 2018. No estágio interativo, ocupa a 5ª posição, uma acima de 2018. Todos os sítios da região foram avaliados.

Os quesitos Finanças Públicas e Notícias estão presente em 100% dos sítios, Estrutura Administrativa, em 95%, Legislação, em 90%. Políticas Públicas foi o item com menor frequência. Maricá, com 95%, Nova Iguaçu, com 84 e Itaguaí, com 74%, foram os únicos a apresentarem bom desempenho. Apresentaram sítios regulares Duque de Caxias, Mesquita e São João de Meriti, com 68%, Guapimirim, Magé, Paracambi, Queimados Rio Bonito, São Gonçalo e Seropédica, com 58%, e Itaboraí, com 53%. Tiveram desempenho sofrível Nilópolis e Niterói, com 47%, e Belford Roxo e Tanguá, com 42%. Obtiveram rendimento insuficiente Cachoeira de Macacu e Japeri, com 26%.

Tabela 3: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Informativo – Região Metropolitana – 2020

Municípios	Belford Roxo	Cachoeira de Macacu	Duque de Caxias	Guapimirim	Itaboraí	Itaguaí	Japeri	Magé	Maricá	Mesquita	Nilópolis	Niterói	Nova Iguaçu	Paracambi	Queimados	Rio Bonito	São Gonçalo	São João de Meriti	Seropédica	Tanguá	Metro-politana
Data da visita ao sítio oficial	26/5	27/5	2/6	2/6	3/6	3/6	4/6	5/6	8/6	9/6	1/7	1/7	1/7	9/7	3/7	18/6	23/6	7/7	28/6	8/7	
História do Município					1	1		1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	70%
Geografia			1		1	1			1							1	1	1	1		40%
Economia									1				1				1	1	1	1	30%
Finanças Públicas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
Cultura e Entretenimento			1	1		1			1				1	1			1				35%
Saúde					1	1		1	1	1	1		1	1	1			1	1		55%
Educação			1	1		1		1	1	1	1		1	1	1			1	1		55%
Melo Ambiente	1		1	1		1		1				1	1	1				1	1		50%
Infraestrutura	1		1					1	1	1		1	1	1		1	1	1			55%
Tributação	1		1	1	1	1		1	1	1	1	1	1		1	1	1	1			75%
Legislação	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			90%
Notícias	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			100%
Turismo			1	1		1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	65%
Estrutura Adm.	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	95%
Investimentos			1	1					1			1									20%
Políticas Públicas									1	1								1			15%
Trabalho e Emprego			1	1	1	1			1	1			1			1			1		45%
Trânsito						1	1		1	1			1		1		1			1	40%
Plano Diretor	1	1			1			1	1			1	1	1	1				1	1	55%
Percentual	42%	26%	65%	58%	53%	74%	26%	55%	95%	68%	47%	47%	84%	58%	58%	58%	58%	65%	58%	42%	

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

Quanto ao estágio interativo, a tributação do IPTU foi novamente o item mais frequente, estando presente em 100% dos portais. Serviços referentes a ouvidoria foram oferecidos em 95%, seguidos de ISS e Licitação, com 90%. Nenhum município pontuou no quesito Simples.

Duque de Caxias e Maricá, com 56% e conceito regular, alcançaram a maior pontuação. Seguem-se Niterói, Nova Iguaçu e São Gonçalo, com 50%. Apresentaram desempenho sofrível Paracambi, Queimados e Rio Bonito, com 39%, e Itaguaí, Mesquita e São João de Meriti, com 33%. Obtiveram conceito insuficiente Cachoeira de Macacu, Japeri, Nilópolis, com 28%, Guapimirim, Magé, Seropédica e Tanguá, com 22%, e Belford Roxo, com apenas 17%.

Tabela 4: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Interativo – Região Metropolitana – 2020

Municípios	Belford Roxo	Cachoeira de Macacu	Duque de Caxias	Guapimirim	Jaboticabal	Itaguaí	Japeri	Magé	Maricá	Mesquita	Nilópolis	Niterói	Nova Iguaçu	Paracambi	Queimados	Rio Bonito	São Gonçalo	São João de Meriti	Seropédica	Tanguá	Metropolitana
Data da visita ao sítio oficial	26/5	27/5	2/6	2/6	3/6	3/6	4/6	5/6	5/6	2/6	1/7	1/7	1/7	6/7	3/7	18/6	23/6	7/7	3/8	8/7	
IPTU	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
ISS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	90%
ITBI				1	1		1		1	1		1	1			1	1				45%
Simples																					0%
Processos			1						1		1	1	1	1	1	1	1	1		1	50%
Saúde			1		1					1											15%
Educação					1	1															10%
Habitação			1		1				1			1	1		1						30%
Iluminação Pública			1						1				1			1	1				25%
Água e Esgoto		1																			0%
Transportes						1			1			1		1							20%
Obras e Meio Ambiente			1															1			10%
Vigilância Sanitária			1																1		10%
Concursos																	1				5%
Licitações	1	1			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	90%
Cad. de Fornecedores			1									1	1	1	1		1				30%
Balcão de Emprego									1												5%
Ouvidoria	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	95%
Percentual	17%	25%	50%	22%	44%	33%	25%	22%	80%	33%	20%	50%	50%	30%	30%	30%	50%	33%	22%	22%	

Para o estágio transacional, a pesquisa testou se os sítios municipais possibilitam a realização de cinco tipos de transações diferentes. Dos 91 municípios analisados, 90 apresentaram algum serviço transacional, correspondendo a 45% do total, com aumento de seis pontos percentuais em relação a 2018.

A Nota Fiscal Eletrônica estava disponível em 87 sítios oficiais, com aumento de um ponto percentual em relação ao último estudo realizado. Consulta Prévia/Alvará Provisório esteve presente em 55 municípios. Na sequência, Licitação e Pregão, com 27

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

registros, Emissão de Certidão Negativa, com 20, e Educação/Matrícula aparece com o menor número, um total de 16 anotações.

No estágio transacional, a Região Metropolitana subiu da 4ª para a 2ª posição, com 49% de aproveitamento, sendo superada apenas pelas Baixadas Litorâneas.

Os sítios de Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu e Rio Bonito apresentaram quatro serviços. Cachoeira de Macacu, Duque de Caxias, Maricá e São Gonçalo três serviços. Belford Roxo, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Mesquita, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Tanguá ofereceram dois. Um total de três municípios apresentou somente um serviço. A Nota Fiscal Eletrônica permanece sendo o serviço mais frequente, presente em 100% dos sítios visitados.

Tabela 5: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Transacional – Região Metropolitana – 2020

Municípios	Serviços					Metropolitana	Data da visita ao sítio oficial
	Consulta Prévia/Atas Provisório	Licitação e Pregão	Nota Fiscal Eletrônica	Educação/Matrícula Online	Emissão de Certidão Negativa de Débito		
Belford Roxo			1	1		40%	26/5
Cachoeiras de Macacu	1		1	1		60%	27/5
Duque de Caxias	1	1	1			60%	2/6
Guapimirim			1			20%	2/6
Itaboraí	1		1			40%	3/6
Itaguaí		1	1			40%	3/6
Japeri	1		1			40%	4/6
Magé			1			20%	5/6
Maricá	1		1	1		60%	8/6
Mesquita			1	1		40%	9/6
Nilópolis	1	1	1		1	80%	1/7
Niterói	1	1	1		1	80%	1/7
Nova Iguaçu		1	1	1	1	80%	1/7
Paracambi	1		1			40%	9/7
Queimados	1		1			40%	3/7
Rio Bonito	1	1	1	1		80%	18/6
São Gonçalo	1	1	1			60%	23/6
São João de Meriti	1		1			40%	7/7
Seropédica			1			20%	28/6
Tanguá	1		1			40%	8/7
Percentual	65%	35%	100%	30%	15%		

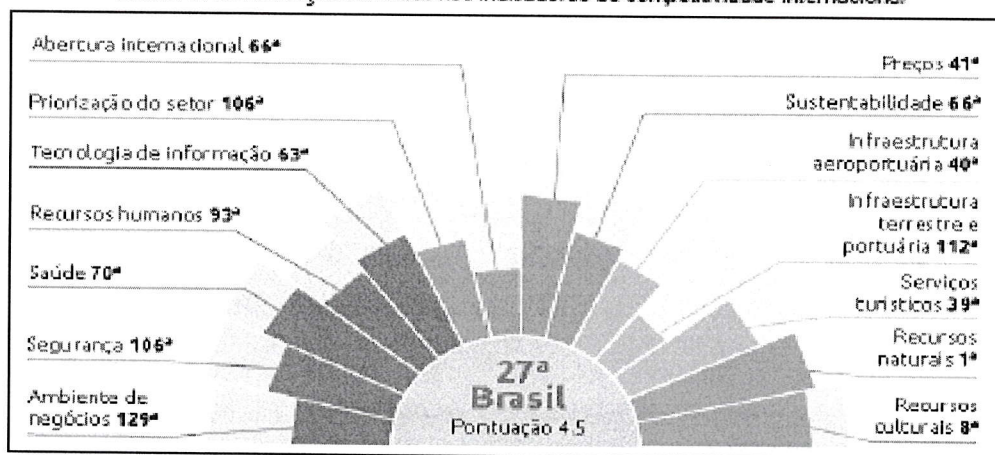
Enfatizamos que o principal objetivo do governo eletrônico é promover o acesso à informação e à prestação de serviços públicos através dos *websites* oficiais. Essa pesquisa tem por finalidade acompanhar o grau de participação das prefeituras do Estado do Rio de Janeiro nesse processo de desburocratização eletrônica. Resta evidente que o uso dessa ferramenta é uma providência importante e irreversível no mundo moderno.

Aspectos turísticos

O Plano Nacional de Turismo, referente ao período de 2018 a 2022, propõe-se a modernizar e desburocratizar o setor, visando à ampliação de investimentos e acesso ao crédito, como forma de estimular a competitividade e a inovação, investindo na promoção do destino Brasil interna e internacionalmente e na qualificação profissional e dos serviços, a fim de fortalecer a gestão descentralizada e a regionalização do turismo.

Citado no plano, o relatório The Travel & Tourism Competitiveness Report – TTCR, publicado em 2017, no âmbito do Fórum Econômico Mundial, colocou o Brasil na 27ª colocação em um *ranking* de 136 países analisados.

Gráfico 7: Classificação do Brasil nos indicadores de competitividade internacional



Fonte: Fórum Econômico Mundial, 2017. Extraído do Plano Nacional de Turismo.

O Brasil é considerado o número 1 no quesito diversidade de recursos naturais, além de se destacar como 8º classificado no item recursos culturais. No entanto, no quesito priorização do setor, fica na 106ª posição, e no item ambiente de negócios, em 129º, devido à ineficiência do arcabouço legal, burocracia e impostos elevados.

O Ministério do Turismo, em 2017, lançou o pacote de medidas “Brasil + Turismo”, com o objetivo de fortalecer e tornar o turismo um importante vetor de desenvolvimento econômico, por meio da apresentação de soluções técnicas emergenciais para gargalos históricos do setor. A partir da definição das metas a serem alcançadas até o ano de 2022, foram estabelecidas as estratégias e iniciativas do Plano Nacional de Turismo, cujo êxito depende da coordenação de esforços no âmbito do governo federal, das esferas estaduais e municipais e do *trade* turístico.

Quadro 1: Metas globais para o turismo no Brasil – 2018/2022

Aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros de 6,5 para 12 milhões
Aumentar a receita gerada pelos visitantes internacionais de US\$ 6,5 para US\$ 19 bilhões
Ampliar de 60 para 100 milhões o número de brasileiros viajando pelo país
Ampliar de 7 para 9 milhões o número de empregos no turismo

Quadro 2: Diretrizes para o desenvolvimento do turismo nacional – 2018/2022

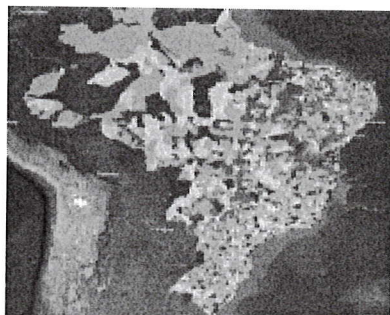
Fortalecimento da regionalização
Melhoria da qualidade e competitividade
Incentivo à inovação
Promoção da sustentabilidade

A Política Nacional de Turismo, estabelecida pela Lei 11.771/2008, tem dentre os seus princípios a regionalização do turismo. A regionalização trabalha sob a perspectiva de que mesmo um município que não possui uma clara vocação para o turismo – ou seja, que não recebe o turista em seu território – pode dele se beneficiar, se esse município desempenhar um papel de provedor ou fornecedor de mão-de-obra ou de produtos destinados a atender o turista. O trabalho regionalizado permite, assim, ganhos não só para o município que recebe o visitante, mas para toda a região.

Quadro 3: Estratégias do Programa de Regionalização do Turismo

MAPEAMENTO: define o território a ser trabalhado; o Mapa do Turismo Brasileiro é a base territorial de atuação dessa política para o desenvolvimento do turismo.
CATEGORIZAÇÃO: divide os municípios constantes no Mapa do Turismo Brasileiro, de acordo com o desempenho de suas economias do turismo.
FORMAÇÃO: prevê a capacitação de gestores públicos e a publicação de cartilhas de orientação para o desenvolvimento do turismo.
FOMENTO À REGIONALIZAÇÃO: prevê o apoio financeiro do Ministério do Turismo aos estados, regiões e municípios na implantação de seus projetos.
COMUNICAÇÃO: engloba a constituição de uma rede nacional de interlocutores do programa, facilitando a interação em prol do desenvolvimento do turismo.
MONITORAMENTO: avalia a evolução do programa e garante eventuais correções de rumo.

Mapa do Turismo



Uma das ferramentas criadas pelo Ministério do Turismo para apoiar o processo de regionalização é o Mapa do Turismo Brasileiro¹², cuja última versão, referente ao período até 2021, inclui 2.694 municípios em todo o território nacional, divididos em 333 regiões turísticas. Neste ano, os estados e municípios contaram com novos critérios, compromissos e recomendações estabelecidos pelo Ministério do Turismo, entre eles a obrigação de participação em instância de governança e em Conselho Municipal de Turismo (Comtur).

12 - <http://mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em 26/09/2019.

Para a confecção do mapa, são consideradas quatro variáveis que refletem o desempenho da economia do turismo em cada localidade: número de empregos e de estabelecimentos formais no setor e as estimativas de fluxo de turistas domésticos e internacionais.

As variáveis selecionadas são cruzadas em uma análise de *cluster* (agrupamento) e dão origem a cinco categorias de municípios. Assim, os municípios que possuem médias semelhantes nas quatro variáveis analisadas estão reunidos em uma mesma categoria (A, B, C, D ou E). Logo, o desempenho da economia do turismo de cada município brasileiro foi medido a partir das médias de dados sobre fluxo e hospedagem.

Na categoria A, estão incluídos os municípios com maior desempenho da economia do turismo; em E, os municípios com menor desempenho. A categoria A, de cor verde no mapa, tem 69 municípios distribuídos pelo território nacional. O grupo B, de cor azul, é integrado por 274 municípios brasileiros. O grupo C, de cor amarela, inclui 499 municípios. A maior concentração, de 1.555 municípios, refere-se ao grupo D. A categoria E reúne 380 municípios de menor fluxo de turistas e menos empregos formais no setor.

Segundo a Portaria 39/2017 do MTur, somente municípios classificados entre A e D podem formalizar instrumentos de transferência voluntária de recursos, para execução de projetos e atividades integrantes do programa Turismo e respectivas ações orçamentárias que visem ao desenvolvimento, à promoção, à comercialização, à divulgação do turismo.

Entre os 83 municípios fluminenses categorizados, destacam-se sete municípios incluídos na categoria A e 17 municípios na categoria B. Juntos, esses 24 destinos representam 29% dos 92 municípios fluminenses, uma alta concentração, considerando-se que, na média nacional, esse índice não ultrapassa 11,84%. Na edição anterior do mapa, eram oito os municípios fluminenses inseridos na categoria A e 12 na categoria B.

A maior frequência em território fluminense se apresenta na categoria D, como evidencia a tabela a seguir.

Tabela 6: Distribuição dos municípios fluminenses por categoria turística

Categoria	Nº de casos	% de casos
A	7	8.43%
B	17	20.5%
C	23	27.7%
D	33	39.8%
E	3	3.61%
Total	83	100%

Fonte: Mapa do Turismo

Nesta última edição do mapa, em território fluminense, restaram sem categorização turística Araruama, Belford Roxo, Cambuci, Conceição de Macabu, Santo Antônio de

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

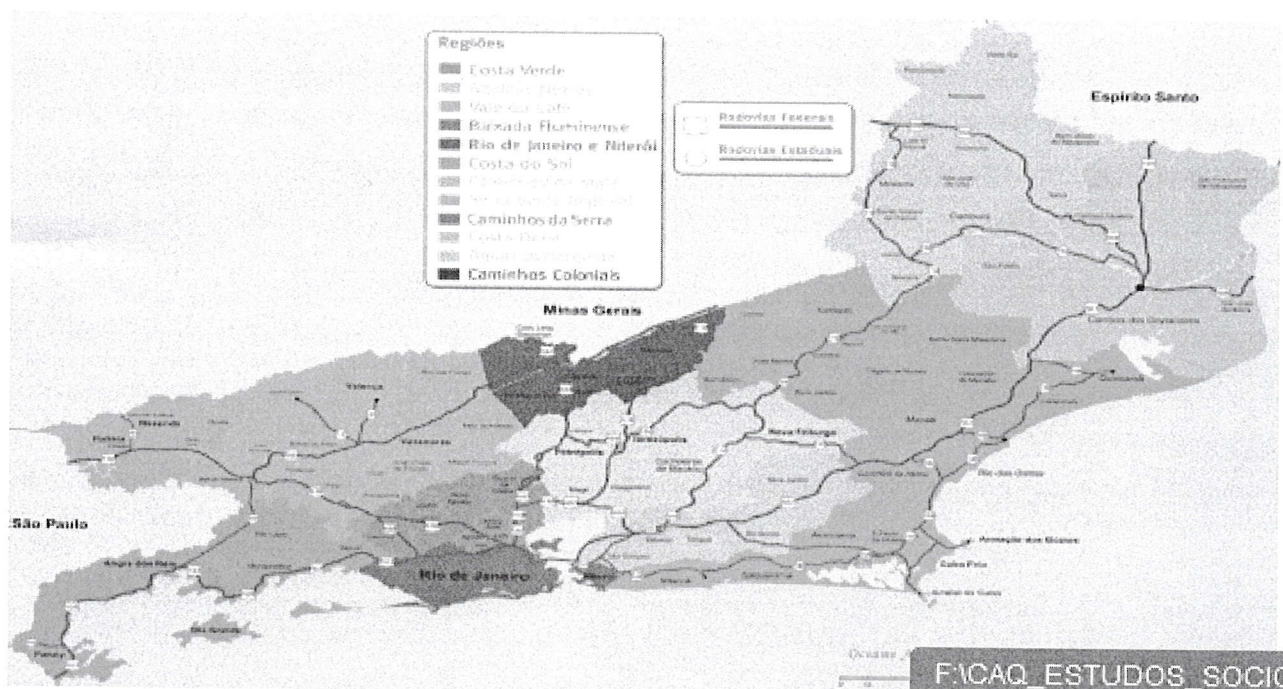
Plano Plurianual 2026-2029

Pádua, São José de Ubá, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto e Seropédica.

Potencial turístico dos municípios fluminenses

O Estado do Rio de Janeiro dispõe, desde 2001, do seu Plano Diretor de Turismo. É um instrumento básico para intervenções no setor que estabelece, com base no inventário do potencial turístico das regiões que compõem o estado, as ações de planejamento, promoção e execução da política estadual de turismo.

Com base no plano, o Estado do Rio de Janeiro apresenta 12 regiões turísticas, ajustadas conforme processos de negociação e validação em instâncias e oportunidades diversas, como ilustra o mapa a seguir¹³.



Fonte: Turismo

F:\CAQ_ESTUDOS_SOCIOECONOMICOS\Mapa do Turismo do Estado do Rio de Janeiro\mapa-regioes.jpg

O conjunto formado pela Região Metropolitana, a Costa do Sol, a Costa Verde, a Serra Verde Imperial, as Agulhas Negras e o Vale do Café é considerado estratégico para o desenvolvimento do turismo. Essas seis regiões apresentam produtos e roteiros já consolidados ou com potencial de rápida consolidação, com vistas à comercialização.

Itaguaí faz parte da região turística Costa Verde, juntamente com Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty.

13 - A Turismo identifica como Baixada Fluminense a região turística denominada Baixada Verde no Mapa do Turismo elaborado pelo Ministério do Turismo.

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

No Mapa do Turismo, Itaguaí pertence à categoria B, que indica o segundo grau mais alto de desempenho econômico do setor turístico.

Quadro 4: Categorização do município com base na economia do turismo

Região Turística	Costa Verde
Turistas domésticos	60.254
Turistas internacionais	1.034
Estabelecimentos formais no setor de hospedagem	16
Empregos	135
Arrecadação de impostos	R\$ 1.286.525,00
Categoria	B

Fonte: Mapa do Turismo

Aspectos culturais

O Mapa de Cultura do Estado do Rio de Janeiro é um projeto realizado pela Secretaria de Estado de Cultura para mapear e divulgar as principais manifestações culturais dos municípios. Trata-se de um portal bilíngue na internet¹⁴ contendo informações sobre espaços culturais, festas tradicionais e festivais de cultura, patrimônios materiais e imateriais, além de artistas, personagens e grupos locais. Alguns dos destaques em Itaguaí são os seguintes:

Patrimônio material

Igreja de São Francisco Xavier de Itaguaí – Segundo o arquivo histórico da prefeitura, a igreja teve sua construção iniciada por jesuítas em 1718 e foi concluída em 1729. Está em condições precárias de conservação. Merecem destaque as imagens em madeira de São Francisco Xavier e de Nossa Senhora do Pilar. Com dois pórticos, a igreja dá acesso ao cemitério municipal, também secular. Na Praça Dom Luís Guanella.

Chafariz Histórico – Inaugurado em 1848. Localizado na antiga Estrada Geral (que chegava até São Paulo), foi ponto de parada das tropas do imperador D. Pedro I, na histórica viagem em que deu o “Grito de Independência”. Na Rua Maria Matos Santiago.

Patrimônio imaterial

Grupo Folclórico Quadrilha Raio de Luar – Quadrilha junina mais antiga de Itaguaí, criada há 20 anos, é a única em toda a região que se mantém atuante. Na estrada da Mazomba, Rua 28, bairro Leandro.

14 - <http://mapadecultura.rj.gov.br/>. Última visita em agosto de 2019.

Agenda

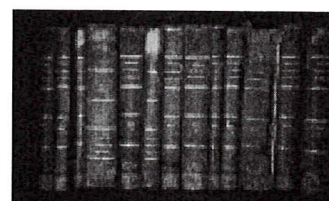
Festival Estudantil de Teatro de Itaguaí – É voltado para os alunos da rede pública de ensino. As crianças preparam os espetáculos no decorrer do ano, escolhem temas e uma personalidade ligada ao teatro para homenagear durante as apresentações. O evento é realizado em dezembro, no Teatro Municipal, na Rua Amélia Louzada.

Expo Itaguaí – São seis dias de festa para celebrar o aniversário da cidade. Promove feiras de artesanato, exposição agropecuária, apresentações musicais em lonas culturais e no parque de diversão da cidade. Em julho, no parque de eventos, estrada do Trapiche.

Espaços culturais

Casa de Cultura de Itaguaí – Tem salas de aula para cursos e exposições, além de um pequeno café. Reformado em 2006, o prédio, que já foi uma estação de trem de passageiros, fica ao lado da linha férrea, por onde ainda passam vagões de minério.

Biblioteca Pública Machado de Assis – Iniciada em 1880, tem um acervo de cerca de 1,5 mil livros e ainda guarda parte dos volumes doados pelo imperador D. Pedro II. São 200 títulos de medicina e literatura francesa, que estão expostos, mas não podem ser manuseados. Os livros foram encontrados no porão da prefeitura e levados para a biblioteca na inauguração da Casa de Cultura, em 2006.



Teatro Municipal de Itaguaí – Recebe programação de cidades vizinhas e também de outros estados. Possui espaço para acomodar 200 pessoas. Na Rua Amélia Louzada.

Cinesercla Itaguaí – Fica no Shopping Pátio Mix. Tem quatro salas, com 581 assentos no total. Na rodovia Rio Santos, Zona Industrial.

Escola de Música Chiquinha Gonzaga – oficinas de canto, instrumentos de sopro e de percussão. Rua Amélia Louzada.

Destaques

I.B Itaguaí B.boys – Vários grupos decidiram se juntar para representar Itaguaí nas apresentações fora da cidade, e assim surgiu o I.B Itaguaí B.boys, que reúne todos os dançarinos de *break* da cidade. Eles mostram o que fazem nas praças e também no Teatro Municipal.

Instituto de Dança de Itaguaí – O IDI foi a primeira escola de dança da cidade, fundada em 2006. Realiza apresentações e eventos anuais como o festival Estrelas da Dança, entre janeiro e março. Na Avenida Ayrton Senna.

Grupos de Teatro de Itaguaí – Itaguaí têm três grupos que encenam, produzem os próprios espetáculos e buscam espaço para as apresentações: a Turma em Cena, o MGT Os Coloridos e o Poeira no Palco. Os espetáculos da Turma em Cena incluem teatro, dança, música e mágica.

Grupo Abadá Capoeira – Criado há dez anos, atua em instituições, escolas e praças da cidade.

III - SUSTENTABILIDADE

A Agenda 2030 reúne os três pilares da sustentabilidade: desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social. Na agenda, a ser cumprida globalmente, estão definidos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), desdobrados em 169 metas, com temas diversos.



O ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis propõe transformar significativamente a construção e a gestão dos espaços urbanos¹⁵. Orienta o planejamento das cidades em temas como mobilidade, gestão de resíduos sólidos e saneamento, além do aumento da resiliência dos assentamentos humanos. Está alinhado à Nova Agenda Urbana, acordada em outubro de 2016, durante a III Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável.



O ODS 6 – Água Potável e Saneamento consiste em assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos. Os recursos hídricos, bem como os serviços a ele associados, sustentam os esforços de erradicação da pobreza, de crescimento econômico e da sustentabilidade ambiental. O acesso à água e ao saneamento importa para todos os aspectos da dignidade humana: da segurança alimentar e energética à saúde humana e ambiental.

Mobilidade urbana

As políticas de uso e ocupação do solo devem promover a formação de cidades mais compactas e sem vazios urbanos, onde a dependência dos deslocamentos motorizados seja minimizada, atendendo assim à Lei nº 12.587/2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, cujo objetivo é melhorar e tornar mais acessíveis os diferentes modos de transporte, proporcionando maior mobilidade de pessoas e cargas no país.

Na visão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea¹⁶, as altas taxas de urbanização e a dispersão territorial elevam as distâncias e o tempo dos deslocamentos diários, tornando a população cada vez mais dependente dos sistemas de transporte.

A política de mobilidade urbana deve estar alinhada às demais políticas setoriais, como saneamento básico e gestão do uso do solo, de forma a estabelecer um programa completo em que toda a infraestrutura urbana esteja adequadamente resolvida e interligada como um único organismo, consoante previsto no inciso I do art. 6º da lei.

A Lei de Mobilidade Urbana determina que os municípios com população acima de 20 mil habitantes elaborem o Plano de Mobilidade Urbana – PMU como requisito para acesso a recursos federais destinados a investimento no setor. Os prazos foram alterados pela Lei 14.000/20, que ampliou até abril/2022 o limite para cumprimento da

15 - Plataforma Agenda 2030, disponível em <http://www.agenda2030.org.br/>. Realização: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea.

16 - A Nova Lei de Diretrizes da Política de Mobilidade Urbana. Caderno de referência para elaboração do Plano de Mobilidade Urbana. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. Comunicado Ipea. 2015.

exigência pelos municípios com população superior a 250 mil habitantes. Os municípios com até 250 mil habitantes devem fazê-lo até abril/2023.

A relação de municípios obrigados a elaborar o PMU também foi alterada pela Lei 14.200/20. Além de cidades com mais de 20 mil habitantes, a obrigação alcança localidades que fazem parte de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (Ripes) que, ao todo, tenham mais de um milhão de habitantes. O mesmo vale para municípios de interesse turístico, incluídos os litorâneos.

Transporte

A Constituição Federal de 1988, no inciso V do art. 30, estabelece que compete aos municípios "organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial".

A Lei de Mobilidade Urbana atribui também aos municípios a responsabilidade em "planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano".

Os resultados da Munic 2020, pesquisada pelo IBGE, mostram que em Itaguaí tem secretaria de transporte. Não dispõe de Conselho Municipal de Transporte, tampouco Fundo Municipal de Transporte.

O município tem os seguintes serviços regulares de transporte de passageiros: ônibus coletivo intramunicipal (parcialmente adaptado para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida), ônibus intermunicipal (que atende também ao deslocamento entre bairros, distritos e localidades), barco, serviço por aplicativo, moto táxi, van e táxi.

A isenção formal da tarifa de ônibus atende as seguintes categorias: maiores de 60/65 anos, crianças menores de 5 anos, pessoas com deficiência física e estudantes da rede pública.

Saneamento básico

A Política Nacional de Saneamento Básico – PNSB (Lei Federal nº 11.445/2007) trata do conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

A Lei 14.026/2020 atualizou o marco legal do saneamento, com o objetivo de dar segurança jurídica e destravar investimentos privados no setor. A lei exige que as concessões devem ser precedidas de licitação, mas os atuais contratos serão mantidos até o fim do prazo pactuado.

Abastecimento de água e esgotamento sanitário

Em 2021, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos – Cedae vendeu a concessão dos serviços de distribuição de água e saneamento em 50 municípios fluminenses, incluindo a capital. Os consórcios vencedores devem realizar investimentos de quase R\$ 30 bilhões até 2033, para assegurar o acesso à água potável a 99% da

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

população e coletar e tratar o esgoto de 90%. O prazo de concessão é de 35 anos, com possibilidade de prorrogação.

Os lotes 1 e 4 do leilão, reunindo 27 municípios, foram arrematados pela concessionária Águas do Rio, do grupo Aegea. Além de parte da capital fluminense, esse prestador será responsável pelos serviços nas seguintes cidades:

Quadro 5: Municípios atendidos pela concessionária Águas do Rio

Município	Bairro/Distrito	Município	Bairro/Distrito
Aperibé	todos	Maricá	todos
Belford Roxo	todos	Mesquita	todos
Cachoeiras de Macacu	todos	Miracema	todos
Cambuci	todos	Nilópolis	todos
Cantagalo	todos	Nova Iguaçu	todos
Casimiro de Abreu	Barra de São João	Queimados	todos
Cordeiro	todos	Rio Bonito	todos
Duas Barras	todos	São Francisco de Itabapoana	todos
Duque de Caxias	todos	São Gonçalo	todos
Itaboraí	todos	São João de Meriti	todos
Itaocara	todos	São Sebastião do Alto	todos
Japeri	todos	Saquarema	Jaconé
Magé	todos	Tanguá	todos

O lote 2 do leilão, arrematado pela concessionária Iguá Saneamento, além de bairros da capital, foi formado por dois municípios da região Centro-Sul:

Quadro 6: Municípios atendidos pela concessionária Iguá Saneamento

Município	Bairro/Distrito	Município	Bairro/Distrito
Miguel Pereira	todos	Paty do Alferes	todos

O lote 3, inicialmente formado por seis cidades fluminenses e mais alguns bairros da Zona Oeste da capital, não foi arrematado no primeiro leilão. O bloco foi reformulado, com a inclusão de 14 municípios, e com este arranjo foi realizado um segundo leilão, ainda em 2021, vencido pela concessionária Águas do Brasil.

Quadro 7: Municípios arrematados em 2021 pela concessionária Águas do Brasil

Município	Bairro/Distrito	Município	Bairro/Distrito
Bom Jardim	todos	Pirai	todos
Bom Jesus do Itabapoana	todos	Rio Claro	todos
Carapebus	todos	Rio das Ostras	todos
Carmo	todos	São Fidélis	todos
Itaguaí	todos	São José de Ubá	todos
Itatiaia	todos	Sapucaia	todos
Macuco	todos	Seropédica	todos
Natividade	todos	Sumidouro	todos
Paracambi	todos	Trajano de Moraes	todos
Pinheiral	todos	Vassouras	todos

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

A situação dos municípios não incluídos no leilão segue como se vê no próximo quadro. A relação apresenta os que possuem serviço autônomo, os que continuarão a ser atendidos pela Cedae e os que já haviam sido concedidos à iniciativa privada.

Quadro 8: Municípios não incluídos nos leilões de 2021

Município	Prestador	Município	Prestador
Angra dos Reis	Cedae/SAAE*	Nova Friburgo	Águas do Brasil
Araruama	Águas do Brasil	Paraíba do Sul	Águas do Brasil
Areal	Prefeitura	Paraty	Águas do Brasil
Armação dos Búzios	Prolagos	Petrópolis	Águas do Brasil
Arraial do Cabo	Prolagos	Porciúncula	Cedae
Barra do Piraí	Cedae/Prefeitura	Porto Real	Prefeitura
Barra Mansa	SAAE	Quatis	Prefeitura
Cabo Frio	Prolagos	Quissamã	Cedae
Campos dos Goytacazes	Águas do Brasil	Resende	Águas do Brasil
Cardoso Moreira	Cedae	Rio das Flores	Cedae
Com. Levy Gasparian	SAAE	Santa Maria Madalena	Cedae
Conceição de Macabu	Prefeitura	Santo Ant. de Pádua	Águas de Pádua
Eng. Paulo de Frontin	Cedae	São João da Barra	Cedae
Guapimirim	Fontes da Serra	São José V. R. Preto	Águas do Rio Preto
Iguaba Grande	Prolagos	São Pedro da Aldeia	Prolagos
Italva	Cedae	Saquarema	Águas do Brasil
Itaperuna	Cedae	Silva Jardim	Águas do Brasil
Laje do Muriaé	Cedae	Teresópolis	Cedae
Macaé	Cedae	Três Rios	SAAE
Mangaratiba	Cedae	Valença	Cedae
Mendes	Prefeitura	Varre-Sai	Cedae
Niterói	Águas do Brasil	Volta Redonda	SAAE

* Serviço Autônomo de Água e Esgoto

O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – Snis, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, apresenta anualmente um panorama do saneamento básico, com base em dados coletados junto aos prestadores de serviços e órgãos gestores dos municípios. Em 2021, foram disponibilizados os resultados para as pesquisas referentes ao ano-base 2020¹⁷.

A tabela a seguir demonstra a situação de Itaguaí em relação à distribuição de água tratada.

Tabela 7: Informações e indicadores agregados – Água potável – Município – 2020

Indicador	Quantidade
População total atendida com abastecimento de água (habitantes)	96.743
Índice de atendimento total de água (%)	71,76
Consumo médio <i>per capita</i> de água (litros/hab. dia)	180,1
Índice de perdas na distribuição (%)	47,47

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

17 - Disponível em <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#>.

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

A próxima tabela traz as informações sobre o esgotamento sanitário:

Tabela 8: Informações e indicadores agregados – Serviços de esgoto – Município – 2020

Indicador	Quantidade
População total atendida com esgotamento sanitário (habitantes)	39.659
Índice de atendimento total de esgoto (%)	29,42
Volume de esgotos coletado (1.000 m³/ano)	2.014,03
Índice de tratamento de esgoto (%)	0

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

Coleta e destinação de resíduos sólidos

Em relação aos resíduos sólidos, os municípios fluminenses, em sua maior parte, fazem parte de arranjos regionais¹⁸ ou consórcios públicos, consoante a Política Nacional de Saneamento Básico – PNSB (Lei Federal nº 11.445/2007) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei Federal nº 12.305/2010). Esses modelos preveem o compartilhamento de serviços ou atividades de interesse comum, permitindo maximizar os recursos humanos, infraestrutura e recursos financeiros existentes em cada um deles, de modo a gerar economia de escala.

Assim como o faz com os indicadores do serviço de água e esgoto, o Snis divulga anualmente o Diagnóstico de Resíduos Sólidos. Já o Instituto Estadual do Ambiente – Inea traça um cenário para a disposição final dos resíduos. Itaguaí faz parte de arranjo regional e dispõe seus resíduos sólidos urbanos em aterro situado no município de Seropédica, conforme o quadro a seguir:

Quadro 9: Informações e fluxos – Resíduos sólidos – Município – 2020

Órgão gestor	Secretaria Municipal de Ordem Pública e Limpeza Urbana
Compartilhamento	Baía de Sepetiba
Unidade de processamento	CTR Rio
Tipo de unidade	Aterro sanitário
Quantidade total de resíduos coletados	103.982,5 ton./ano

Fonte: Elaboração própria. Informações do Snis e do Instituto Estadual do Ambiente – Inea

Águas pluviais

Por fim, o Diagnóstico de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas¹⁹ traz informações sobre 76 municípios fluminenses, abrangendo 92,5% da população urbana estadual. Conforme o estudo, na área urbana de Itaguaí há um percentual de 62% de vias públicas com pavimentação e meio-fio e 62% com redes ou canais pluviais subterrâneos. O modelo de drenagem urbana adotado é combinado (parte do sistema é exclusivo e parte é unitário).

18 - Os arranjos regionais são formados por municípios que, mesmo sem estarem ainda organizados em consórcios intermunicipais, levam seus resíduos para uma central de tratamento de resíduos ou aterro sanitário comum.

19 - Disponível em <http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-aguas-pluviais>.

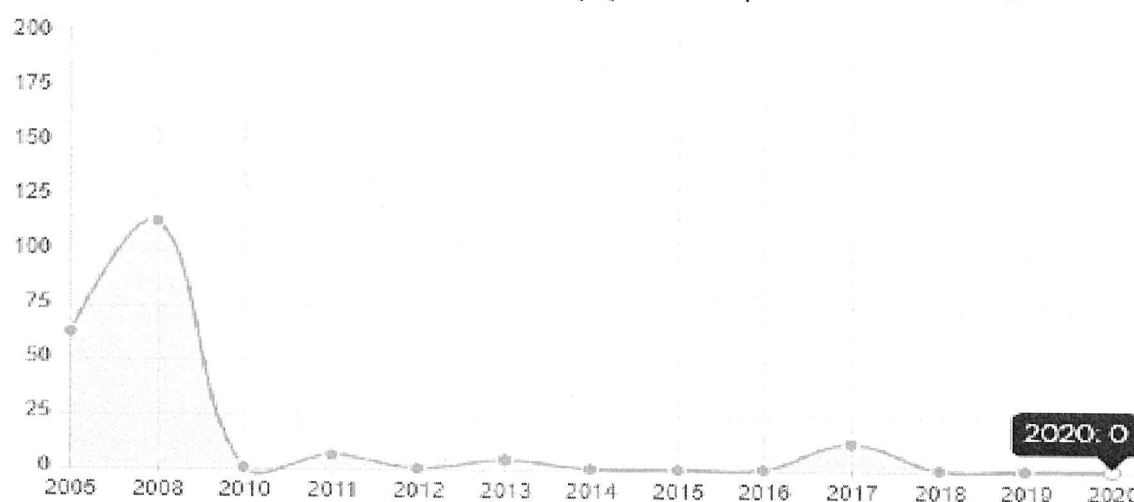
O diagnóstico indica que o município não dispõe de Sistema de Alerta de Riscos Hidrológicos (alagamentos, enxurradas e inundações), mas possui mapeamento de áreas de risco de inundações dos cursos d'água. Nos cinco anos anteriores à pesquisa, não houve registro de pessoas desabrigadas ou desalojadas na área urbana devido a eventos hidrológicos.

Cobertura florestal

A floresta tem importantes funções como proteger e regular o fluxo de mananciais hídricos, regular o clima, amenizar desastres como enchentes, secas e tempestades, manter o ciclo hidrológico (ao absorver, filtrar e promover a qualidade da água) e prevenir a erosão do solo, mantendo sua estrutura e estabilidade²⁰.

No período 2019/2020, o percentual de cobertura florestal em Itaguaí abrangia 31,96% do território original, incluindo 8.016 hectares de mata atlântica, 485 de mangue e 310 de restinga²¹. Não foi registrado desmatamento neste ciclo, como demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 8: Desmatamento do território municipal, em hectares, entre os anos 2005 e 2020



Fonte: Aqui tem Mata?/SOS Mata Atlântica

ICMS ecológico

Criado a partir da Lei Estadual nº 5.100, de 4/10/2007, o ICMS ecológico corresponde ao repasse de 2,5% do ICMS total arrecadado pelo estado.

Estão habilitados ao recebimento deste recurso os municípios que implantaram um sistema municipal de meio ambiente composto, no mínimo, por Conselho Municipal do Meio Ambiente, Fundo Municipal do Meio Ambiente, órgão administrativo executor da política ambiental municipal e guarda municipal ambiental. Foram adotados os seguintes parâmetros para distribuição: 45% vinculados à existência e ao grau de implementação de

20 - Mata Atlântica: manual de adequação ambiental. Maura Campanili e Wigold Bertoldo Schaffer. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente/SBF. 2010.

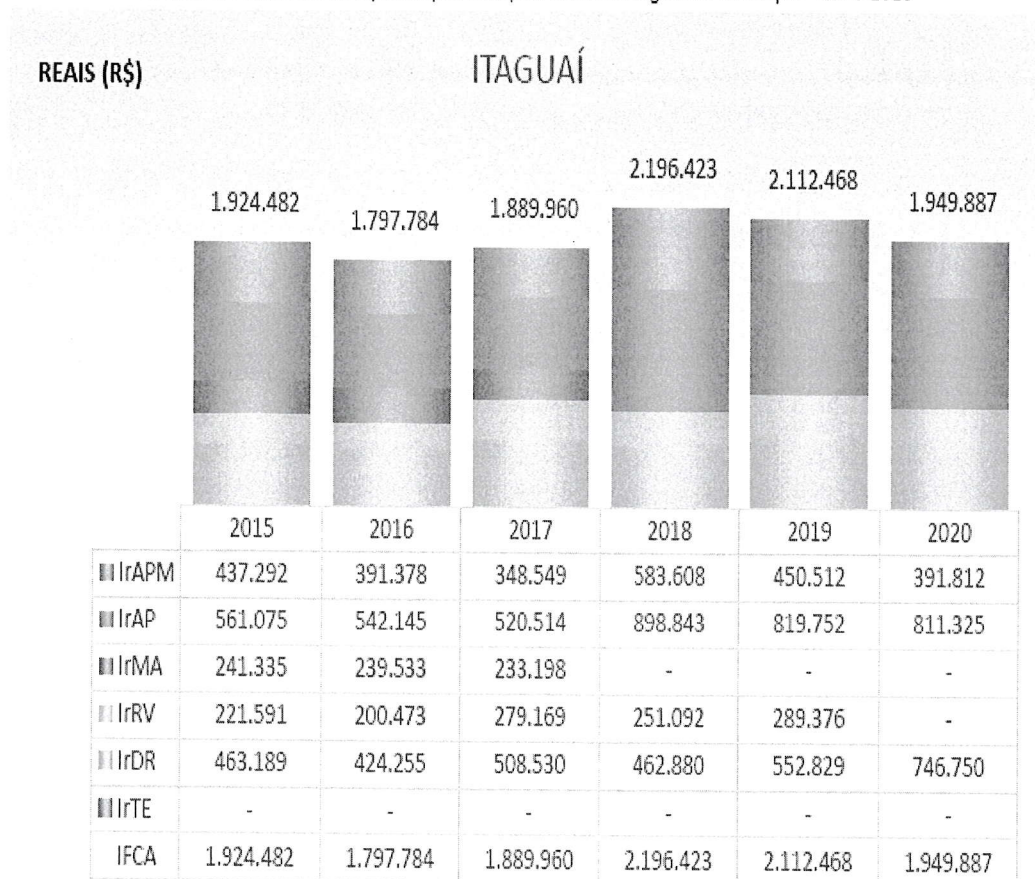
21 - <http://aquitemmata.org.br/#/>. Acesso em julho de 2019.

Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029

áreas protegidas, 30% alocados com base na qualidade ambiental dos recursos hídricos e 25% associados à disposição final adequada de resíduos sólidos.

O gráfico a seguir evidencia as parcelas que integram o Índice Final de Conservação Ambiental – IFCA, base para o cálculo de distribuição do ICMS ecológico. São seis os subíndices que compõem o IFCA: relativo a tratamento de esgoto (IrTE), à destinação final de resíduos sólidos urbanos (IrDL), à remediação de vazadouros (IrRV), aos mananciais de abastecimento (IrMA), bem como à existência e efetiva implantação de áreas protegidas (IrAP), com um percentual específico destinado às áreas criadas pelos municípios (IrAPM).

Gráfico 9: Estimativa de repasse (em reais) do ICMS ecológico ao município - 2015-2020



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do Observatório do ICMS Ecológico do Estado do Rio de Janeiro.

IV - INDICADORES SOCIAIS

Índice de Desenvolvimento Humano

O IDH foi criado pelas Nações Unidas para medir o desenvolvimento dos países a partir de três indicadores: educação, longevidade e renda. O primeiro é uma combinação da média dos anos de estudo da população adulta com os anos de estudo esperados da população jovem, o segundo é medido pela expectativa de vida da população ao nascer e o terceiro é dado pela renda média nacional *per capita* medida em dólar-PPC (paridade do poder de compra).

O índice varia de zero a um e classifica os resultados em cinco faixas de desenvolvimento: muito baixo (de 0,000 a 0,499), baixo (de 0,500 a 0,599), médio (de 0,600 a 0,699), alto (de 0,700 a 0,799) e muito alto (de 0,800 a 1,000). Portanto, quanto mais próximo de um, maior é o desenvolvimento humano apurado.

Com IDH de 0,765²², o Brasil caiu cinco posições e agora ocupa o 84º lugar do *ranking*, entre 189 países e territórios reconhecidos pela ONU. Na América do Sul, além de Chile, Argentina e Uruguai, também Peru e Colômbia aparecem à frente do Brasil na última lista divulgada, em dezembro de 2020.

Tabela 9: Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes – América do Sul

Ranking	País	IDH	Expectativa de vida ao nascer	Anos esperados de escolaridade	Média de anos na escola	RNB per capita PPC
muito alto desenvolvimento humano						
43	Chile	0,851	80,2	16,4	10,6	23.261
46	Argentina	0,845	76,7	17,7	10,9	21.190
55	Uruguai	0,817	77,9	16,8	8,9	20.064
alto desenvolvimento humano						
79	Peru	0,777	76,7	15,0	9,7	12.252
83	Colômbia	0,767	77,3	14,4	8,5	14.257
84	Brasil	0,765	75,9	15,4	8,0	14.263
86	Equador	0,759	77,0	14,8	8,9	11.044
97	Suriname	0,738	71,7	13,2	9,3	14.324
103	Paraguai	0,728	74,3	12,7	8,5	12.224
107	Bolívia	0,718	71,5	14,2	9,0	9.554
113	Venezuela	0,711	72,1	12,8	10,3	7.045
médio desenvolvimento humano						
122	Guiana	0,682	69,9	11,4	8,5	9.455

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud

Entre 1990 e 2019, o Brasil avançou da faixa de médio desenvolvimento humano para a de alto desenvolvimento. No intervalo entre 2014 e 2019, porém, o país perdeu duas posições no *ranking* global. A tabela a seguir apresenta o IDH e as médias de crescimento conforme o período estudado.

22 - Human Development Report 2020, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, disponível em <http://hdr.undp.org/en>.

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

Tabela 10: Tendências do IDH do Brasil – 1990-2019

Índice de Desenvolvimento Humano								Crescimento anual médio do IDH (%)			
1990	2000	2010	2014	2015	2017	2018	2019	1990-2000	2000-2010	2010-2019	1990-2019
0,613	0,685	0,727	0,756	0,756	0,761	0,762	0,765	1,12	0,60	0,57	0,77

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud

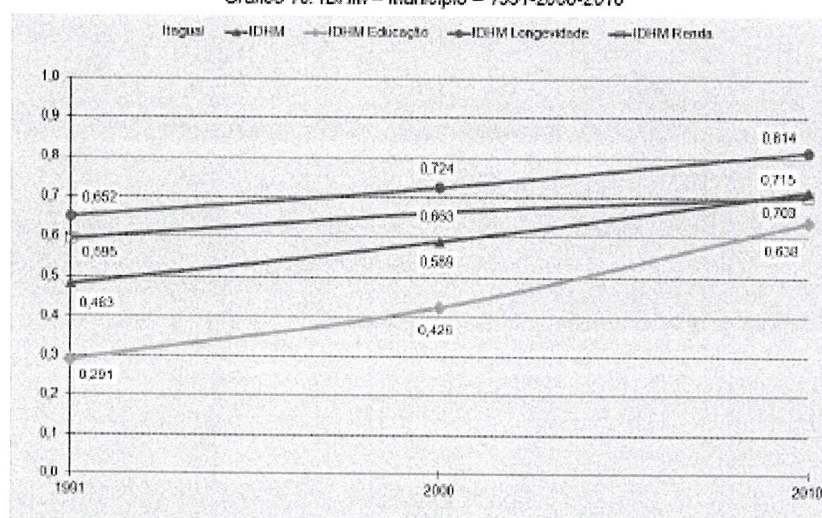
A ONU também avaliou o Índice de Desenvolvimento Humano dos países ajustado pela desigualdade. Se for tomado este critério, o Brasil apresentaria um IDH de valor 0,570 e despencaria 20 posições no *ranking* global.

IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM é calculado pelo Pnud, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e pela Fundação João Pinheiro (de Minas Gerais) com uma série de ajustes para se adaptar à realidade brasileira. O resultado divulgado em 2013, baseado nas informações do Censo 2010, está publicado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (<http://atlasbrasil.org.br/2013/>). Para possibilitar a comparação com os resultados do IDHM de 1991 e 2000, estes foram recalculados conforme as adaptações metodológicas introduzidas na versão atual.

Itaguaí está situado na faixa de desenvolvimento humano alto. Como mostra o gráfico a seguir, o IDHM passou de 0,580, em 1991, para 0,771, em 2010. Isso implica um crescimento de 32,93%. A dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi educação (mais 0,315), seguida por renda e por longevidade.

Gráfico 10: IDHM – Município – 1991-2000-2010



Fonte: Elaboração própria. Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud

Ranking

Itaguaí ocupa a 1.454ª posição em relação a 5.565 municípios do Brasil. Em relação aos outros municípios do Rio de Janeiro, está na 38ª posição.

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

Tabela 11: Ranking do IDHM – Municípios do Estado do Rio de Janeiro

1º - Niterói	0,637	23º - Natividade	0,730	47º - São Pedro da Aldeia	0,712	70º - Areal	0,684
2º - Rio de Janeiro	0,799	23º - Itaperuna	0,730	47º - Conc. de Macabu	0,712	70º - Belford Roxo	0,684
3º - Rio das Ostras	0,773	26º - Barra Mansa	0,729	49º - Duque de Caxias	0,711	72º - Rio Claro	0,683
4º - Volta Redonda	0,771	26º - Cordeiro	0,729	50º - Rio Bonito	0,710	73º - Rio das Flores	0,680
5º - Resende	0,768	28º - Armação dos Búzios	0,728	51º - Saquarema	0,709	73º - Quelimados	0,680
6º - Maricá	0,765	29º - Casimiro de Abreu	0,726	51º - Cantagalo	0,709	75º - Sapucaia	0,675
7º - Macaé	0,764	30º - Três Rios	0,725	51º - Magé	0,709	76 - Paty do Alferes	0,671
8º - Iguaçu Grande	0,761	31º - Angra dos Reis	0,724	54º - Piraí	0,708	76º - São João da Barra	0,671
9º - Mangaratiba	0,753	32º - Engo. Paulo de Frontin	0,722	55º - Quissamã	0,704	78º - Laje do Muriaé	0,668
9º - Nilópolis	0,753	33º - Paracambi	0,720	56º - Macuco	0,703	78º - Santa M. Madalena	0,668
11º - Petrópolis	0,745	34º - São João de Meriti	0,719	57º - Paraiíba do Sul	0,702	80º - Trajano de Moraes	0,667
11º - Nova Friburgo	0,745	35º - Santo Ant. de Pádua	0,718	58º - Cachoeiras de Macacu	0,700	81º - Bom Jardim	0,660
11º - Miguel Pereira	0,745	35º - Araruama	0,718	59º - Guapimirim	0,698	81º - São J. V. R. Preto	0,660
14º - São Gonçalo	0,739	37º - Campos dos Goytacazes	0,716	60º - Porciúncula	0,697	83º - Duas Barras	0,659
15º - Valença	0,738	38º - Itaguaí	0,715	61º - Carmo	0,696	83º - Japeri	0,659
16º - Mesquita	0,737	38º - Pinheiral	0,715	62º - Itaboraí	0,693	83º - Varre-Sai	0,659
16º - Itaíara	0,737	40º - Vassouras	0,714	62º - Paraty	0,693	86º - Tanguá	0,654
18º - Mendes	0,736	41º - Porto Real	0,713	64º - Aperibé	0,692	86º - Silva Jardim	0,654
19º - Cabo Frio	0,735	41º - Miracema	0,713	65º - Cambuci	0,691	88º - São José de Liba	0,652
20º - Barra do Piraí	0,733	41º - Nova Iguaçu	0,713	65º - São Fidélis	0,691	89º - Cardoso Moreira	0,648
20º - Arraial do Cabo	0,733	41º - Carapebus	0,713	67º - Quatis	0,690	90º - São Seb. do Alto	0,646
22º - Bom J. do Itabapoana	0,732	41º - Itaocara	0,713	68º - Itaiva	0,688	91º - São F. Itabapoana	0,639
23º - Teresópolis	0,730	41º - Seropédica	0,713	69º - Com. Levy Gasparian	0,685	92º - Sumidouro	0,611

☐ IDHM muito alto
 ☐ alto
 ☐ médio

Educação

Os principais indicadores da área educacional serão analisados nas páginas a seguir.

Remuneração dos professores

A partir do pareamento das bases de dados do Censo Escolar com a Relação Anual de Informações Sociais – Rais, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, ligado ao Ministério da Educação, calcula a remuneração média dos docentes em exercício na educação básica brasileira²³.

Para chegar à remuneração média, a jornada de trabalho foi padronizada. O levantamento, atualizado no final de 2020 com dados referentes a 2017, revela que a maior remuneração é dos professores da rede federal de ensino, que atuam, prioritariamente, no Ensino Médio. A rede municipal, com número de docentes 35 vezes maior que a federal, paga menos da metade. E a rede privada tem os salários mais baixos.

O resultado está expresso na tabela a seguir.

23 - Ver Nota Técnica / A remuneração média dos docentes em exercício na educação básica: pareamento das bases de dados do Censo da Educação Básica e da Rais. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/remuneracao-media-dos-docentes>.

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

Tabela 12: Remuneração média ponderada por carga horária padronizada – Brasil – 2017

Rede de ensino	Número de docentes (Censo Escolar)	Carga horária média semanal	Média padronizada 40 horas semanais em R\$
Federal	35.240	39,5	R\$ 11.211,04
Estadual	702.437	29,7	R\$ 4.310,67
Municipal	1.218.859	30,3	R\$ 4.103,83
Público (total)	1.956.536	30,2	R\$ 4.331,99
Privada	538.867	29,9	R\$ 3.298,98

Fonte: Inep/MEC

Ao avaliar a remuneração média bruta da rede estadual por unidade da federação, o Inep observa que 14 estados²⁴ tiveram queda real (descontada a inflação) entre 2012 e 2017. Alagoas foi o estado que teve maior redução no período com 29,2% de desvalorização da remuneração média. Por outro lado, Mato Grosso foi o estado que teve maior aumento real, 41,3% de 2012 para 2017. Neste ano, o Estado do Rio de Janeiro era o 11º no *ranking* das redes estaduais e o quadro observado era o seguinte:

Tabela 13: Remuneração média ponderada por carga horária padronizada – Estado do Rio de Janeiro – 2017

Rede de ensino	Número de docentes (Censo Escolar)	Carga horária média semanal	Média padronizada 40 horas semanais em R\$
Estadual	39.426	25,5	R\$ 3.360,87
Público (total)	125.898	29,4	R\$ 4.581,89
Privada	64.149	29,9	R\$ 2.928,57

Fonte: Inep/MEC

Em relação aos municípios, na pesquisa do Inep, não há valores de remuneração e carga horária para os docentes de Mendes, São Francisco de Itabapoana e São João de Meriti²⁵.

Três municípios fluminenses – Teresópolis, Macaé e Petrópolis – figuram entre os 20 maiores valores de remuneração média no país. A tabela a seguir traz os números referentes a Itaguaí:

Tabela 14: Remuneração média ponderada por carga horária padronizada – Município – 2017

Ranking estadual	Ranking nacional	Número de docentes (Censo Escolar)	% localizados na Rais	Carga horária média semanal	Média padronizada 40 horas semanais em R\$
77	3.833	1.464	96,1	44,0	2.756,73

Fonte: Inep/MEC

Programme for International Student Assessment – Pisa

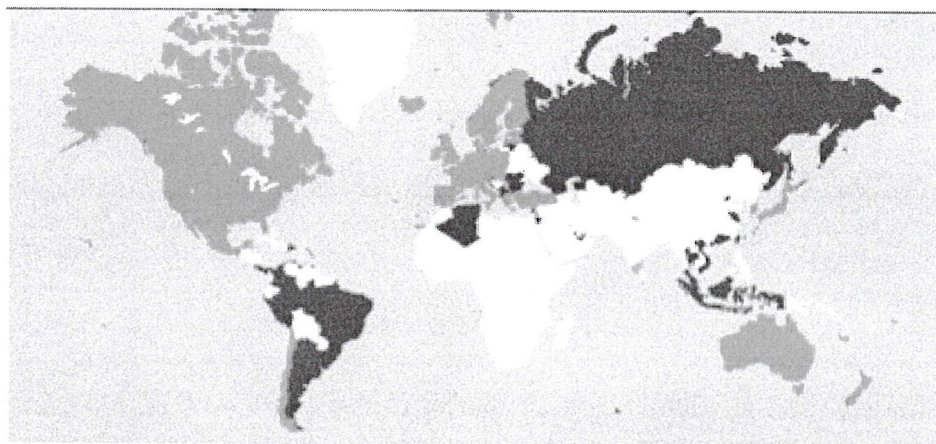
A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE vem buscando melhorar os indicadores internacionais de desempenho educacional. Para tanto, uma de suas iniciativas é o Pisa: uma avaliação internacional padronizada para

24 - A série histórica desconsidera os estados do Rio de Janeiro e Amapá, ambos com inconsistência na informação relativa a algum dos anos.

25 - Remuneração localizada na Rais para menos de 60% dos docentes registrados no Censo Escolar 2017.

estudantes de 15 anos de idade que vem sendo realizada a cada três anos, começando em 2000 e repetindo-se até 2018. Os testes medem o desempenho dos alunos nas áreas de leitura, matemática e ciências.

A edição de 2018 do Pisa, cujos resultados foram divulgados no final de 2019²⁶, reuniu 79 participantes, incluindo algumas economias que não podem ser consideradas países, como Hong Kong, Macau, Shanghai e Taiwan. No mapa a seguir, os países da OCDE estão representados em cinza e os demais parceiros em azul.



Fonte: OCDE

Participaram 600 mil estudantes. Juntos, eles representam cerca de 32 milhões de pessoas de 15 anos de idade matriculados nas escolas dos países participantes. No Brasil, 10.691 alunos de 638 escolas fizeram a prova em 2018, representando o universo elegível de 2.036.861 estudantes na data do exame²⁷.

A tabela a seguir evidencia a quantidade de escolas e estudantes por região geográfica:

Tabela 15: Quantitativo de escolas e estudantes das amostras efetiva e ponderada por região geográfica - Pisa 2018

AMOSTRA EFETIVA			
	Escolas	Estudantes participantes ²⁸	Estudantes ponderados ²⁹
Norte	51	982	172.016
Nordeste	187	3.313	556.533
Sul	90	1.523	302.669
Sudeste	224	4.060	868.275
Centro-Oeste	45	813	137.367
Brasil	597	10.961	2.036.861

Fonte: OCDE, Inep

26 - <http://portal.inep.gov.br/pisa>

27 - <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/12/02/dados-da-avaliacao-mundial-de-educacao-serao-divulgados-nesta-terca-feira.ghtml>. Acesso em 03/12/2019.

28 - Número de estudantes que foram amostrados com base na lista encaminhada pelas escolas e que participaram dos testes respondendo a mais da metade dos itens cognitivos em formulário próprio ou que tiveram, pelo menos, uma resposta nos testes cognitivos e uma quantidade mínima de itens respondidos no questionário do estudante do Pisa 2018.

29 - Correspondência dos estudantes da amostra efetiva na representatividade nacional dos estudantes elegíveis do Pisa.

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

A próxima tabela mostra a alocação dos alunos participantes por dependência administrativa, localização, área e ano escolar:

Tabela 16: Participação dos alunos brasileiros por dependência administrativa, região e ano/série

Variáveis	Amostra	Amostra Poderada	
	N	N	%
Dependência administrativa			
Federal	279	50.521	2,5
Estadual	7.732	1.390.872	68,3
Municipal	1299	278.258	13,7
Privada	1.381	317.209	15,6
Localização			
Urbana	10.271	1.937.457	95,1
Rural	420	99.404	4,9
Área			
Capital	2.462	463.253	22,7
Interior	8.299	1.573.607	77,3
Ano Escolar			
7º Ano do EF	378	82.496	4,1
8º Ano do EF	744	164.666	8,1
9º Ano do EF	1.312	275.523	13,5
1ª Série do EM	3.430	682.375	33,5
2ª Série do EM	4.608	800.827	39,3
3ª Série do EM	219	30.974	1,5
Brasil	10.691	2.036.861	100

Fonte: OCDE, Inep

O Pisa 2018 teve foco em leitura, que foi objeto de um número maior de questões na prova. O desempenho do Brasil, incluindo as áreas de matemática e ciências, está evidenciado na tabela a seguir:

Tabela 17: Evolução do Brasil no Pisa

	2000	2003	2006	2009	2012	2015	2018
Leitura	396	403	393	412	407	407	413
Matemática		356	370	386	389	377	384
Ciências			390	405	402	401	404

Fonte: OCDE, Inep

Na tabela anterior, como recomendado pela OCDE, os resultados de cada disciplina foram considerados válidos a partir da primeira edição em que a mesma foi o domínio principal na avaliação. Leitura foi o foco em 2000, matemática em 2003 e

Município de Itaguaí

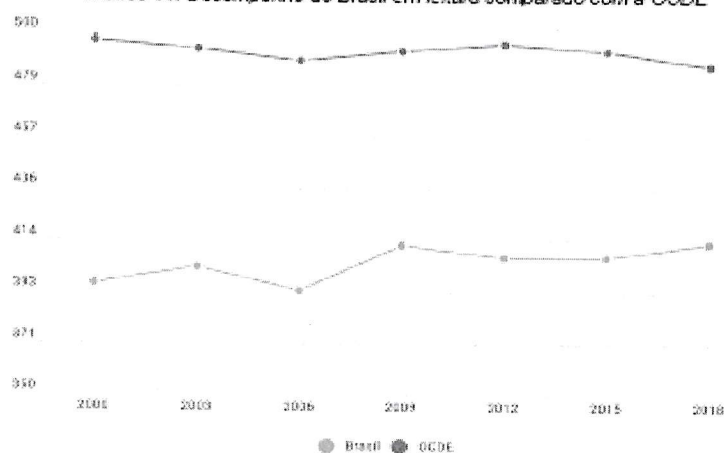
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

Ciências em 2006. Para que os ciclos sejam comparáveis, foram incluídos os resultados das escolas rurais brasileiras a partir do Pisa 2012.

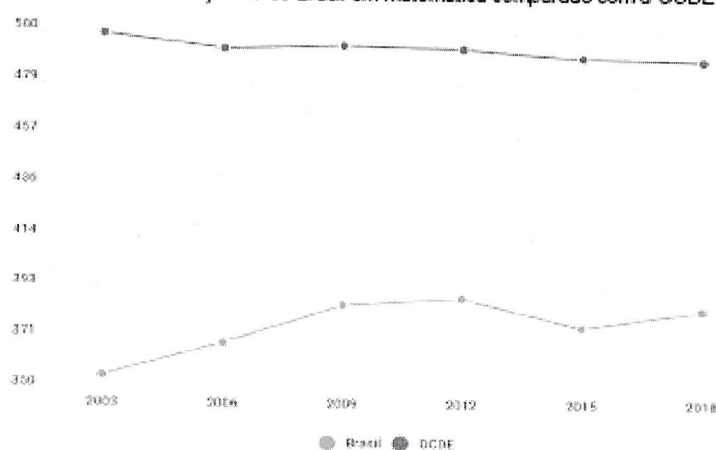
Apesar da tendência brasileira apresentar pequeno crescimento a partir de 2012, ao contrário dos alunos da OCDE, que mostraram leve declínio no mesmo período, ainda assim, o desempenho brasileiro é muito aquém dos países da organização. Em leitura, os brasileiros alcançaram 413 pontos, contra uma pontuação média de 487 observada na OCDE. Já em matemática, a pontuação brasileira foi de 384, mais de cem pontos abaixo dos 489 registrados nos países membros. Em ciências, o resultado foi de 404 pontos contra 489.

Gráfico 11: Desempenho do Brasil em leitura comparado com a OCDE



Fonte: Pisa 2018³⁰

Gráfico 12: Desempenho do Brasil em matemática comparado com a OCDE



Fonte: Pisa 2018³¹

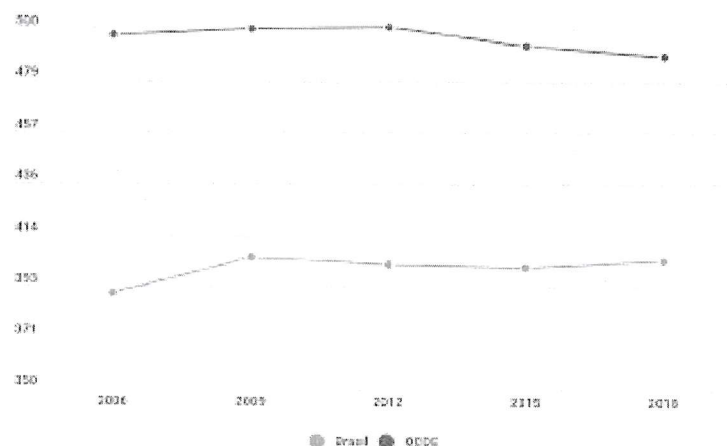
30 - <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/12/03/brasil-cai-em-ranking-mundial-de-ciencias-e-matematica-e-empaca-em-leitura.htm>.
31 - Idem.

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

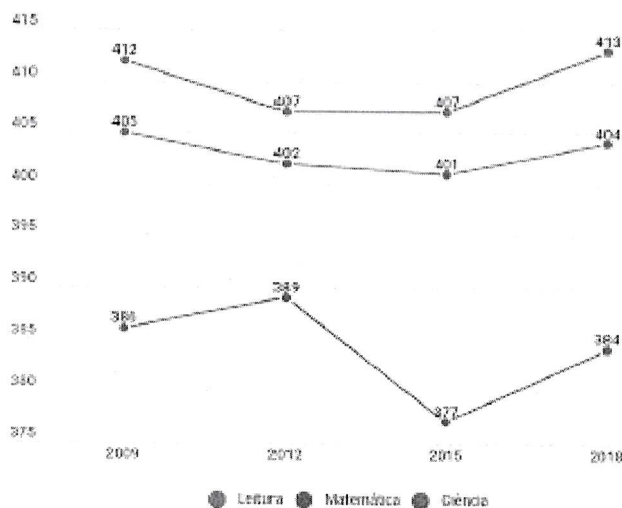
Gráfico 13: Desempenho do Brasil em ciências comparado com a OCDE



Fonte: Pisa 2018³²

O gráfico a seguir apresenta o desempenho do Brasil nas três modalidades, a partir de 2009. Observa-se que, na avaliação de 2018, houve uma melhora da pontuação em relação a 2015:

Gráfico 14: Desempenho do Brasil nas três modalidades



Fonte: Pisa 2018³³

Apesar do resultado ter melhorado em relação à avaliação passada, o Brasil ocupa o 59º lugar do *ranking* geral do Pisa. Na avaliação de proficiência mínima exigida para os três eixos, 43% dos alunos das escolas do Brasil tiveram pontuação abaixo do nível básico (a partir da nota 420,07), enquanto na OCDE apenas 13% ficaram nessa condição.

32 - Idem.

33 - Idem.

Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb

Em anos recentes, o Inep reposicionou o Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb como um instrumento mais adequado do que o Enem para a aferição da qualidade ofertada nos sistemas de educação e nas escolas brasileiras. Há vários anos, o Inep não mais divulga a nota global do Enem por município ou por rede. Também não se pode mais conhecer os resultados de cada escola individualmente, o que era feito, até a edição de 2015, acessando-se o portal dedicado àquele exame.

Instituído em 1990, o Saeb³⁴ foi reestruturado em 2005 e passou a ser composto por duas avaliações: a Avaliação Nacional da Educação Básica – Aneb e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Anresc (Prova Brasil). Em 2013, a Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA foi incorporada ao Saeb para melhor aferir os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática.

Para assumir a função do extinto *Enem por Escola*, o Saeb passou por aprimoramentos em 2017, com ampliação do público-alvo da avaliação, incluindo entre as instituições avaliadas todas as que são completamente mantidas pelo poder público e, por adesão, as que são mantidas por entidades privadas. Esse aprimoramento permitirá, conforme o Inep, que as escolas de Ensino Médio tenham acesso a informações adequadas para avaliação da qualidade da educação.

De acordo com o relatório publicado pelo Inep referente ao período de 2005 a 2015³⁵, os resultados de desempenho nos testes da Aneb e Anresc são expressos por números na escala de proficiência, que variam de 0 a 500 pontos, com média de 250 e desvio-padrão de 50.

Os testes de Língua Portuguesa têm como foco a leitura e seu objetivo é verificar se os alunos são capazes de apreender o texto como construção de conhecimento em diferentes níveis de compreensão, análise e interpretação. Esse foco parte da proposição de que ser competente no uso da língua significa saber interagir, por meio de textos, nas mais diferentes situações de comunicação. É uma atividade complexa, que exige do leitor demonstrar habilidades como reconhecer, identificar, agrupar, associar, relacionar, generalizar, abstrair, comparar, deduzir, inferir, hierarquizar. O conhecimento de Matemática é demonstrado por meio da resolução de problemas. São consideradas capacidades, como observação, estabelecimento de relações, comunicação (diferentes linguagens), argumentação e validação de processos, estimulando formas de raciocínio como intuição, indução, dedução e estimativa.

A tabela a seguir mostra o desempenho dos alunos das redes estadual e municipal de Itaguaí na edição de 2019 do Saeb, com resultados divulgados em 2020.

Tabela 18: Médias de proficiência do Saeb – Município – 2019

Dependência administrativa	Anos iniciais - 5º ano		Anos finais - 9º ano	
	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
Estadual	Não avaliada	Não avaliada	242,38	243,85
Municipal	202,07	213,22	241,84	235,67

Fonte: Elaboração própria. Dados do Saeb/Inep.

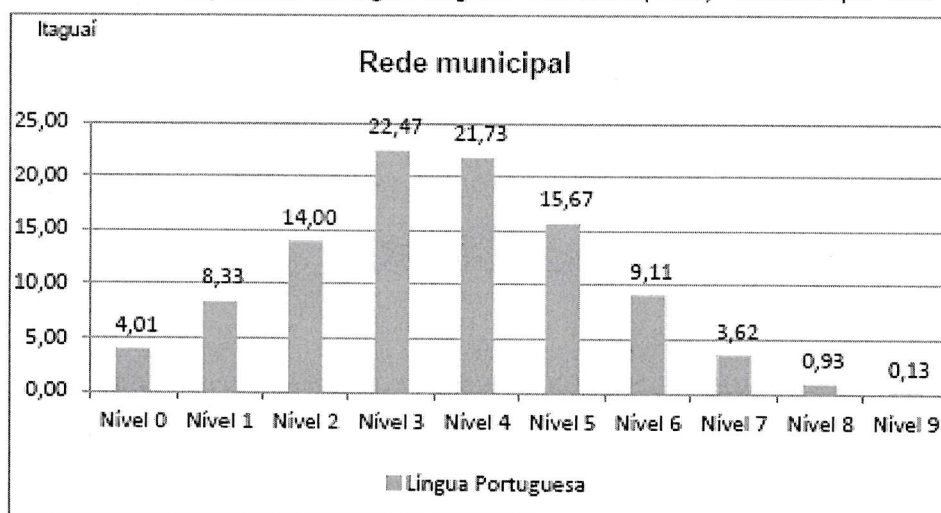
34 - <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb>

35 - http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2018/documentos/livro_saeb_2005_2015_completo.pdf. Relatório Saeb 2005-2015: panorama da década.

Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029

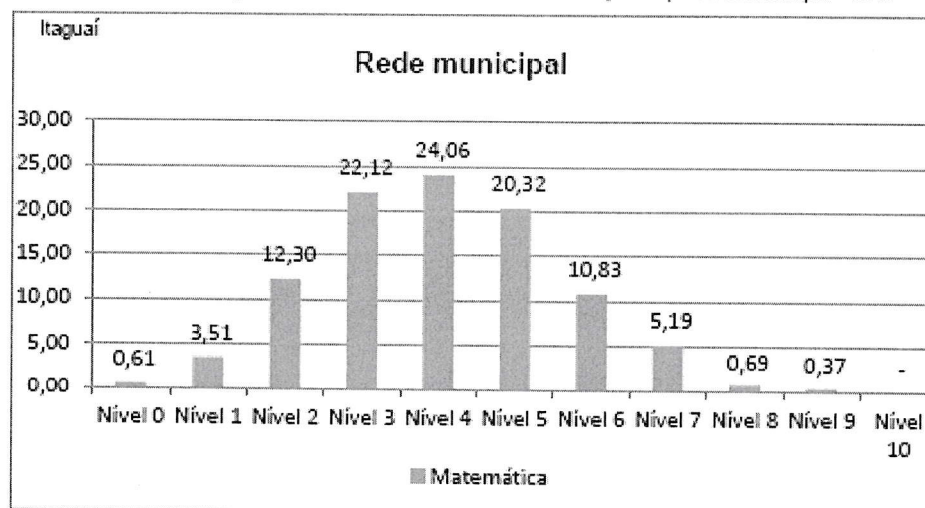
Os gráficos a seguir revelam a distribuição percentual dos alunos das redes estadual e municipal, por nível de proficiência, começando pelo 5º ano fundamental da rede municipal. Nos níveis de 0 a 3, o aprendizado é considerado “insuficiente” pelo Inep, passando a “básico” nos níveis de 4 a 6, e “adequado” a partir do nível 7.

Gráfico 15: Nível de proficiência em Língua Portuguesa – Anos iniciais (5º Ano) – Rede municipal – 2019



Fonte: Elaboração própria. Dados do Saeb/Inep.

Gráfico 16: Nível de proficiência em Matemática – Anos iniciais (5º Ano) – Rede municipal – 2019



Fonte: Elaboração própria. Dados do Saeb/Inep.

Ao concluir os anos iniciais do Ensino Fundamental municipal de Itaguaí, 48,81% dos alunos apresentaram níveis insuficientes de aprendizado em Língua Portuguesa, enquanto 46,51% obtiveram níveis básicos e 4,68% alcançaram níveis adequados. Em Matemática, a proporção foi de 38,54% em níveis insuficientes, 55,21% nos básicos e 6,25% adequados.

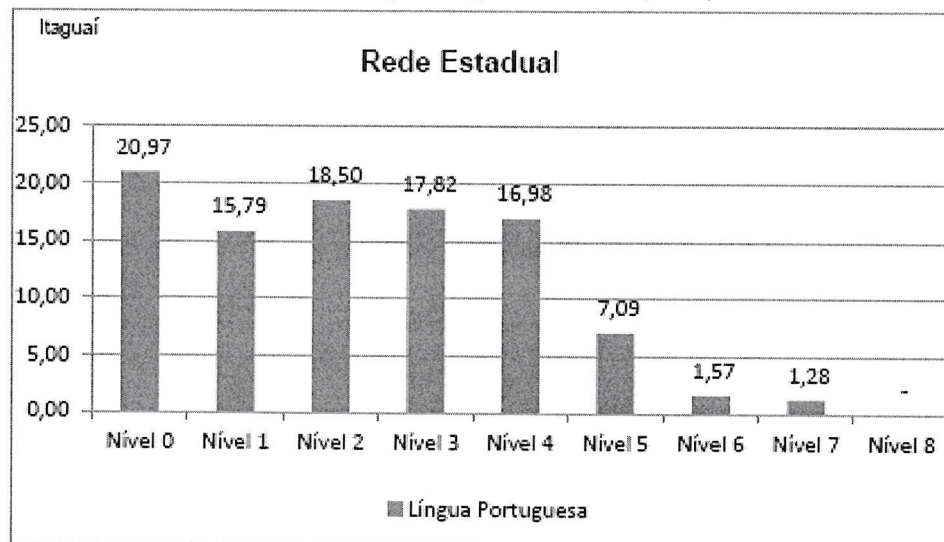
Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

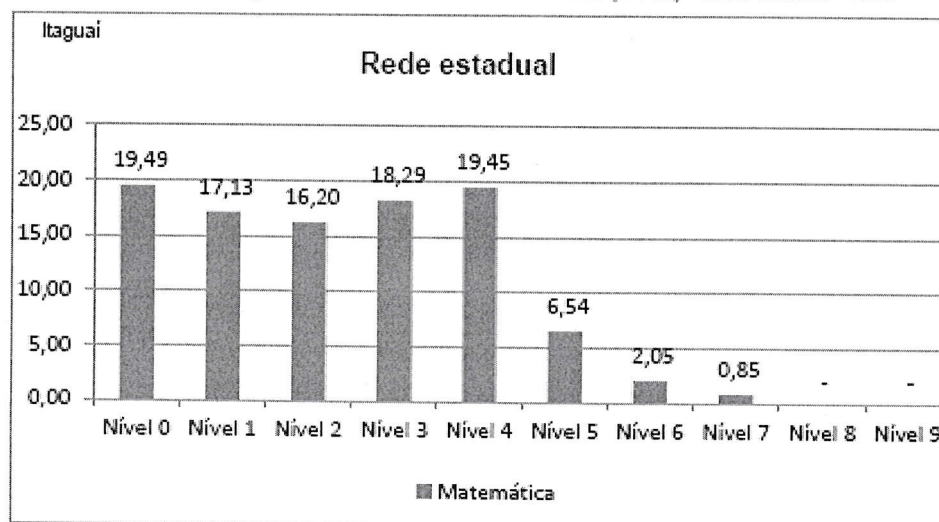
Os próximos gráficos referem-se ao resultado obtido pelos alunos no 9º ano da rede estadual no município.

Gráfico 17: Nível de proficiência em Língua Portuguesa – Anos finais (9º Ano) – Rede estadual – 2019



Fonte: Elaboração própria. Dados do Saeb/Inep.

Gráfico 18: Nível de proficiência em Matemática – Anos finais (9º Ano) – Rede estadual – 2019



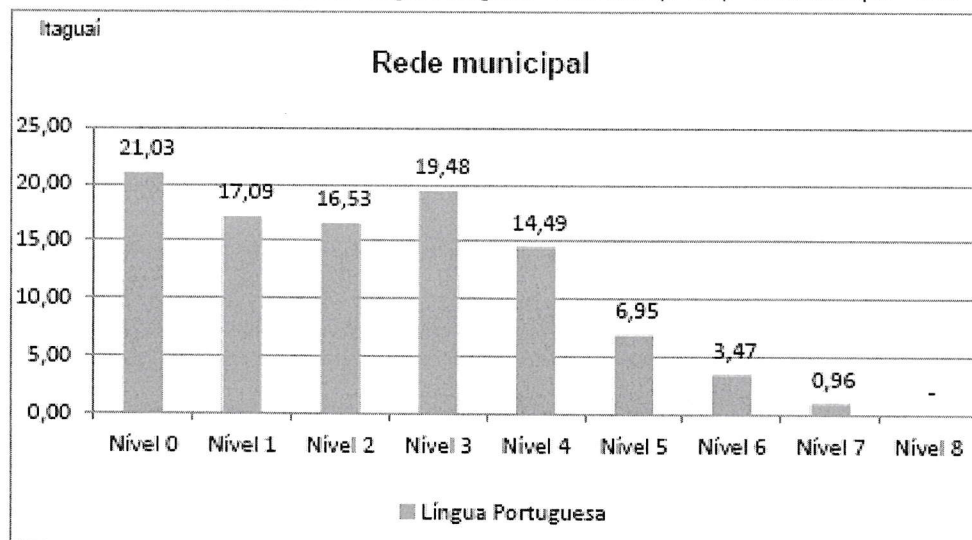
Fonte: Elaboração própria. Dados do Saeb/Inep.

Ao concluir os anos finais do Ensino Fundamental estadual de Itaguaí, 73,08% dos alunos do apresentaram níveis insuficientes de aprendizado em Língua Portuguesa, enquanto 25,64% obtiveram níveis básicos e 1,28% alcançaram níveis adequados. Em Matemática, a proporção foi de 71,11% em níveis insuficientes, 28,04% nos básicos e 0,85% adequados.

Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029

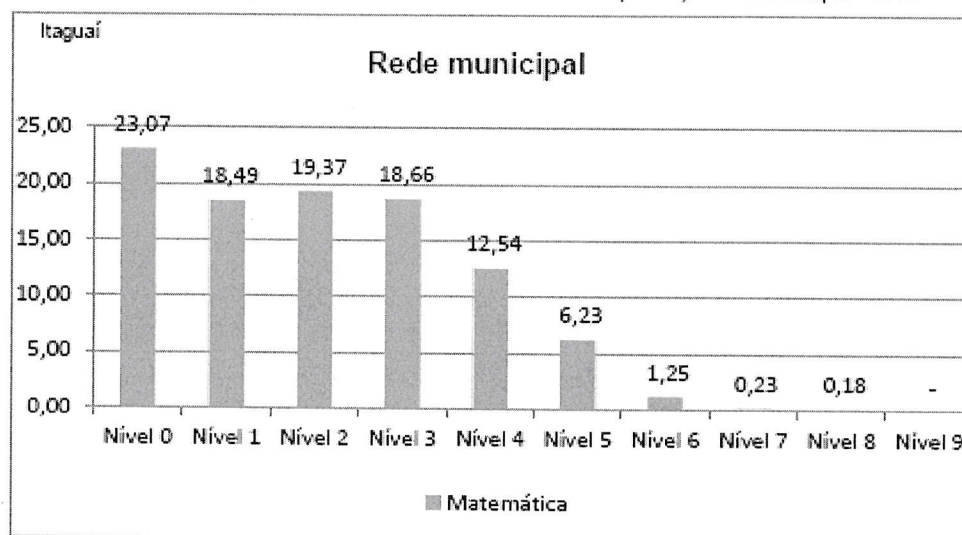
Por fim, os gráficos a seguir apresentam o resultado obtido pelos alunos no 9º ano da rede municipal.

Gráfico 19: Nível de proficiência em Língua Portuguesa – Anos finais (9º Ano) – Rede municipal – 2019



Fonte: Elaboração própria. Dados do Saeb/Inep.

Gráfico 20: Nível de proficiência em Matemática – Anos finais (9º Ano) – Rede municipal – 2019



Fonte: Elaboração própria. Dados do Saeb/Inep.

Ao concluir os anos finais do Ensino Fundamental municipal de Itaguaí, 74,13% dos alunos apresentaram níveis insuficientes de aprendizado em Língua Portuguesa, enquanto 24,91% obtiveram níveis básicos e 0,96% alcançaram níveis adequados. Em Matemática, a proporção foi de 79,59% em níveis insuficientes, 20,02% nos básicos e 0,41% adequados.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb

Há longa data o MEC implementou sistemas de avaliação de desempenho educacional. Em 2007, apresentou o primeiro Ideb, relativo a 2005. Ele é um indicador sintético de qualidade educacional que combina dois indicadores usualmente utilizados para monitorar nosso sistema de ensino: desempenho em exames padronizados e rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino).

O indicador final é a pontuação no exame padronizado (Saeb) ajustada pelo tempo médio, em anos, para conclusão de uma série naquela etapa de ensino. A proficiência média é padronizada para o Ideb estar entre zero e dez.

Há metas de desempenho em cada dependência administrativa, com desafios para todas as redes de ensino. No caso do Estado do Rio de Janeiro, o Ideb da rede estadual dos anos iniciais do Ensino Fundamental – EF deve passar dos 3,8 de 2005 para 6,0 em 2021³⁶; de 2,9 para 4,9 nos anos finais; e de 2,8 para 4,6 no Ensino Médio – EM.

Os resultados do Ideb 2005 serviram como referência para as metas futuras. A última avaliação foi realizada em 2019 e seus resultados divulgados em 2020. De acordo com o Inep, o quadro que se observa é o seguinte:

Tabela 19: Notas médias do Ideb – RJ – 2005 a 2019

Ano	Ensino Fundamental				Ensino Médio	
	Anos Iniciais		Anos Finais			
	Ideb todas as redes RJ	Metas todas as redes RJ	Ideb todas as redes RJ	Metas todas as redes RJ	Ideb todas as redes RJ	Metas todas as redes RJ
2005	4,3	não definida	3,8	não definida	3,3	não definida
2007	4,4	4,4	3,8	3,8	3,2	3,3
2009	4,7	4,7	3,8	3,8	3,3	3,4
2011	5,1	5,1	4,2	4,1	3,7	3,6
2013	5,2	5,4	4,3	4,5	4,0	3,8
2015	5,5	5,6	4,4	4,9	4,0	4,2
2017	5,8	5,9	4,7	5,1	3,9	4,6
2019	5,8	6,1	4,9	5,4	4,1	4,9

Nota-se que mais uma vez as metas globais para o conjunto das escolas do estado não foram atingidas em 2019. O índice apurado nos anos iniciais do Ensino Fundamental foi o mesmo de 2017. Nos anos finais, foi mantida a tendência de crescimento lento. No Ensino Médio, o índice obtido superou enfim a nota de 2013, depois de insucessos em 2015 e 2017.

Com relação à rede fluminense de escolas estaduais, o Ideb 2019 mostrou recuperação em todos os segmentos, embora ainda distantes das metas, como evidencia a próxima tabela.

36 - O índice 6,00 no Ideb representa o desempenho médio dos países da OCDE.

Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029

Tabela 20: Notas médias do Ideb – rede estadual RJ – 2005 a 2019

Ano	Ensino Fundamental						Ensino Médio		
	Anos Iniciais			Anos Finais					
	Ideb rede Estadual RJ	Meta rede estadual		Ideb rede Estadual RJ	Meta rede estadual		Ideb rede Estadual RJ	Meta rede estadual	
		RJ	BR		RJ	BR		RJ	BR
2005	3,7	não definida		2,9	não definida		2,8	não definida	
2007	3,8	3,8	4,0	2,9	2,9	3,3	2,8	2,8	3,1
2009	4,0	4,1	4,3	3,1	3,1	3,5	2,8	2,9	3,2
2011	4,3	4,5	4,7	3,2	3,3	3,8	3,2	3,1	3,3
2013	4,7	4,8	5,0	3,6	3,7	4,2	3,6	3,3	3,6
2015	5,1	5,1	5,3	3,7	4,1	4,5	3,6	3,7	3,9
2017	4,8	5,4	5,6	3,7	4,4	4,8	3,3	4,1	4,4
2019	5,4	5,7	5,9	3,9	4,6	5,1	3,5	4,4	4,6

Nacionalmente, as metas, em geral, são mais ambiciosas do que aquelas estabelecidas para as escolas fluminenses, como destacam os gráficos que se seguem:

Gráfico 21: Metas das redes estaduais e privadas nos Ensinos Fundamental e Médio – Brasil x RJ – 2007 a 2019

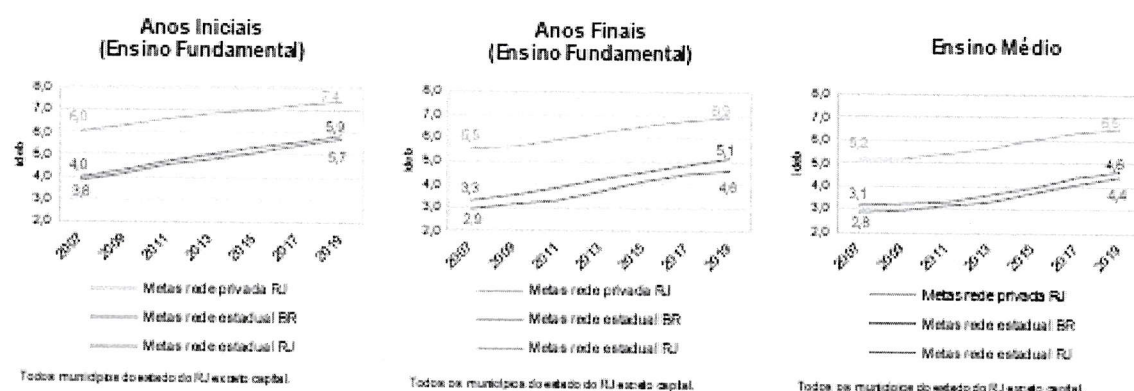


Tabela 21: Notas médias do Ideb – rede privada RJ – 2005 a 2019

Ano	Ensino Fundamental						Ensino Médio		
	Anos Iniciais			Anos Finais					
	Ideb rede privada RJ	Meta rede privada		Ideb rede privada RJ	Meta rede privada		Ideb rede privada RJ	Meta rede privada	
		RJ	BR		RJ	BR		RJ	BR
2005	5,7	não definida		5,5	não definida		5,1	não definida	
2007	5,9	5,8	6,0	5,5	5,5	5,8	5,4	5,2	5,6
2009	5,9	6,1	6,3	5,7	5,8	6,0	5,7	5,2	5,7
2011	6,3	6,4	6,6	5,7	5,9	6,2	5,5	5,4	5,8
2013	6,1	6,6	6,8	5,5	6,2	6,5	4,8	5,6	6,0
2015	6,3	6,8	7,0	5,6	6,5	6,8	5,0	6,0	6,3
2017	6,9	7,0	7,2	6,2	6,7	7,0	5,6	6,3	6,7
2019	6,8	7,2	7,4	6,1	6,9	7,1	5,7	6,5	6,8

O déficit de desempenho tradicionalmente atribuído às escolas públicas vem atingindo as escolas particulares do estado. Apesar de, na comparação com 2017, ter sido observado um pequeno avanço no Ensino Médio, houve recuo semelhante nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Em nenhum caso a meta RJ foi alcançada. O índice que mais se aproximou da meta em 2019 foi relativo aos anos iniciais do Ensino Fundamental. No Ensino Médio, o índice obtido em 2019 é igual ao de 2009.

O nível de acompanhamento dos resultados chega às redes municipais, que respondem pela maior parte das matrículas do Ensino Fundamental, e a todas as escolas públicas, uma vez que cada uma delas tem sua meta individualizada. Porém, alguns municípios e escolas não têm resultados divulgados, seja por não participarem do Saeb, seja por não atenderem aos requisitos necessários para ter o desempenho calculado, como, por exemplo, quando o número de alunos que compareceram ao exame é considerado insuficiente pelo Inep.

Uma rápida avaliação do conjunto das redes municipais no Estado do Rio de Janeiro aponta um quadro em que persistem as dificuldades, tanto no que diz respeito à evolução do índice nas aferições bianuais quanto ao cumprimento das metas.

Dentre 86 municípios do estado que tiveram os anos iniciais de suas redes municipais avaliados em 2005 e em 2019, nenhum deixou de ter sua nota aumentada neste período. Mas, se a comparação for feita entre 2017 e 2019, em um conjunto de 87 municípios consignados nas duas avaliações, são 48 os municípios onde se verificou algum progresso, contra 39 onde a nota diminuiu ou permaneceu a mesma da edição anterior.

Com relação ao cumprimento das metas, a rede municipal de 32 municípios fluminenses alcançou o índice almejado para os anos iniciais do Ensino Fundamental em 2017, enquanto 57 não o fizeram. Em 2017, três municípios não foram avaliados ou não tiveram meta estabelecida. Em 2019, o número de municípios que alcançaram as metas caiu para 26, em comparação a 64 que não obtiveram sucesso. Nesta edição, dois municípios não foram avaliados.

Nos anos finais do Ensino Fundamental da rede municipal, a comparação entre 2005 e 2019 constata que, dentre 71 municípios com resultados divulgados nessas duas edições do Ideb, 67 tiveram algum avanço, contra quatro que não evoluíram. Em 2017, sete municípios não foram avaliados ou não tiveram meta estabelecida. Na comparação entre 2017 e 2019, considerando os 82 municípios avaliados em ambas as edições, foram 55 os que tiveram variação positiva no índice, contra 27 que não evoluíram, apresentando resultado igual ou menor do que na versão anterior.

A verificação do cumprimento das metas dá a indicação mais clara do desafio a ser enfrentado pelas prefeituras. Nos anos finais do Ensino Fundamental, em 2019, 11 municípios atingiram as metas predeterminadas, enquanto 73 não as cumpriram e oito não tiveram resultado assinalado.

Com relação ao futuro, o surgimento da pandemia de covid-19 em 2020 representou um grande desafio para a educação, tendo em vista o fechamento das escolas e as dificuldades de ofertar o ensino remoto para todos os estudantes em condições de equanimidade. As consequências serão medidas apenas na edição do Ideb previsto para 2021, cujos resultados devem ser divulgados em 2022.

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

Nas oito edições do Ideb já realizadas, Itaguaí apresentou o seguinte quadro:

Tabela 22: Notas médias e variação do Ideb do Ensino Fundamental – rede municipal local – 2005 a 2019

Rede municipal	Idéb								Ranking 2019	Meta Ideb 2019	Atingiu meta?
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019			
Anos Iniciais	3,3	3,7	4,1	4,5	4,7	4,6	4,6	4,9	76º entre 90 avaliados	5,3	não
Anos Finais	3,0	2,9	4,0	3,9	3,3	3,6	3,6	3,3	84º entre 84 avaliados	4,8	não

Tabela 23: Notas médias e variação do Ideb do Ensino Fundamental – rede estadual local – 2005 a 2019

Rede estadual	Idéb								Ranking 2019	Meta Ideb 2019	Atingiu meta?
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019			
Anos Iniciais	3,8	4,1	3,8	4,2	não avaliada	não avaliada	não avaliada	não avaliada	indefinido	5,7	não se aplica
Anos Finais	3,2	2,7	3,0	2,9	3,8	3,6	3,8	4,0	42º entre 61 avaliados	4,9	não

Para conhecer os resultados e as metas de cada escola individualmente, inclusive para os próximos anos, deve-se acessar o site <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>.

Educação no Rio de Janeiro

Em nível estadual, a regulamentação do setor educacional depende da aprovação de um novo Plano Estadual de Educação. O plano anterior, estabelecido em 2009, foi amplamente ignorado ao longo de seu período de vigência. Nestes dez anos, o Ideb das escolas estaduais do Rio de Janeiro no Ensino Médio variou do penúltimo lugar no ranking nacional, em 2009, até a quarta posição, em 2013, voltando a cair a partir de então. Em 2017, ocupava a 13ª posição. Em 2019, recuou ainda mais e chegou ao 19º lugar, empatado com Amazonas e Roraima.

Quadro da educação no RJ

Segue um breve resumo sobre a situação da estrutura educacional no Estado do Rio de Janeiro, com referência ao ano de 2020³⁷.

Com relação à quantidade de escolas³⁸:

- Para o Ensino Infantil, há 5.068 estabelecimentos de creche e a rede pública é responsável por 42% deles. A pré-escola soma 6.541 estabelecimentos, 49% da rede pública;
- O Ensino Fundamental é disponibilizado em 7.677 escolas, sendo os anos iniciais ofertados em 6.772, escolas, das quais 50% são públicas, e os anos finais em 905 escolas, entre elas 95% públicas;
- O Ensino Médio é encontrado em 2.315 escolas, 51% delas pertencentes à rede pública.

37 - Fonte: Inep/MEC. Acessível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>.

38 - Ensino regular e/ou especial.

No que diz respeito ao corpo docente:

- Em 2020, a estrutura educacional dispunha de 158 mil professores³⁹. Aproximadamente 19 mil docentes lecionavam na creche e 24 mil, na pré-escola. Outros 101 mil atuavam no Ensino Fundamental, e 44 mil profissionais davam aulas no Ensino Médio.

Quanto à evolução das matrículas iniciais:

- A Educação Infantil disponibilizou 621 mil matrículas. Cursam a rede pública 62% do total de aproximadamente 247 mil alunos de creche e 65% dos 374 mil estudantes de pré-escola.

O Estado do Rio de Janeiro teve menos de 2 milhões de estudantes matriculados no Ensino Fundamental⁴⁰. Em 2020, houve recuo de aproximadamente 8,3 mil matrículas em relação a 2019. Na comparação entre 2015 e 2020, ocorreu elevação na participação das redes municipal e particular, com redução na rede estadual.

Tabela 24: Distribuição de matrículas por rede no Ensino Fundamental – 2015 a 2020

Dependência Administrativa	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Federal	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%
Estadual	10,0%	9,5%	8,4%	8,1%	8,2%	8,4%
Municipal	59,7%	60,0%	60,7%	60,7%	60,4%	60,7%
Particular	29,8%	30,0%	30,4%	30,8%	30,9%	30,5%
Nº total de alunos do Ensino Fundamental	2.074.921	2.047.208	2.019.459	2.003.315	1.976.311	1.967.998

Com relação ao Ensino Médio, o ano de 2020 apresentou um aumento de quase 24,8 mil estudantes no total de alunos matriculados em relação a 2019. No acumulado dos últimos seis anos, houve avanço das redes federal e estadual contra redução na participação das redes municipal e particular.

de matrículas por rede no Ensino Médio – 2015 a 2020

Dependência Administrativa	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Federal	3,0%	3,2%	3,5%	3,6%	3,7%	3,5%
Estadual	74,1%	74,8%	74,0%	74,7%	75,2%	76,5%
Municipal	0,9%	0,9%	0,8%	0,6%	0,6%	0,6%
Particular	22,0%	21,1%	21,7%	21,0%	20,5%	19,4%
Nº total de alunos do Ensino Médio	583.177	591.882	573.300	572.899	575.245	600.032

39 - Indivíduos que estavam em efetiva regência de classe na data de referência do Censo Escolar. Inclui os docentes ativos que atuam no Ensino Regular, Especial e/ou Educação de Jovens e Adultos (EJA). O total não representa a soma dos municípios ou das etapas de ensino, pois o mesmo docente pode atuar em mais de uma unidade de agregação.

40 - Ensino regular e/ou especial.

Município de Itaguaí

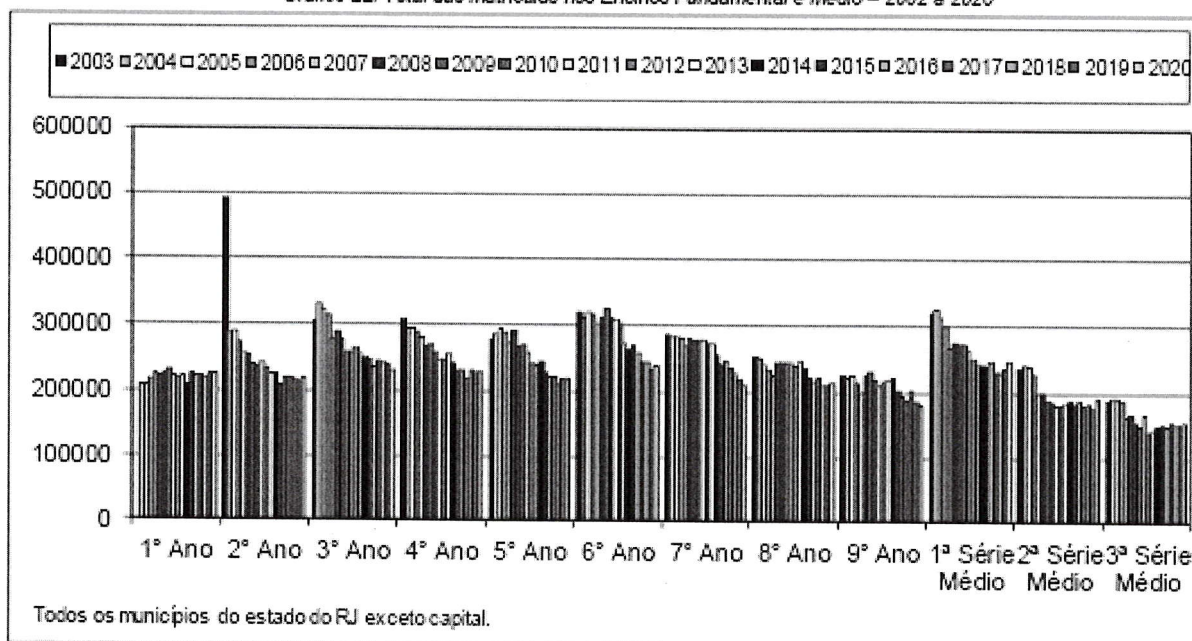
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

O gráfico a seguir, referente à evolução das matrículas, indica os picos de repetência na antiga 5ª série do Ensino Fundamental e na 1ª série do Ensino Médio. Por conta da adoção parcial do Sistema de Ciclos de Aprendizagem, mais conhecido como Progressão Continuada, ou de modelo híbrido de Sistemas Seriado e de Ciclos, houve uma dispersão dos degraus até então existentes, especialmente da antiga 1ª para a 2ª série do Ensino Fundamental, tanto na rede estadual quanto na rede de muitos municípios.

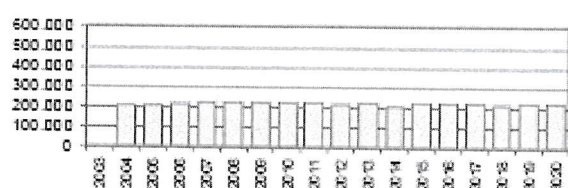
A evasão escolar é ilustrada com a redução continuada que ainda se observa, de um ano para o outro, especialmente a partir da antiga quinta série. Basta observar o quantitativo de um determinado ano e acompanhar a redução do número de matrículas a cada série subsequente.

Gráfico 22: Total das matrículas nos Ensinos Fundamental e Médio – 2002 a 2020



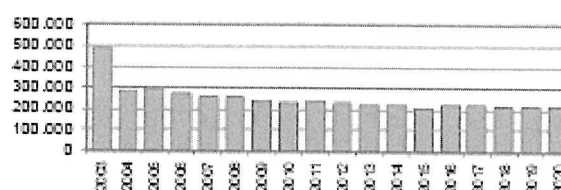
Para maior clareza quanto à quantidade de matrículas anuais, os gráficos a seguir desdobram os dados acima apresentados.

Gráfico 23: Total de matrículas Ensino Fundamental 1º Ano



Todos os municípios do estado do RJ exceto capital.

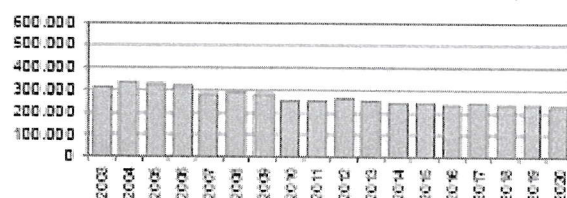
Gráfico 24: Total de matrículas Ensino Fundamental 2º Ano



Todos os municípios do estado do RJ exceto capital.

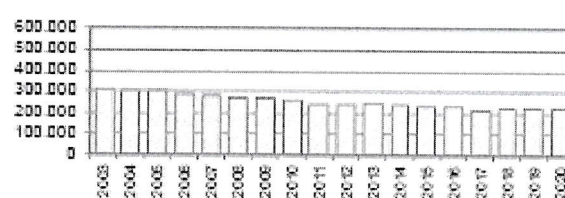
Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029

Gráfico 25: Total de matrículas Ensino Fundamental 3º Ano



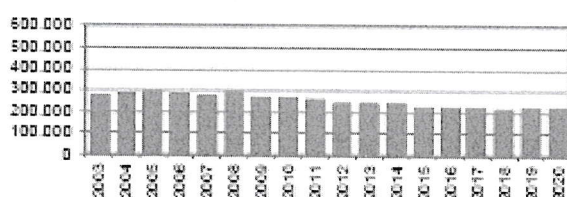
Todos os municípios do estado do RJ exceto capital.

Gráfico 26: Total de matrículas Ensino Fundamental 4º Ano



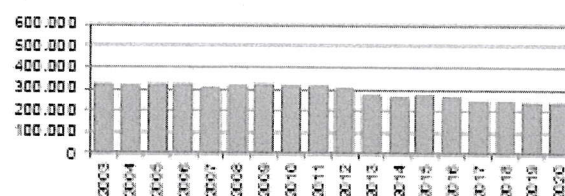
Todos os municípios do estado do RJ exceto capital.

Gráfico 27: Total de matrículas Ensino Fundamental 5º Ano



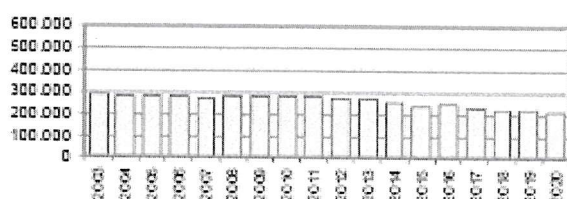
Todos os municípios do estado do RJ exceto capital.

Gráfico 28: Total de matrículas Ensino Fundamental 6º Ano



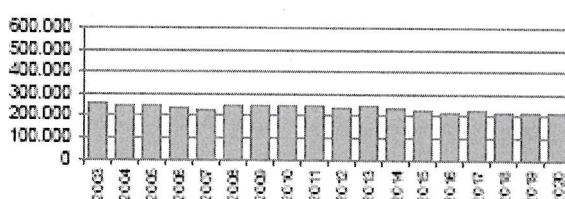
Todos os municípios do estado do RJ exceto capital.

Gráfico 29: Total de matrículas Ensino Fundamental 7º Ano



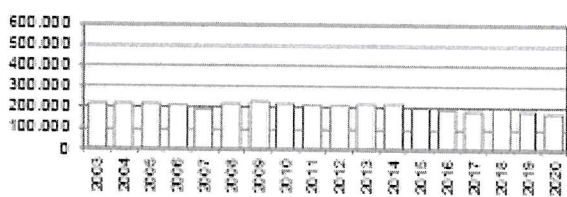
Todos os municípios do estado do RJ exceto capital.

Gráfico 30: Total de matrículas Ensino Fundamental 8º Ano



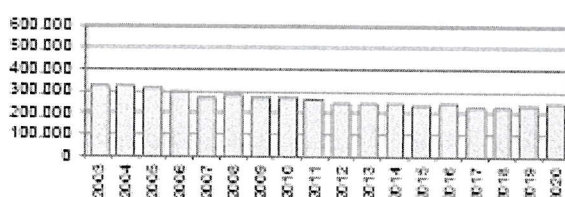
Todos os municípios do estado do RJ exceto capital.

Gráfico 31: Total de matrículas Ensino Fundamental 9º Ano



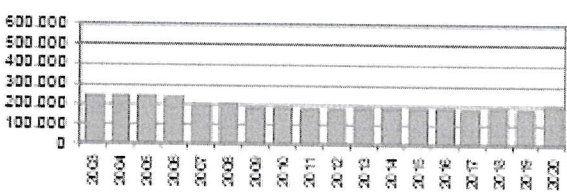
Todos os municípios do estado do RJ exceto capital.

Gráfico 32: Total de matrículas Ensino Médio 1º Ano



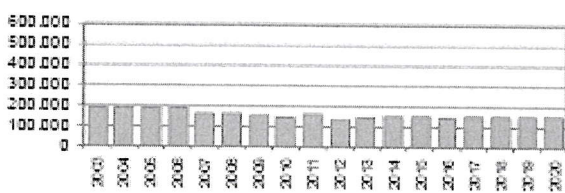
Todos os municípios do estado do RJ exceto capital.

Gráfico 33: Total de matrículas Ensino Médio 2º Ano



Todos os municípios do estado do RJ exceto capital.

Gráfico 34: Total de matrículas Ensino Médio 3º Ano



Todos os municípios do estado do RJ exceto capital.

A educação de jovens e adultos (EJA) teve 255 mil alunos em 2020.

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

Os dados da Educação Superior sempre apresentam defasagem maior. Assim, em 2019, houve 722.860 estudantes matriculados e distribuídos em 2.634 cursos de graduação presenciais e à distância. Dessas matrículas, 26% foram em instituições públicas.

Educação no município

O número total de matrículas nos ensinos infantil, fundamental e médio de 2019, em Itaguaí, foi de 29.106 alunos, tendo evoluído para 28.928 em 2020, apresentando variação de -0,61% no número de estudantes.

A seguir, apresentamos a situação nos seis últimos anos dos diversos níveis, considerando o ensino regular e/ou especial. As tabelas apresentam a evolução do número de estabelecimentos daquele segmento, de professores e matrículas iniciais, além do rateio de alunos por professor.

Ensino Infantil de Itaguaí:

A rede municipal respondeu por 86% das matrículas na Creche em 2020. O número total de matrículas teve evolução de 1% no período de 2015 a 2020.

Tabela 25: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Creche – Total – 2015 a 2020

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no estado
2015	27	295	2.478	8,4	13,8
2016	33	291	2.860	9,8	13,4
2017	35	261	2.538	9,7	13,5
2018	35	352	2.808	7,4	13,5
2019	37	328	2.671	8,1	13,7
2020	35	314	2.513	8,0	12,8

Na Pré-escola, a rede do município de Itaguaí foi responsável por 80% das matrículas em 2020 e o quadro que se apresenta é o seguinte:

Tabela 26: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Pré-escola – Total – 2015 a 2020

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no estado
2015	54	451	3.339	7,4	15,1
2016	55	375	3.601	9,6	15,3
2017	58	419	3.718	8,9	15,4
2018	59	408	3.613	8,9	15,7
2019	61	370	3.884	10,5	15,9
2020	61	341	3.815	11,2	15,7

Houve variação de 14% na quantidade de alunos matriculados na Pré-escola entre 2015 e 2020.

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

Itaguaí apresenta o panorama a seguir para o Ensino Fundamental:

Tabela 27: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – Total – 2015 a 2020

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no estado
2015	68	1.554	18.358	12	19,7
2016	72	1.423	18.169	13	19,5
2017	72	1.252	18.042	14	19,5
2018	72	1.222	17.489	14	19,5
2019	75	1.232	17.649	14	19,4
2020	76	1.233	17.562	14	19,5

O número de matrículas oscilou em -4% no período.

A rede estadual de ensino de ensino teve 2% dos alunos matriculados de 2020 e o quadro que se apresenta é o seguinte:

Tabela 28: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – Rede estadual – 2015 a 2020

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor da rede estadual no estado
2015	8	169	1.145	6,8	11,9
2016	8	163	975	6,0	11,7
2017	7	141	926	6,6	11,8
2018	7	114	587	5,1	11,8
2019	6	78	500	6,4	12,2
2020	6	71	314	4,4	13,5

Quase 63% dos municípios apresentaram redução na quantidade de estabelecimentos da rede estadual, cujo número de matrículas, em Itaguaí, teve variação de -73%.

Já na rede municipal, com 79% do volume de matrículas em 2020, os dados seguem na tabela:

Tabela 29: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – Rede municipal – 2015 a 2020

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor da rede municipal no estado
2015	41	1.178	14.338	12,2	21,4
2016	41	1.046	14.309	13,7	21,4
2017	41	859	14.081	16,4	21,6
2018	41	876	13.889	15,9	22,0
2019	42	873	13.750	15,8	22,4
2020	42	859	13.833	16,1	22,7

Houve, no período, variação de -4% no número de alunos, com aumento do rateio de alunos por professor.

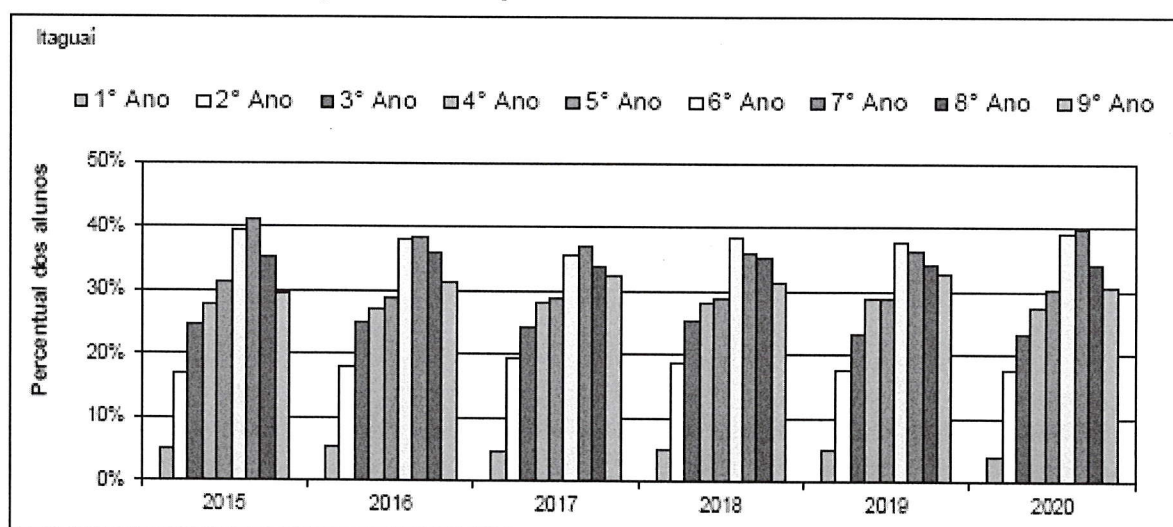
Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

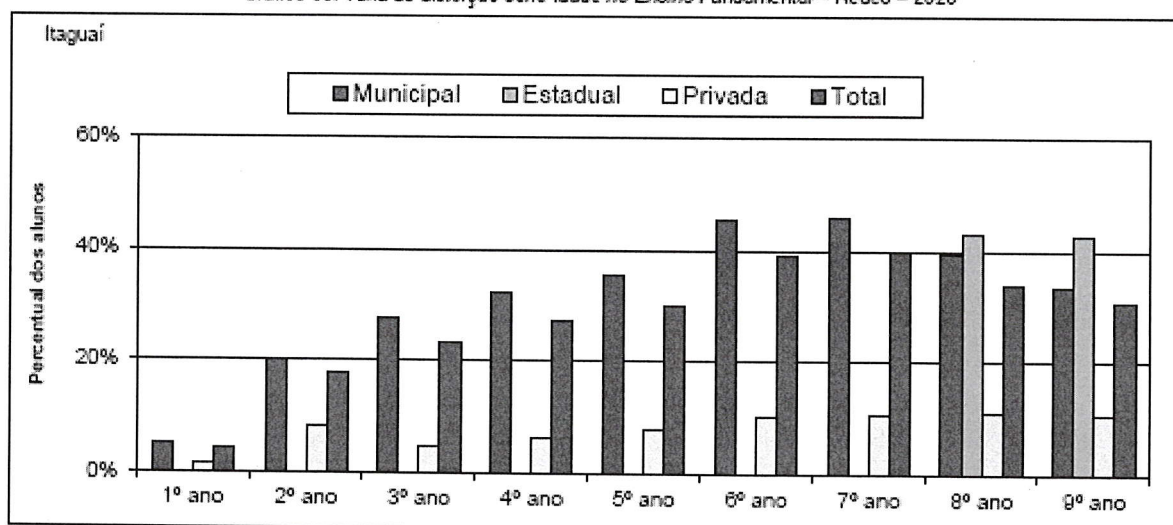
O indicador de distorção de idade por série permite verificar o percentual de estudantes com idade acima do adequado para o ano em estudo. O gráfico a seguir apresenta o nível médio de distorção por série no período analisado:

Gráfico 35: Evolução da taxa de distorção série-idade - Ensino Fundamental – Total – 2015 a 2020



Mesmo que haja uma tendência de redução de distorção série-idade, se ocorre queda desse indicador entre uma série e a seguinte no decorrer dos anos, isso representa evasão escolar. Em 2020, esse indicador por rede é apresentado a seguir.

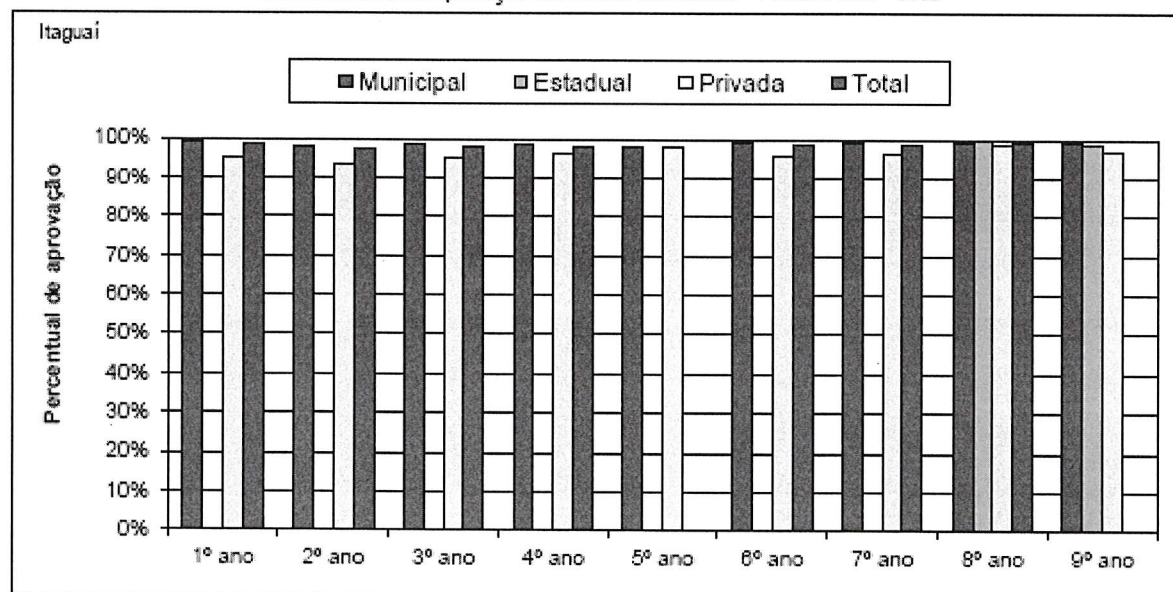
Gráfico 36: Taxa de distorção série-idade no Ensino Fundamental – Redes – 2020



Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029

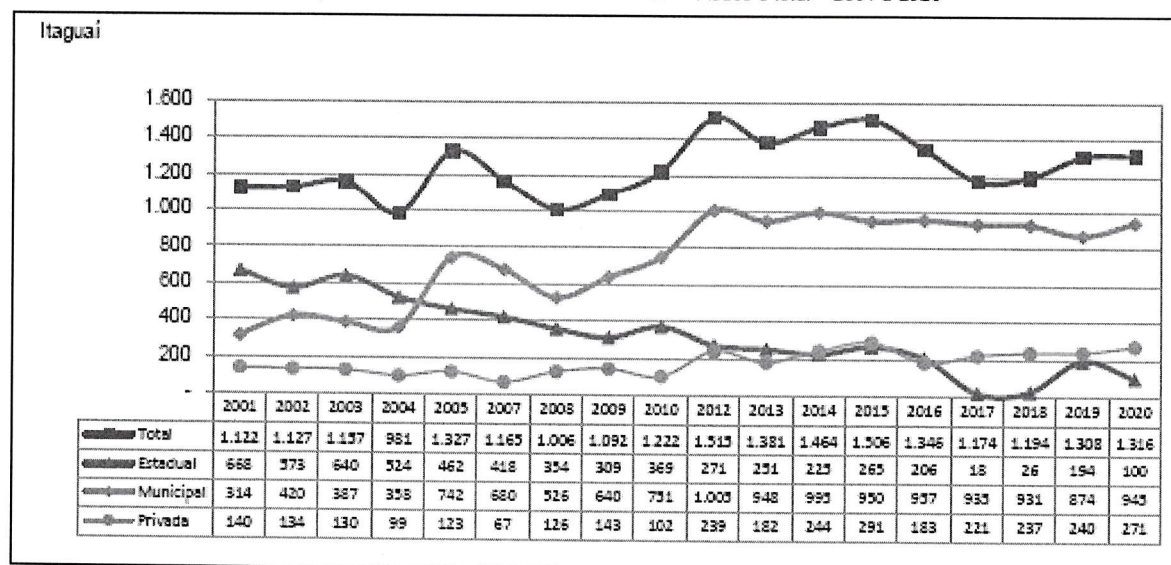
Os indicadores de aprovação por rede de ensino de 2020 são apresentados no gráfico a seguir.

Gráfico 37: Taxa de aprovação no Ensino Fundamental – Redes e total – 2020



O gráfico seguinte apresenta o número de alunos que concluíram o curso fundamental em Itaguaí. De um total de 1.122 em 2001 para 1.316 formandos em 2020, houve variação de 17% no período.

Gráfico 38: Concluintes do Ensino Fundamental – Redes e total – 2001 a 2020



Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

No Ensino Médio, Itaguaí apresenta o panorama a seguir:

Tabela 30: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Médio – Total – 2015 a 2020

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no estado
2015	19	492	5.373	10,9	12,8
2016	19	487	5.291	10,9	12,7
2017	19	490	5.204	10,6	21,6
2018	19	506	5.226	10,3	12,6
2019	19	480	4.902	10,2	12,9
2020	19	454	5.038	11,1	13,5

O número de matrículas oscilou em -6% no período de 2015 a 2020, contra diminuição no quadro de docentes, influenciando proporcionalmente no rateio de alunos por professor.

Especificamente da rede estadual, com 82% do volume de matrículas em 2020, o quadro que se apresenta é o seguinte:

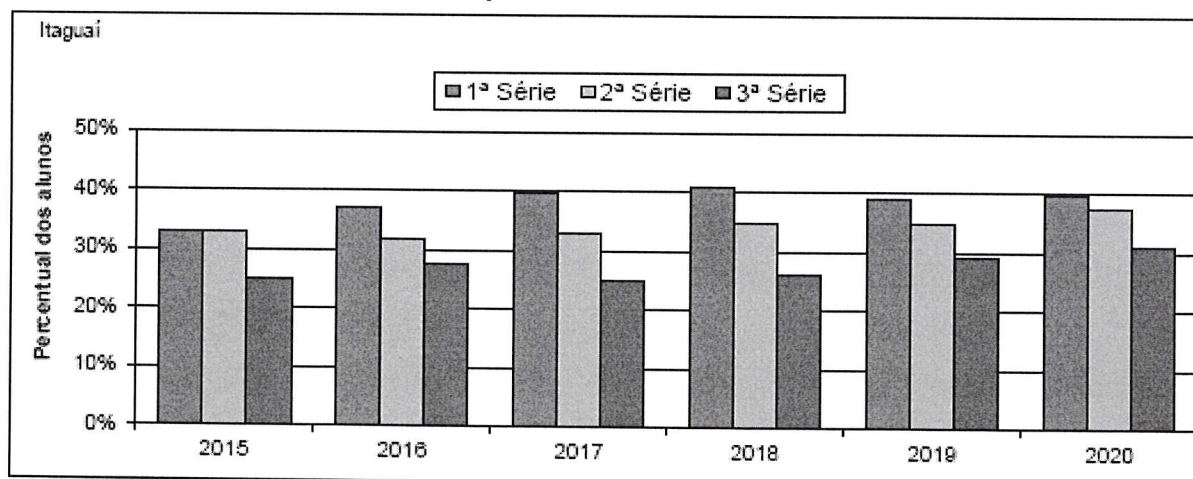
Tabela 31: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Médio – Rede estadual – 2015 a 2020

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor da rede estadual no estado
2015	11	368	4.342	11,8	13,3
2016	11	383	4.280	11,1	13,2
2017	11	353	4.121	11,7	13,3
2018	11	369	4.116	11,2	13,5
2019	11	351	3.944	11,2	14,3
2020	11	332	4.115	12,4	15,4

Houve variação de -5% na quantidade de alunos matriculados no período.

O gráfico a seguir apresenta o nível médio de distorção por série:

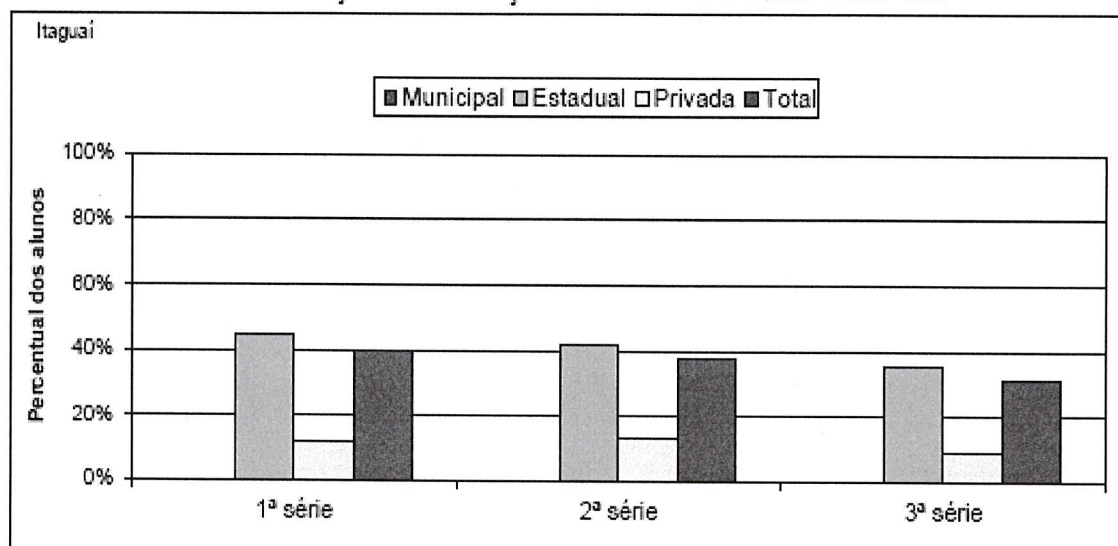
Gráfico 39: Taxa de distorção série-idade – Ensino Médio – Total – 2015 a 2020



Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029

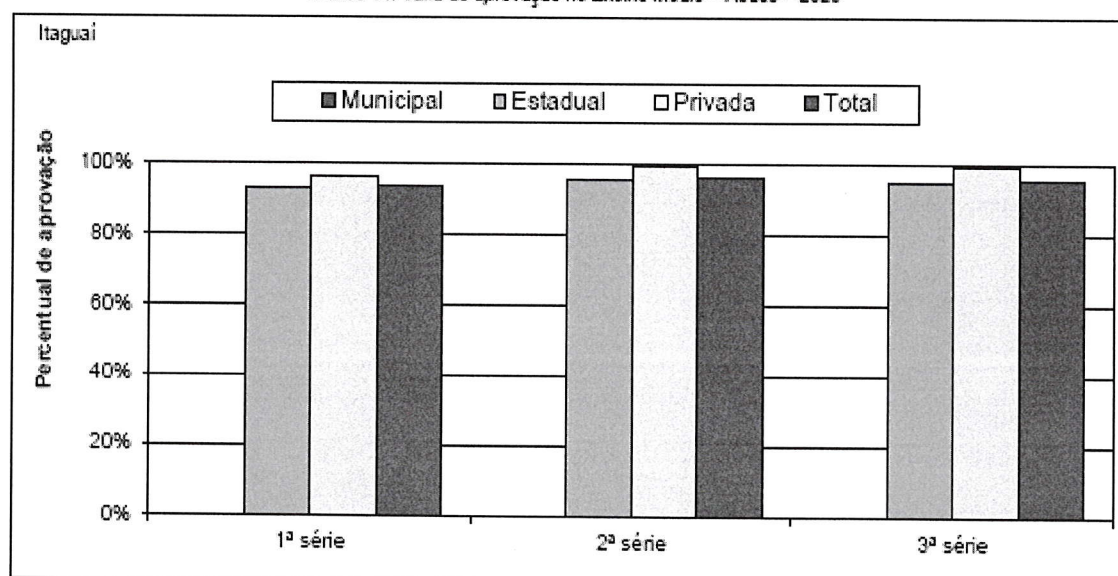
O próximo gráfico faz a comparação de cada rede escolar do município:

Gráfico 40: Evolução da taxa de distorção série-idade total – Ensino Médio – Redes – 2020



O comparativo dos índices de aprovação por rede de ensino em 2020 é apresentado no gráfico a seguir:

Gráfico 41: Taxa de aprovação no Ensino Médio – Redes – 2020



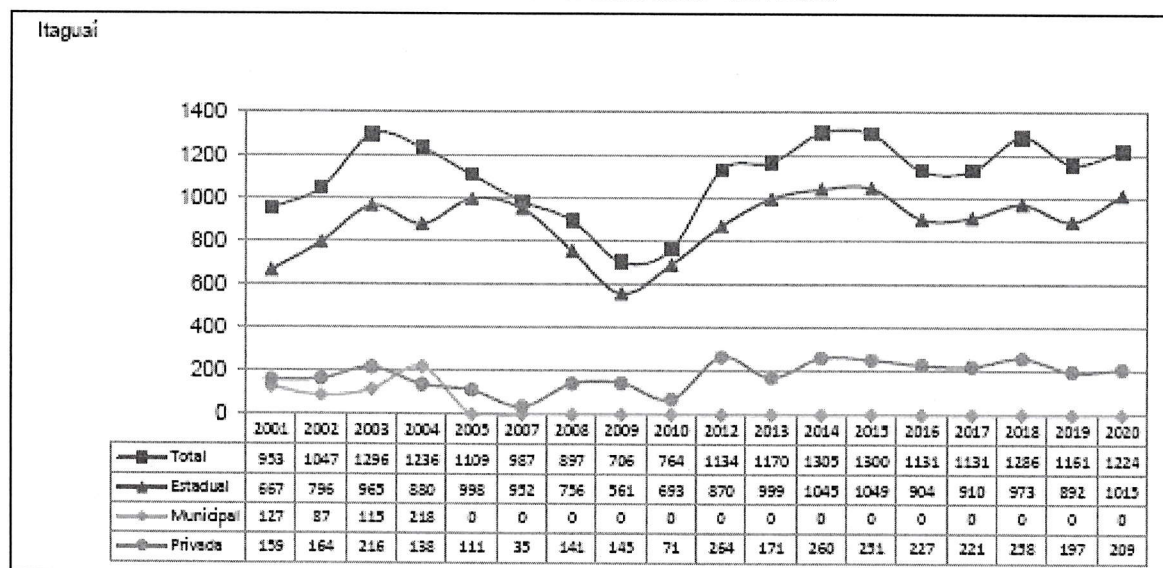
O gráfico seguinte apresenta o número de alunos que concluíram o curso. Os formandos foram em número de 953 em 2001, passando para 1.224 em 2020, com variação de 28% no período.

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

Gráfico 42: Concluintes do Ensino Médio – 2001 a 2020



No ensino de jovens e adultos, Itaguaí teve um total de 2.801 alunos matriculados em 2020, sendo 61% na rede estadual e 39% na municipal.

Havia dois cursos de graduação presencial no ensino superior com 557 alunos matriculados em 2019.

Saúde

No período anterior à Constituição de 1988, o sistema público de saúde prestava assistência apenas aos trabalhadores vinculados à Previdência Social, aproximadamente 30 milhões de pessoas com acesso aos serviços hospitalares, cabendo o atendimento aos demais cidadãos às entidades filantrópicas.

Para cumprir o disposto na Constituição (a saúde é direito de todos e dever do Estado), foi criado o Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população. A atenção integral à saúde passou a ser um direito de todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida.

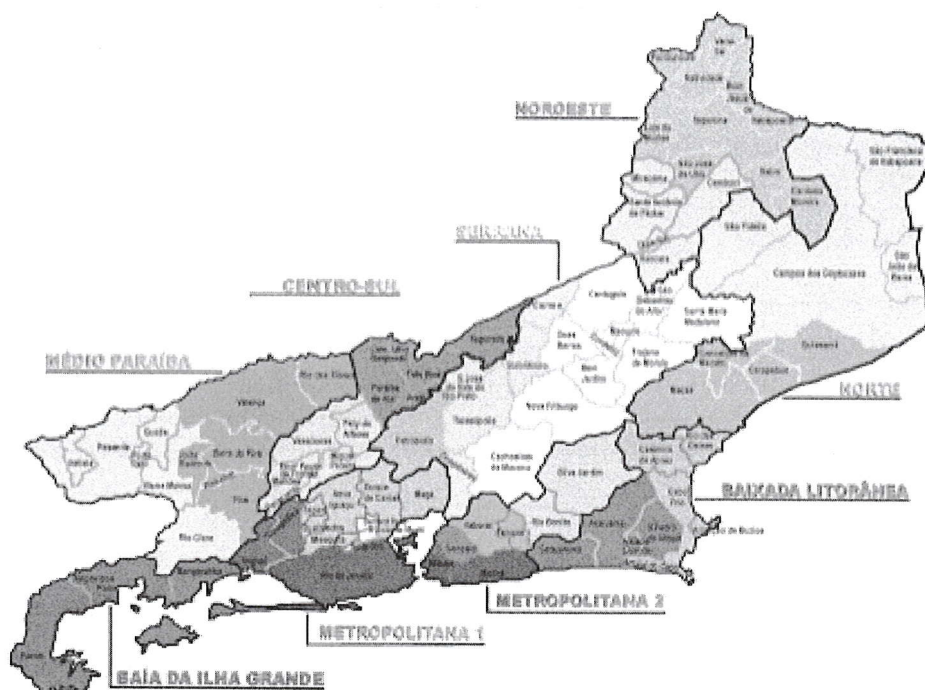
A rede que compõe o SUS é ampla e abrange tanto ações quanto serviços de saúde. Ela engloba a atenção básica, de média e de alta complexidade, os serviços de urgência e emergência, a atenção hospitalar, as ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e a assistência farmacêutica.

A regionalização é responsável por estruturar e regular o processo de descentralização das ações e serviços, desde os procedimentos simples e ambulatoriais até os de média e alta complexidade. Nesse sentido, foram estabelecidos centros de referência para as ações de maior complexidade. Ou seja, como a maior parte dos municípios não tem condições de ofertar na integralidade os serviços de saúde, para que o sistema funcione, é necessário que haja uma estratégia regional de atendimento (parceria entre estado e municípios), para corrigir as distorções de acesso.

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029



Fonte: Secretaria de Estado de Saúde

A regionalização exposta no mapa ganhou força no Rio de Janeiro com a adesão do estado ao Pacto pela Saúde. Iniciado em 2006, o pacto foi um conjunto de reformas institucionais ajustadas entre União, estados e municípios visando a alcançar maior eficiência e qualidade das respostas do SUS. A implementação do pacto se dava pela adesão dos entes federados ao Termo de Compromisso de Gestão – TCG, que substituiu os processos de habilitação das várias formas de gestão anteriormente vigentes e estabeleceu metas e compromissos para cada ente da federação, sendo renovado anualmente.

O pacto alterou o processo de habilitação dos entes federados, não havendo mais a divisão entre municípios ou estados “habilitados” e “não habilitados”. Todos passaram a ser gestores das ações de saúde, com atribuições definidas e metas a cumprir. A adesão dos municípios ao Pacto pela Saúde indicava a formalização da assunção das responsabilidades e atribuições da esfera municipal na condução do processo de aprimoramento e consolidação do SUS. Para todas as responsabilidades, eram estabelecidas categorizações de “realiza” e “não realiza” e, consequentemente, um plano de ação e prazo para realização daquelas ainda não realizadas.

As formas de transferência dos recursos federais para estados e municípios também foram modificadas, passando a ser integradas em cinco grandes blocos de financiamento (atenção básica; média e alta complexidade da assistência; vigilância em saúde; assistência farmacêutica; e gestão do SUS), substituindo, assim, as mais de 100 rubricas que eram utilizadas para essas finalidades.

Em 2012, o Ministério da Saúde extinguiu a exigência de adesão ao Pacto pela Saúde ou de assinatura do Termo de Compromisso de Gestão – TCG. Desde então, as

ações para o cumprimento das responsabilidades sanitárias devem estar expressas na programação anual de saúde de cada ente federado e vinculadas às diretrizes e aos objetivos dos respectivos planos de saúde.

Atenção básica da saúde

A porta de entrada dos sistemas de saúde é a atenção básica. É o contato preferencial dos usuários com o SUS. Caracteriza-se por um conjunto de ações, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde.

A atenção básica é desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais se assume a responsabilidade sanitária. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo e continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

Com vistas à operacionalização da atenção básica, definem-se como áreas estratégicas para atuação no território nacional: a eliminação da hanseníase, o controle da tuberculose, o controle da hipertensão arterial, o controle do diabetes mellitus, a eliminação da desnutrição infantil, a saúde da criança, a saúde da mulher, a saúde do idoso, a saúde bucal e a promoção da saúde.

A saúde da família é considerada primordial para a organização e o fortalecimento da atenção básica⁴¹. A partir do acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada, são desenvolvidas ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes.

Para efetivar essas ações, é necessário o trabalho de equipes multiprofissionais formadas por médico, enfermeiro, técnico ou auxiliar de enfermagem e agentes comunitários de saúde, podendo haver uma equipe de saúde bucal vinculada, formada por cirurgião-dentista, auxiliar de consultório dentário e técnico em higiene dental.

As equipes da Estratégia Saúde da Família – ESF estabelecem vínculo com a população, possibilitando o compromisso e a corresponsabilidade dos profissionais com os usuários e a comunidade, com o desafio de ampliar as fronteiras de atuação e resolubilidade da atenção. Devem conhecer a realidade das famílias pelas quais são responsáveis, por meio de cadastramento e diagnóstico de suas características sociais, demográficas e epidemiológicas; identificar os principais problemas de saúde e situações de risco às quais a população está exposta; e prestar assistência integral, organizando o fluxo de encaminhamento para os demais níveis de atendimento, quando se fizer necessário.

A tabela a seguir⁴², cujos dados foram obtidos através do módulo de acesso público da plataforma e-Gestor AB, vinculada ao Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde, apresenta o número de equipes de saúde da família em ação no estado, além dos percentuais de cobertura tanto para a ESF quanto para o conjunto da atenção básica.

41 - <https://pensesus.fiocruz.br/saude-da-familia>.

42 - <https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acesoPublico/relatorios/relatoriosPublicos.xhtml>.

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

Tabela 32: Cobertura de atenção básica – Estado do Rio de Janeiro – Dezembro de 2020

Nº de equipes ESF	Estimativa de população coberta por ESF	Proporção de cobertura de equipes ESF	Estimativa de população coberta pela atenção básica	Proporção de cobertura da atenção básica
2.448	8.210.439	48%	10.177.084	59%

Fonte: Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde

A cobertura estimada da ESF alcança aproximadamente metade da população fluminense. Ainda assim, como se vê na tabela, o conjunto da atenção básica não indica a cobertura de 41% dos habitantes do território estadual.

A próxima tabela refere-se à situação de Itaguaí, incluindo o número de equipes de atenção básica tradicional equivalente a equipes de ESF, conforme a carga horária ambulatorial de médicos e enfermeiros.

Tabela 33: Cobertura de atenção básica – Município – Dezembro de 2020

Nº de equipes ESF	Nº de equipes ESF equivalentes	Estimativa de população coberta por ESF	Proporção de cobertura de equipes ESF	Estimativa de população coberta pela atenção básica	Proporção de cobertura da atenção básica
12	13	41.400	31%	81.000	61%

Fonte: Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde

Em relação aos agentes comunitários de saúde – ACS, o quadro é apresentado na próxima tabela, que abrange o Estado do Rio de Janeiro e o município em tela:

Tabela 34: Cobertura de agentes comunitários de saúde – Estado do Rio de Janeiro e Município – Novembro de 2020

Nº de ACS no Estado do RJ	Estimativa da população estadual coberta por ACS	Proporção de cobertura por ACS no estado	Nº de ACS em atuação no município	Estimativa da população municipal coberta por ACS	Proporção de cobertura por ACS no município
13.014	7.202.376	42%	45	25.875	19%

Fonte: Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde

A saúde bucal é objeto da tabela seguinte, que se refere somente ao Estado do Rio de Janeiro. A cobertura da atenção básica abrange cerca de um terço da população.

Tabela 35: Cobertura de saúde bucal – Estado do Rio de Janeiro – Novembro de 2020

Nº de equipes ESF de saúde bucal	Estimativa de população coberta por ESF de saúde bucal	Proporção de cobertura ESF de saúde bucal	Estimativa de população coberta pela atenção básica de saúde bucal	Proporção de cobertura da atenção básica de saúde bucal
1.215	4.058.283	23%	5.586.279	32%

Fonte: Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde

A situação da saúde bucal em Itaguaí é como segue:

Tabela 36: Cobertura de saúde bucal – Município – Novembro de 2020

Nº de equipes ESF de saúde bucal	Nº de equipes ESF equivalentes de saúde bucal	Estimativa de população coberta por ESF de saúde bucal	Proporção de cobertura de equipes ESF de saúde bucal	Estimativa de população coberta pela atenção básica de saúde bucal	Proporção de cobertura da atenção básica de saúde bucal
8	8,50	27.600	21%	53.100	40%

Fonte: Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde

Tuberculose – Causada pelo bacilo de Koch (*Mycobacterium tuberculosis*), é uma doença infecciosa e transmissível que afeta prioritariamente os pulmões⁴³. Anualmente, são notificados cerca de 10 milhões de novos casos em todo o mundo, levando mais de um milhão de pessoas a óbito. O surgimento da Aids e o aparecimento de focos de tuberculose resistente aos medicamentos agravam esse cenário.

De acordo com a Secretaria de Estado de Saúde – SES, em 2020, o Estado do Rio de Janeiro registrou 11.677 novos casos da doença⁴⁴. A Região Metropolitana I, que abrange cerca de 60% da população fluminense, respondeu por 75,5% dos casos. A Região Metropolitana II teve 9,1% dos casos e 15,4% se distribuíram entre as demais regiões de saúde.

Hanseníase – O bacilo de Hansen (*Mycobacterium leprae*) é o causador de uma doença infecto-contagiosa crônica que afeta a pele, os nervos dos braços, das mãos, das pernas e outras regiões. É transmitida pela tosse, espirro, e o principal agente é a pessoa que ainda não recebeu tratamento. Feito gratuitamente pelo SUS, o tratamento com antibióticos dura de seis meses a um ano. Mas, se não for tratada, a doença pode causar complicações graves. Em 2020, foram registrados 584 casos novos de hanseníase no estado. Resultaram em incapacidades físicas 66 casos⁴⁵.

Dengue, chikungunya e zika – São doenças de notificação compulsória⁴⁶, sendo obrigatória a comunicação à autoridade de saúde da ocorrência de suspeita ou confirmação. A notificação deve ser realizada pelos médicos, profissionais de saúde ou responsáveis pelos estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, podendo ser imediata ou semanal. É através desta ação que os gestores de saúde do estado e municípios ficam cientes da ocorrência das doenças no seu território e população, embasando a tomada de decisão, além de dar subsídio epidemiológico para que o profissional médico possa realizar o diagnóstico e tratamento oportunos. O principal vetor de transmissão é o mosquito *Aedes aegypti*.

Em 2020⁴⁷, foram notificados, em todo o Estado do Rio de Janeiro, 4.461 casos prováveis de dengue, correspondendo a uma baixa incidência acumulada de 25,8 casos por 100 mil habitantes. Os casos prováveis de chikungunya somaram 3.613 (20,9 por 100 mil habitantes), enquanto a zika apresentou 168 casos prováveis (1,0 por 100 mil habitantes).

Tabela 37: Casos prováveis de dengue, chikungunya e zika – RJ – 2019/2020

	2019	2020
Dengue	31.951	4.461
Chikungunya	86.458	3.613
Zika	1.533	168

Fonte: Boletim Epidemiológico Arbovirose nº 01/2021

43 - Ministério da Saúde, <http://portais.saude.gov.br/saude-de-a-z/tuberculose>.

44 - <https://www.saude.rj.gov.br/noticias/2021/08/dia-estadual-de-luta-contr-a-tuberculose-secretaria-de-saude-investe-no-apoio-aos-municipios-para-garantir-continuidade-do-tratamento>.

45 - <https://www.saude.rj.gov.br/noticias/2021/08/dia-estadual-de-conscientizacao-mobilizacao-e-combate-a-hansenias-conheca-a-doenca>.

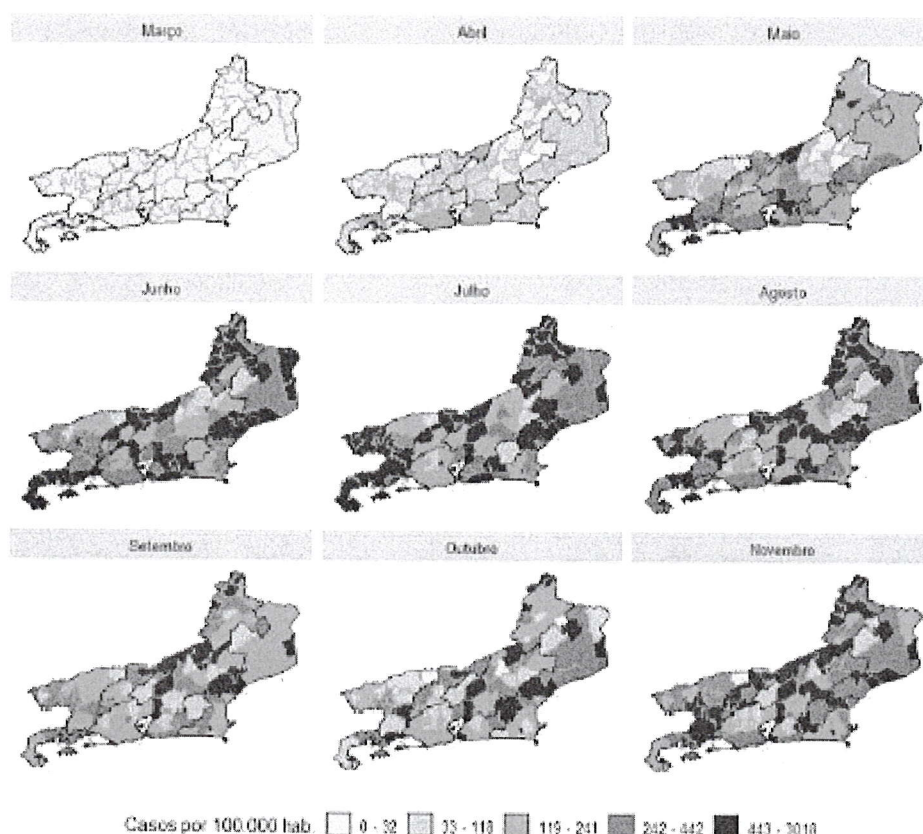
46 - Secretaria de Estado de Saúde. Boletim Epidemiológico Arboviroses nº 1/2018, de 15 de janeiro de 2018. Visualizado em <http://riocomsaude.rj.gov.br/Publico/MostrarArquivo.aspx?C=E%2FjqV5VZhwc%3D>.

47 - Secretaria de Estado de Saúde. Boletim Epidemiológico Arboviroses nº 01/2021, de 3 de março de 2021. Visualizado em <http://www.riocomsaude.rj.gov.br/Publico/MostrarArquivo.aspx?C=g1aZ93Uxy0o%3D>.

Covid-19 – Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde anunciou a ocorrência de uma pandemia da doença causada pelo coronavírus Sars-Cov-2, cujo primeiro caso no Brasil fora registrado em São Paulo, no mês anterior. Desde então, a covid-19 se espalhou pelo território brasileiro, atingindo todos os municípios fluminenses.

De acordo com o Ministério da Saúde⁴⁸, covid-19 é uma infecção respiratória aguda, potencialmente grave e de alta transmissibilidade. Embora a maioria das pessoas desenvolvam sintomas leves (40%) ou moderados (40%), aproximadamente 15% podem apresentar quadros graves que requerem suporte de oxigênio e cerca de 5% podem apresentar a forma crítica da doença, com complicações como falência respiratória, sepse e choque séptico, tromboembolismo e/ou falência múltipla de órgãos, incluindo lesão hepática ou cardíaca aguda.

Conforme a Secretaria de Estado de Saúde⁴⁹, até 14 de dezembro de 2020, em todo o Estado do Rio de Janeiro, houve 389.893 casos confirmados de pessoas infectadas pela covid-19. Foram observados dois períodos de maior crescimento: um início vertiginoso, de março a abril, e um segundo momento a partir de novembro. As áreas de maior incidência foram identificadas nas regiões de saúde Noroeste, Norte e Serrana⁵⁰. O mapa exibe a taxa de incidência de casos confirmados por mês de notificação:



Fonte: Secretaria de Estado de Saúde

48 - Endereço eletrônico <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus>

49 - Covid-19: Estado do Rio de Janeiro, disponível em [Covid-19 RJ mar-nov 2020.pdf](#).

50 - Cabe ressaltar que maiores taxas de incidência podem refletir maior quantidade de testes realizados.

Entre as medidas recomendadas⁵¹ pelo Ministério da Saúde estão o distanciamento social, a etiqueta respiratória e de higienização das mãos, uso de máscaras, limpeza e desinfecção de ambientes, isolamento de casos suspeitos e confirmados e quarentena dos contatos dos casos de covid-19. A vacina é reconhecida como uma solução em potencial para o controle da pandemia, aliada à manutenção das demais medidas de prevenção. Cerca de 60% a 70% da população precisa estar imune para interromper a circulação do vírus, portanto seria necessária a vacinação de 85% ou mais da população para redução considerável da doença, a depender da efetividade da vacina.

Indicadores de Saúde

Os indicadores disponíveis na área de saúde são inúmeros e podem ser acessados em diversas fontes. O Departamento de Informática do SUS – Datasus⁵² disponibiliza material destinado a subsidiar análises objetivas da situação sanitária, a tomada de decisão baseada em evidências e a elaboração de programas de ação. Vai desde o registro sistemático de dados sobre mortalidade e sobrevivência até informações demográficas e socioeconômicas, passando pelo controle de doenças infecciosas e pelos cadastros das redes hospitalares e ambulatoriais, dos estabelecimentos de saúde e os recursos financeiros alocados no setor.

Saúde no município

Os dados a seguir, coletados no sistema Datasus⁵³, referem-se à rede local e aos recursos materiais e humanos disponíveis em Itaguaí.

Tabela 38: Estabelecimentos por tipo – Município – Dezembro 2020

Estabelecimentos por tipo	Quantidade
Central de regulação	1
Centro de atenção psicossocial	3
Centro de saúde/unidade básica de saúde	26
Clínica especializada/ambulatório especializado	48
Consultório	61
Farmácia	1
Hospital geral	3
Laboratório de saúde pública	2
Policlínica	4
Posto de saúde	1
Pronto atendimento	1
Secretaria de Saúde	1
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	4
Unidade de vigilância em saúde	1
Unidade móvel pré-hospitalar - urgência/emergência	2
Unidade móvel terrestre	1

Fonte: Elaboração própria. Dados pesquisados no Datasus.

51 - Como se proteger? — Português (Brasil) (www.gov.br).

52 - <http://datasus.saude.gov.br/>.

53 - <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>.

Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029

Tabela 39: Distribuição de leitos hospitalares – Município – Dezembro 2020

Descrição	Quantidade existente	% à disposição do SUS
Cirúrgico	30	27%
Clínico	74	66%
Obstétrico	32	75%
Pediátrico	19	47%
Outras especialidades	11	82%
Hospital-dia	5	60%

Fonte: Elaboração própria. Dados pesquisados no Datasus.

O Cadastro Nacional de Equipamentos de Saúde dispõe dos dados sobre os equipamentos existentes, aqueles que se encontram em uso e os que estão disponíveis para o SUS. A tabela seguinte apresenta um resumo do quadro local:

Tabela 40: Recursos Físicos – Equipamentos – Município – Dezembro 2020

Descrição	Quantidade existente	Estab. com equip. SUS
Audiologia	31	6
Diagnóstico por imagem	110	20
Infraestrutura	39	12
Odontologia	291	104
Manutenção da vida	318	34
Métodos gráficos	63	7
Métodos ópticos	31	2
Outros	82	24

Fonte: Elaboração própria. Dados pesquisados no Datasus.

Os recursos humanos disponíveis para a população de Itaguaí são os seguintes:

Tabela 41: Recursos Humanos – Ocupações – Município – Dezembro 2020

Ocupação do profissional	Quant.	SUS	Ocupação do profissional	Quant.	SUS
Assistente social	25	96%	Nutricionista	22	59%
Bioquímico/Farmacêutico	22	100%	Odontólogo	119	68%
Cirurgião geral	25	84%	Pediatra	104	68%
Clínico geral	154	68%	Psicólogo	65	63%
Enfermeiro	164	97%	Psiquiatra	14	50%
Fisioterapeuta	97	69%	Radiologista	41	24%
Fonoaudiólogo	46	67%	Sanitarista	0	0%
Ginecologista/Obstetra	56	73%	Outras especialidades médicas	271	27%
Médico de família	20	100%	Outras ocup. de nível superior rel. à saúde	25	60%

Fonte: Elaboração própria. Dados pesquisados no Datasus

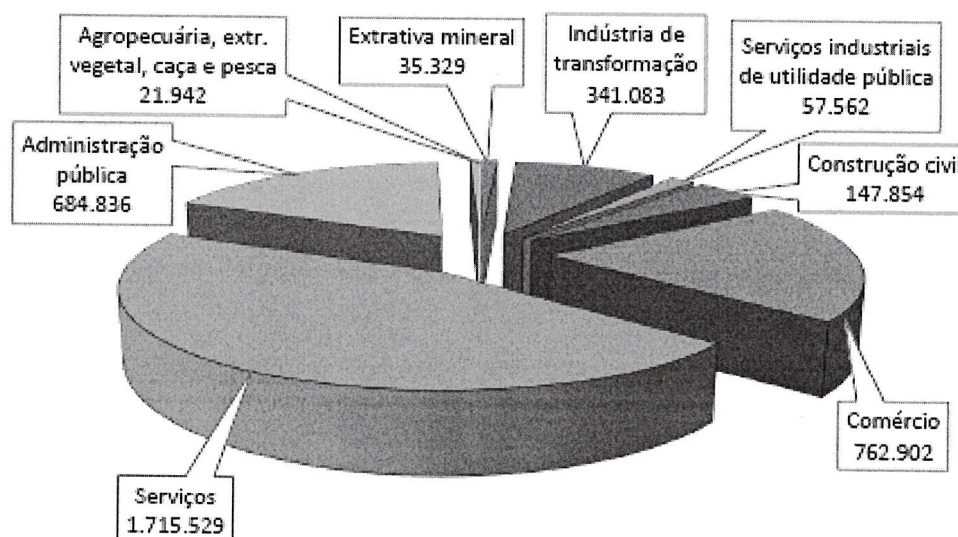
Mercado de trabalho

De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais – Rais⁵⁴, produzida pelo Ministério do Trabalho, o número de empregos formais registrados no Brasil em dezembro de 2020 foi de 46.236.176, representando uma redução de 1,03% em relação ao estoque de empregos de dezembro de 2019. Esse desempenho corresponde à supressão de 480.316 postos de trabalho em relação ao ano anterior. A remuneração média real caiu 1,05% em relação a 2019, ficando em R\$ 3.291,56 a preços de dezembro de 2020 (cálculo deflacionado com base no INPC-IBGE).

No Rio de Janeiro, a Rais registrou uma queda de 4,88% do emprego formal em 2020, decorrente da perda de 193.328 postos de trabalho. Assim, o estado volta a apresentar saldo negativo, depois do aumento em 2019 que interrompera a série de maus resultados iniciada em 2015. O rendimento real médio do trabalhador fluminense passou de R\$ 3.842,33 em dezembro de 2019 para R\$ 3.774,38 em 2020, a preços de dezembro de 2020. Tal variação representa uma queda de 1,77%.

Em dezembro de 2020, o número de empregos formais totalizava 3.767.037 no Rio de Janeiro. Houve queda em quase todos os setores. Em números absolutos, os piores desempenhos foram registrados em serviços, que perderam 87.789 empregos (-4,87% em relação aos existentes em 2019), e na administração pública, com redução de 55.031 postos de trabalho (-7,44%). No comércio, houve perda de 31.038 empregos (-3,91%). A exceção foram os serviços industriais de utilidade pública, que tiveram aumento de 2.119 postos (3,82%). O estoque por setor é mostrado no gráfico a seguir.

Gráfico 43: Estoque de empregos formais por setor da economia fluminense – Dezembro 2020



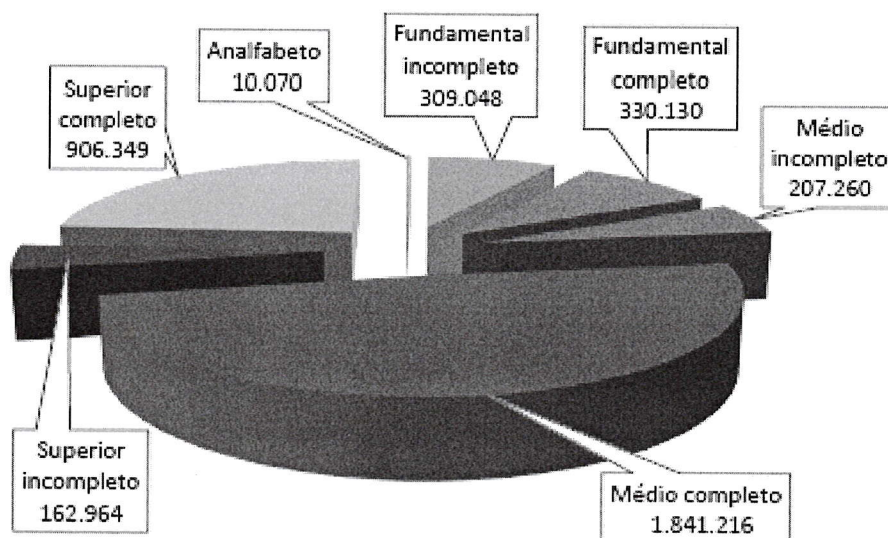
Fonte: Rais

Conforme o grau de instrução, os postos de trabalho apresentam no estado a seguinte distribuição:

54 - Disponível em <http://pdet.mte.gov.br/rais>.

Município de Itaguaí
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Plano Plurianual 2026-2029

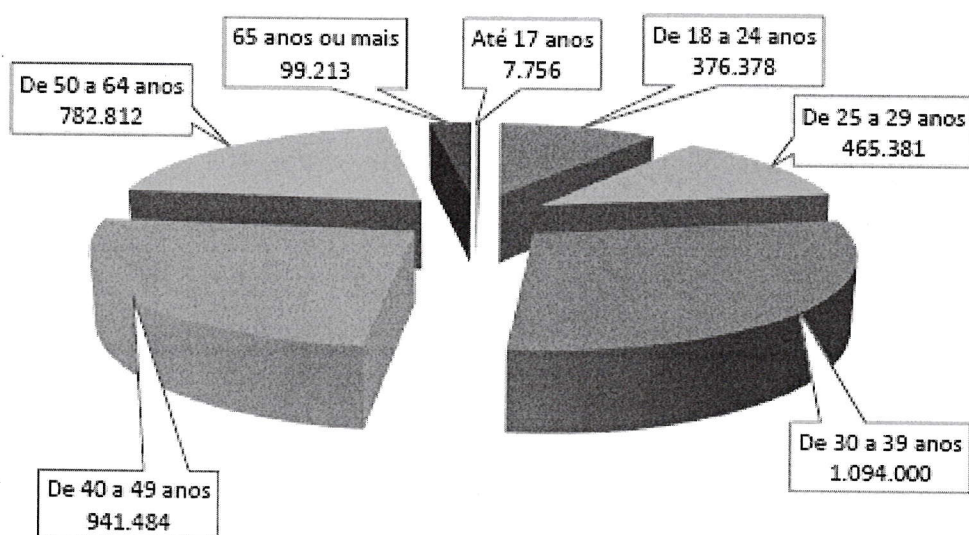
Gráfico 44: Estoque de empregos formais da economia fluminense por grau de instrução – Dezembro 2020



Fonte: Rais

De acordo com a faixa etária:

Gráfico 45: Estoque de empregos formais da economia fluminense por faixa etária – Dezembro 2020



* Sem classificação: 13, total 3.767.037. Fonte: Rais

A próxima tabela fornece um panorama da evolução do emprego por setor da economia de Itaguaí.

Município de Itaguaí

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Plano Plurianual 2026-2029

Tabela 42: Estoque de empregos formais segundo setor de atividade – Município – 2019/ 2020

	2019	2020	Variação	%
Extrativa mineral	297	309	12	4%
Indústria de transformação	4.323	3.491	-832	-19%
Serviços industriais de utilidade pública	249	357	108	43%
Construção civil	1.482	1.805	323	22%
Comércio	4.967	4.778	-189	-4%
Serviços	7.174	7.723	549	8%
Administração pública	6.529	7.005	476	7%
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	114	122	8	7%
Total	25.135	25.590	455	2%

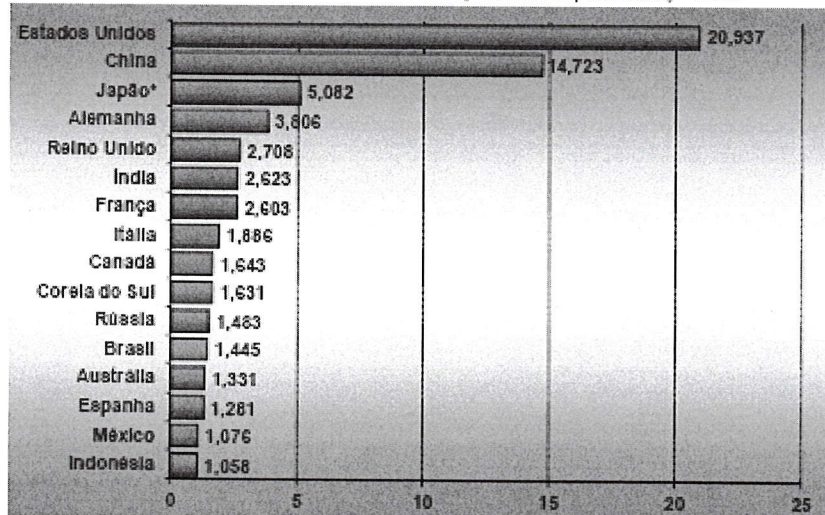
Fonte: Rais

V - INDICADORES ECONÔMICOS

PIB mundial

Estimado em US\$ 84,7 trilhões, o PIB mundial caiu 3,6% em 2020⁵⁵. Os Estados Unidos seguiram como a maior economia do planeta, com produto da ordem de US\$ 20,937 trilhões. A China permanece em segundo lugar. O Brasil caiu da nona para a décima segunda posição, com US\$ 1,445 trilhão, tendo sido ultrapassado por Canadá, Coreia do Sul e Rússia. O gráfico ilustra o desempenho de 16 economias com PIB acima de US\$ 1 trilhão.

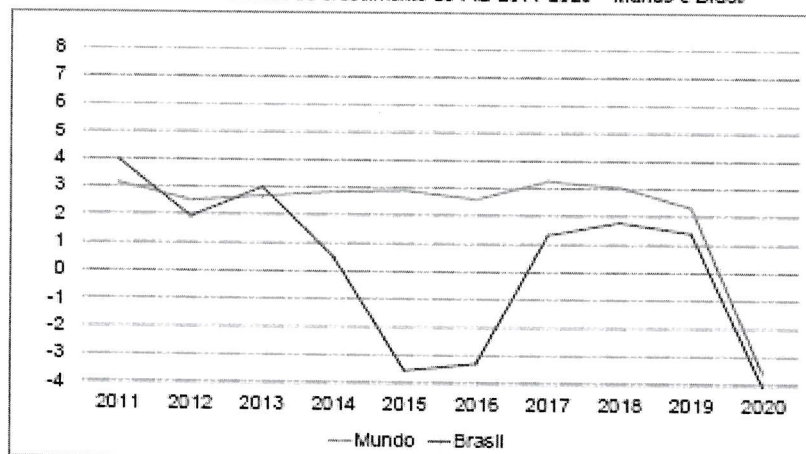
Gráfico 46: PIB das maiores economias (US\$ trilhões, correntes) – 2020



Fonte: Elaboração própria. Dados do Banco Mundial. PIB do Japão referente a 2019.

O gráfico seguinte ilustra a variação do PIB do Brasil frente ao mundo.

Gráfico 47: Taxa anual de crescimento do PIB 2011-2020 – Mundo e Brasil



Fonte: Banco Mundial

55 - Fonte: <http://www.worldbank.org>.

Panorama econômico

A pandemia de coronavírus chegou ao Brasil em um momento de recuperação frágil e espaço limitado para a política fiscal após a recessão de 2015/16, quando o PIB caiu em torno de 3,5% cada ano. A partir de 2017, iniciou-se uma lenta retomada da atividade econômica, com o PIB crescendo abaixo de 2,0% ao ano entre 2017 e 2019. Mas, em decorrência da covid-19, o ano de 2020 registrou um recuo de 4,1%, dando fim à série de crescimentos consecutivos.

Tabela 43: PIB Brasil – Taxa de variação do índice de volume trimestral (%) – 2010-2020

PIB – Subsetores e componentes			4º trimestre¹										
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Ótica da produção	Agropecuária	Total	6,7	5,6	-3,1	8,4	2,8	3,3	-5,2	14,2	1,3	0,6	2,0
	Indústria	Extrativa	14,9	3,5	-1,9	-3,2	9,1	5,7	-1,2	4,9	0,4	-0,9	1,3
		de Transformação	9,2	2,2	-2,4	3,0	-4,7	-6,5	-4,8	2,3	1,4	0,0	-4,3
		Eleticidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos	6,3	5,6	0,7	1,6	-1,9	-0,4	6,5	0,9	3,7	1,7	-0,4
		Construção	13,1	6,2	3,2	4,5	-2,1	-9,0	-10,0	-9,2	-3,0	1,5	-7,0
		Total	10,2	4,1	-0,7	2,2	-1,5	-5,8	-4,6	-0,5	0,7	0,4	-3,5
	Serviços	Comércio	11,1	2,3	2,4	3,4	0,6	-7,3	-6,6	2,3	2,6	1,9	-3,1
		Transporte, armazenagem e correio	11,2	4,3	2,0	2,6	1,5	-4,3	-5,6	1,0	2,1	0,6	-9,2
		Informação e comunicação	5,4	6,5	7,0	4,0	5,3	-0,9	-2,0	1,4	1,6	5,2	-0,2
		Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	9,3	6,2	1,5	1,8	-0,6	-1,2	-3,4	-1,1	1,0	1,3	4,0
		Atividades imobiliárias	4,9	1,9	5,1	5,1	0,7	-0,4	0,2	1,3	3,3	2,2	2,5
		Outras atividades de serviços	3,3	4,6	3,6	1,5	1,9	-3,7	-1,3	0,7	3,5	2,6	-12,1
		Adm., defesa, saúde e educação públicas e seguridade social	2,2	1,9	1,3	2,2	0,1	0,2	0,3	0,1	0,1	-0,2	-4,7
		Total	5,8	3,5	2,9	2,8	1,0	-2,7	-2,2	0,8	2,1	1,7	-4,5
Valor adicionado a preços básicos		7,0	3,7	1,6	2,9	0,5	-3,2	-2,9	1,3	1,6	1,3	-3,9	
Impostos líquidos sobre produtos		10,8	5,3	3,7	3,7	0,8	-6,0	-5,6	1,8	2,0	2,0	-4,9	
PIB a preços de mercado			7,5	4,0	1,9	3,0	0,5	-3,5	-3,3	1,3	1,8	1,4	-4,1
Ótica da demanda	Despesa de consumo das famílias		6,2	4,8	3,5	3,5	2,3	-3,2	-3,8	2,0	2,4	2,2	-5,5
	Despesa de consumo do governo		3,9	2,2	2,3	1,5	0,8	-1,4	0,2	-0,7	0,8	-0,4	-4,7
	Formação bruta de capital fixo (FBCF)		17,9	6,8	0,8	5,8	-4,2	-13,9	-12,1	-2,6	5,2	3,4	-0,8
	Exportação de bens e serviços		11,7	4,8	0,7	1,8	-1,6	6,8	0,9	4,9	4,1	-2,4	-1,8
	Importação de bens e serviços		33,6	9,4	1,1	6,7	-2,3	-14,2	-10,3	6,7	7,7	1,1	-10,0

Fonte: IBGE

Nota 1: Em relação ao mesmo período do ano anterior.

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais⁵⁶ calculadas pelo IBGE, o PIB em valores correntes totalizou R\$ 7.447,8 bilhões em 2020, dos quais R\$ 6.440,7 bilhões se referem ao valor adicionado a preços básicos e R\$ 1.007,09 bilhões aos impostos sobre produtos líquidos de subsídios. O PIB *per capita*, diferentemente de

56 - IBGE: Contas Nacionais Trimestrais (out./dez. 2020), em <http://www.ibge.gov.br>.

2019, mostrou um recuo de 4,8% em termos reais, totalizando R\$ 35.172 em valores correntes.

A retração do PIB resultou das quedas de 3,9% do valor adicionado a preços básicos e de 4,9% no volume dos impostos sobre produtos líquidos de subsídios. A queda dos impostos reflete, principalmente, o recuo em volume do ICMS (5,2%) e de outros impostos líquidos de subsídios (3,9%). Influenciaram negativamente também a redução de 5,2% do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e de 10,1% do Imposto de Importação.

Sob a ótica da produção, a agropecuária apresentou crescimento de 2,0% no ano, enquanto a indústria e os serviços recuaram 3,5% e 4,5% respectivamente.

A variação positiva da agropecuária em 2020 decorreu do crescimento da produção e ganho de produtividade da agricultura, que suplantou o fraco desempenho das atividades de pecuária e pesca. Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), várias culturas registraram crescimento de produção no ano de 2020, tendo como destaque a soja (7,1%) e o café (24,3%), que alcançaram produções recordes na série histórica. Por outro lado, algumas lavouras registraram variação negativa na estimativa de produção anual, como, por exemplo, laranja (-10,6%) e fumo (-8,4%).

Na indústria, o destaque negativo foi o desempenho da construção (-7,0%), que voltou a cair este ano. Seu desempenho é negativo desde 2014, exceto em 2019. Também apresentou queda a atividade das indústrias de transformação (-4,3%). O resultado foi influenciado pela queda do valor adicionado da fabricação de veículos automotores, de outros equipamentos de transporte, de confecção de vestuário e de metalurgia. A atividade de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos teve variação negativa de 0,4%. Apesar de as bandeiras tarifárias terem estado mais favoráveis em 2020, o isolamento social e a baixa atividade econômica foram decisivos para o resultado negativo. As indústrias extrativas, por sua vez, apresentaram crescimento de 1,3% devido à alta na produção de petróleo e gás, que compensou a queda da extração de minério de ferro.

As atividades de serviços que apresentaram variação negativa foram outras atividades de serviços (-12,1%), transporte, armazenagem e correio (-9,2%), administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade sociais (-4,7%), comércio (-3,1%), informação e comunicação (-0,2%). Apresentaram avanço as atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (4,0%) e as atividades imobiliárias (2,5%).

Na análise da despesa, o IBGE salienta a variação negativa de 0,8% da formação bruta de capital fixo. Este resultado encerra uma sequência de dois anos positivos.

A despesa de consumo das famílias teve recuo de 5,5% em relação ao anterior, o que pode ser explicado principalmente pela piora no mercado de trabalho e o distanciamento social por causa da pandemia de covid-19. A despesa do governo, por sua vez, registrou variação negativa de 4,7%.

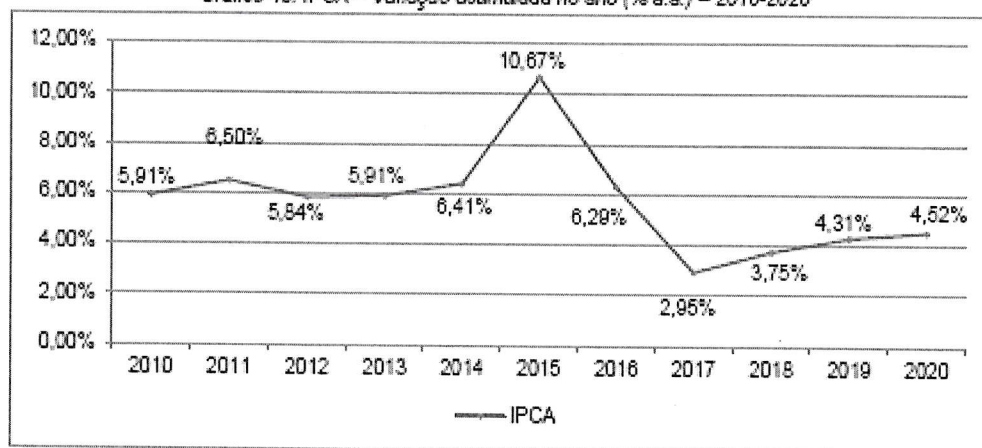
No setor externo, as exportações de bens e serviços caíram 1,8%, enquanto as importações de bens e serviços caíram 10%. Entre os produtos da pauta de exportações, as maiores quedas foram observadas em veículos, outros equipamentos de transporte, máquinas e equipamentos e metalurgia. Já entre as importações, as

quedas mais altas foram registradas em veículos, petróleo e derivados, máquinas e aparelhos elétricos e serviços.

Inflação

A inflação acumulada, medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou 2020 em 4,52%, resultado 0,21 ponto percentual acima do registrado em 2019. Com isso, a inflação ficou ligeiramente acima do centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, de 4,0% (com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ou seja, piso de 2,50% e teto de 5,50%). Em anos recentes, o desempenho da inflação foi como segue:

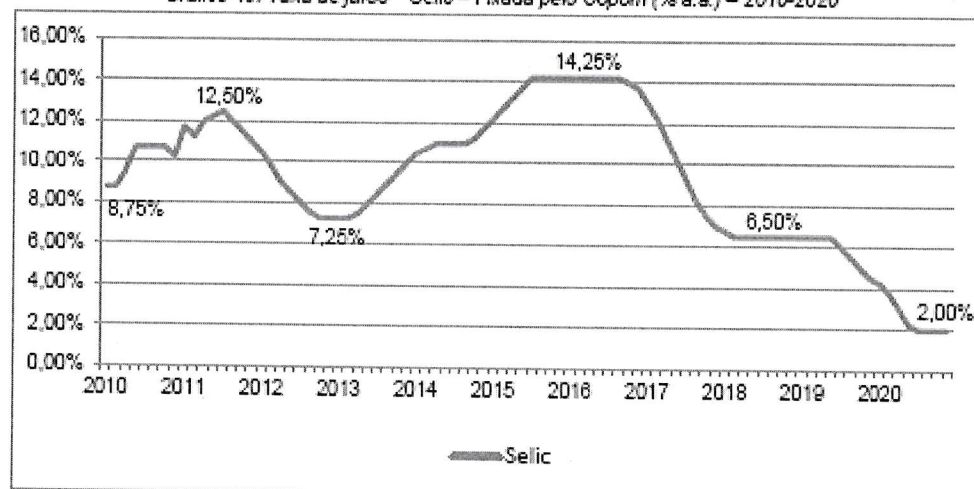
Gráfico 48: IPCA – Variação acumulada no ano (% a.a.) – 2010-2020



Fonte: Elaboração própria. Dados do IBGE.

A taxa de juros básica, definida pelo Comitê de Política Monetária – Copom, sofreu seguidas reduções em 2020, alcançando 2% em agosto.

Gráfico 49: Taxa de juros – Selic – Fixada pelo Copom (% a.a.) – 2010-2020

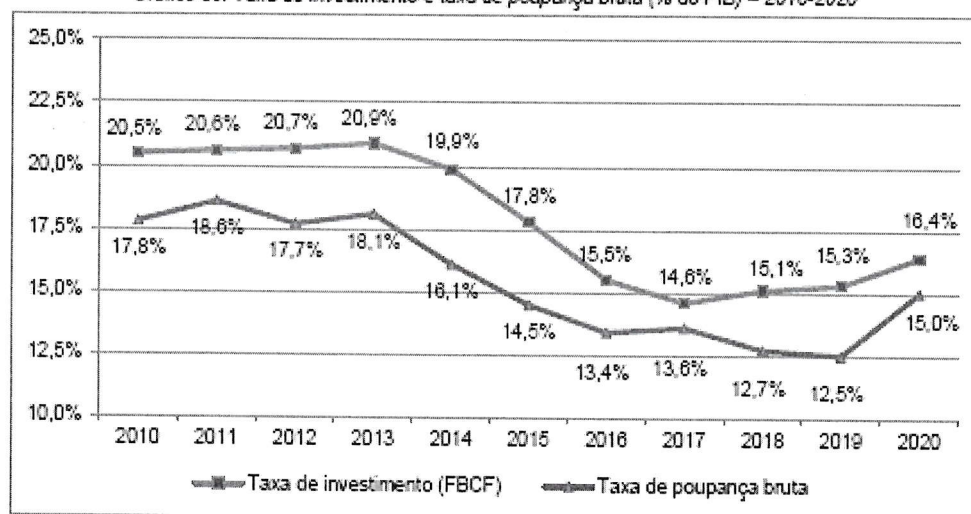


Fonte: Elaboração própria. Dados do Banco Central do Brasil.

Investimento

Conforme as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, a taxa de investimento no ano de 2020 foi de 16,4% do PIB, acima do observado no ano anterior (15,3%). A taxa de poupança foi de 15% em 2020 (ante 12,5% no ano anterior).

Gráfico 50: Taxa de investimento e taxa de poupança bruta (% do PIB) – 2010-2020



Fonte: IBGE

Desempenho da economia estadual

De acordo com as Contas Regionais do Brasil⁵⁷, o PIB estadual apresentou, em 2019, uma variação de 0,5% em volume na comparação com o ano anterior. Dentre todos os estados brasileiros, Espírito Santo (-3,8%), Pará (-2,3%), Piauí (-0,6%), Mato Grosso do Sul (-0,5%) e Minas Gerais (0,0%) apresentaram os menores crescimentos. A economia fluminense perdeu participação no PIB nacional, por conta das atividades de construção e das indústrias de transformação, além de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas e de informação e comunicação.

Na Região Sudeste, São Paulo ocupa a 1ª posição no *ranking* do PIB, seguido por Rio de Janeiro (2º), Minas Gerais (3º) e Espírito Santo (14º). O Rio de Janeiro teve uma das menores variações médias na série percentual de participação no PIB (2002-2019), tendo uma taxa de 1,3% a.a. Esse desempenho esteve atrelado às variações negativas em indústrias de transformação e construção e a variação de indústrias extrativas, que apesar de positiva, foi inferior ao crescimento médio nacional da atividade.

No Espírito Santo, além do impacto da retração da extração de minério de ferro em indústrias extrativas, houve reduções do valor adicionado bruto em indústrias de transformação, justificadas pelos segmentos de fabricação de celulose e metalurgia, e em agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita, em decorrência do cultivo de café (biênio negativo).

57 - IBGE - Contas Regionais do Brasil. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>. Publicado em novembro de 2020.